

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MAIRA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUALIDADE DE  
VIDA: A RACIONALIDADE DO PISCICULTOR DO  
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA PISCICULTURA  
NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SECA NO RIO  
GRANDE DO SUL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Tanise Dias Freitas**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

**DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUALIDADE DE VIDA: A  
RACIONALIDADE DO PISCICULTOR DO ARRANJO  
PRODUTIVO LOCAL DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO  
DE RESTINGA SECA NO RIO GRANDE DO SUL**

**Tanise Dias Freitas**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Globalização e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Sociais**

**Orientador: Prof. João Vicente Ribeiro Barroso Costa Lima**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Dissertação de Mestrado

**DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUALIDADE DE VIDA: A  
RACIONALIDADE DO PISCICULTOR DO ARRANJO PRODUTIVO  
LOCAL DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SECA  
NO RIO GRANDE DO SUL**

elaborada por  
**Tanise Dias Freitas**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Sociais**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Professor Dr. João Vicente Ribeiro Barroso Costa Lima (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**

**Professor Dr. Fabrício Monteiro Neves (UFSM)**

**Professor Dr. Francis Moraes de Almeida (UFSM)**

Santa Maria, 25 de março de 2011

Agradeço inicialmente ao meu pai Enio e minha mãe Tania por me darem a vida e a oportunidade de sempre seguir nos estudos, dedicando seu trabalho diário em prol do meu crescimento pessoal. Agradeço especialmente minha irmã Grabrielle pelo apoio e incentivo para sempre fazer o melhor e buscar sempre o melhor, em todos os sentidos da minha vida; agradeço-a por ajudar nas correções dos trabalhos na faculdade e no mestrado e por ser sempre aquela que vai estar ao meu lado. Como diz a letra de uma música “Seja legal com seus irmãos... eles vão sempre te apoiar no futuro”. Agradeço também ao meu cunhado Daniel, uma figura bizarra que me divertiu muito em momentos complicados. Agradeço à minha família em geral que torceram pelo meu sucesso. E não há como não agradecer àqueles amigos e amigas que, mesmo não influenciando no trabalho acadêmico, estiveram ao meu lado ou estendendo a mão ou levando para ter momentos de descontração. Quem tem amigos, tem muita coisa no mundo. Obrigado Cristina Marconato, Patrícia Faveri, Graziela Onofre e Janaína Gelinger, vocês são especiais.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor João Vicente R. B. Costa Lima, por toda atenção dedicada nesses dois anos de mestrado e na própria graduação, no auxílio com a pesquisa acadêmica e nos conselhos para meu crescimento pessoal e profissional. Também agradeço às colegas Camila Prates e Tainá Turri pelo companheirismo durante esses anos. E finalmente agradeço aos colegas Jéssica Lucion, Vera Lúcia Heringer, Eduardo Townsend, Fabiane Grimm e Lisandro Lui que participaram na pesquisa de campo, em dias quentes, secos e muito divertidos, pois tudo é conhecimento e a experiência foi grandiosa.

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal de Santa Maria

### **DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUALIDADE DE VIDA: A RACIONALIDADE DO PISCICULTOR DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SECA NO RIO GRANDE DO SUL**

**AUTORA: TANISE DIAS FREITAS**

**ORIENTADOR: JOÃO VICENTE RIBEIRO BARROSO COSTA LIMA**

**Data e Local da Defesa: Santa Maria, 25 de março de 2011.**

Este trabalho apresenta uma análise sobre a racionalidade do pequeno produtor rural, integrante do projeto do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura, residente na cidade de Restinga Sêca, região central do Rio Grande do Sul. A fim de chegar a uma equação maior sobre felicidade e bem-estar desses indivíduos, tem-se uma discussão sobre desenvolvimento humano e qualidade de vida, com bases conceituais em Amartya Sen e Selene Herculano, delimitando parâmetros que serviram de base instrumental para entender em que níveis de racionalidade encontram-se esses atores frente a uma realidade socioeconômica de desenvolvimento. Assim, analisou-se como esse projeto da piscicultura afetou a vida desses produtores no plano familiar e da comunidade, reestruturando as formas de solidariedade, buscando na piscicultura uma fonte alternativa de renda e crescimento econômico, bem como uma fonte de diversificação rural. A presente pesquisa foi realizada na zona rural do município de Restinga Sêca e utilizou para a coleta de dados um questionário do tipo fechado e entrevista com perguntas abertas, apresentando como resultados mais evidentes o que se caracterizou como baixos níveis de racionalidade quanto a uma equação maior de bem-estar e felicidade, em comparação àquilo que se propôs teoricamente como indicadores padrão de qualidade de vida e em relação aos objetivos iniciais do projeto maior da piscicultura na região de Restinga Sêca.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Humano. Qualidade de Vida. Piscicultura.

## Sumário

Introdução .....	8
CAPÍTULO I – A PISCICULTURA COMO POSSÍVEL INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO .....	12
Piscicultura do Jacuí-Centro: caracterização do objeto .....	12
Arranjo Produtivo Local .....	17
Crescimento econômico e a dimensão da variável humana .....	21
A noção de sustentabilidade .....	27
Qualidade de vida .....	30
Indicadores de qualidade de vida .....	36
CAPÍTULO II – CONEXÕES ENTRE O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E O BEM-ESTAR DO PISCICULTOR .....	42
APL e a Ação Racional .....	42
Ação Racional Aplicativa para o Tipo Humano Piscicultor: uma síntese de Anthony Giddens e Jon Elster .....	43
APL da Piscicultura como um fenômeno/evento econômico socialmente construído .....	48
CAPÍTULO III – O PEQUENO PRODUTOR E A SUA RACIONALIDADE: REALIDADE E PERSPECTIVAS ECONÔMICAS E SOCIAIS COM PISCICULTURA EM RESTINGA SECA .....	56
Dados sócio-demográficos referentes à cidade de Restinga Sêca.....	57
Descrição do trabalho da piscicultura: manejo e criação de peixe em Restinga Sêca .....	65
Descrição sócio-demográfica dos piscicultores entrevistados, cadastrados no projeto do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura na cidade de Restinga Sêca/RS .....	66
CAPÍTULO IV – A PISCICULTURA E A RACIONALIDADE DO PEQUENO PRODUTOR: UMA PERSPECTIVA DO BEM-ESTAR ECONÔMICO E SOCIAL? .....	89

A racionalidade do pequeno produtor quanto à participação na vida pública e da comunidade .....	89
A racionalidade do pequeno produtor quanto às questões econômicas da piscicultura: desenvolvimento da atividade como ganho econômico .....	92
A racionalidade do pequeno produtor quanto à vida pessoal: projetos, perspectivas para obter melhoria de vida .....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	112
ANEXOS .....	116

## Introdução

No contexto do desenvolvimento dos municípios pertencentes à região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Jacuí-Centro (Corede Jacuí-Centro) do Rio Grande do Sul, foi implantado um Arranjo Produtivo Local (APL) da Piscicultura, com o objetivo principal de gerar trabalho e renda nos municípios de Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Seca, São Sepé e Vila Nova do Sul. A partir deste projeto de desenvolvimento e com intuito de analisar os impactos desta política pública nessa região, o presente trabalho buscou como objetivo geral, compreender<sup>1</sup> os níveis de racionalidade dos pequenos produtores rurais sobre bem-estar e felicidade, em um contexto de pequenas propriedades familiares econômica e estruturalmente inviabilizadas para uma produção voltada a mercados competitivos e certificados.

Este APL ensejou proporcionar ao produtor rural da região, através da piscicultura, uma importante fonte geradora de renda, valendo-se ao máximo dos recursos existentes na própria propriedade agrícola. Entretanto, para que esse objetivo inicial do projeto fosse alcançado, foi preciso dispor de uma engenharia institucional com diversos atores coletivos, públicos e privados, integrados para prover as condições técnicas, financeiras e políticas capazes de gerar os efeitos ótimos da organização da produção, do seu desenvolvimento técnico e gerencial dos produtores, sob bases cooperativas eficientes para, ao final, propiciar a colocação de um produto competitivo no mercado, visando agregar valor e possibilitar o acesso a novos mercados de atuação, internos e externos.

Nesse sentido, ao entender que muitos estudos abordam a questão da avaliação de impactos sociais dessas políticas públicas desenvolvimentistas somente com relação às variáveis econômicas, percebe-se a necessidade, dentro da construção do conhecimento científico da sociologia a necessidade de compreender a competência dos agentes sociais para agir com eficiência e produtividade como são requeridos nesses ambientes de competitividade. Assim, baseados em Amartya Sen, Ignacy Sachs, Mark Granovetter, Anthony Giddens, Jon Elster, pretendeu-se neste trabalho, analisar como esse processo social e economicamente determinado (a piscicultura) afetou a vida das pessoas no plano individual e no de sua comunidade, visível no plano racional de compreensão e ação. Mais especificamente, referenciado em Amartya Sen, o estudo aqui proposto buscou analisar como estes empreendimentos contribuíram para que as pessoas cuidassem melhor de si mesmas e

---

<sup>1</sup> É importante clarificar ao leitor deste trabalho que o termo “compreender” não fora empregado nesta pesquisa sob o viés epistemológico da sociologia compreensiva, mas utilizado no seu sentido denotativo, como sinônimo de entender, analisar, apreender.



participassem da vida de suas comunidades, a fim de resolver problemas individuais e da sua coletividade.

Desta forma, aspirou-se analisar se o empreendimento (APL) aumentou a auto-estima, reestruturou as formas diversas de solidariedade, para além do mundo do trabalho, agregou ou reagrupou a família pela diminuição das pressões para migrar para regiões mais prósperas; agregou a comunidade, a vizinhança e os amigos. Se este melhorou a renda da família, se afetou o modo de vida e as mentalidades dos tipos humanos envolvidos, seus sistemas simbólicos, suas formas de sociabilidade.

Nesse sentido, foram considerados os papéis, atribuições e desempenhos dos indivíduos e, perifericamente, da interface que estabelecem com as instituições, agentes sociais e poderes públicos responsáveis pelas práticas cotidianas e institucionais que afetam a qualidade de vida do homem ordinariamente pesquisado. Também foi considerado o ponto de vista dos implicados nas atividades econômicas de forma direta (pequeno produtor, sua família, eventualmente empregados) relativamente sobre as mudanças ocorridas nas condições de vida proporcionada pelos resultados da operação do APL da piscicultura, buscando-se como objetivos específicos:

(a) Uma apreciação dos benefícios sociais, contrato e segurança no trabalho que o empreendimento, no caso a pequena empresa familiar oferece aos empregados<sup>2</sup>;

(b) Analisar a dimensão da racionalidade dos atores econômicos e sociais (pequeno produtor, sua família, agregados e trabalhadores) ponderando sobre as rotinas da vida, circunscritas a uma dada hierarquia de interesses, relevâncias, das expectativas e desejos gerados a partir das experiências no âmbito da cadeia, e a capacidade de apreciação destes atores quanto aos ganhos financeiros e da relação que fazem com seus níveis projetados de bem-estar;

(c) Captar a visão política mais abrangente dos atores envolvidos na cadeia sobre os diversos eventos, tais como os fatores geradores dos males sociais que os circundam; assim como das responsabilidades que atribuem aos agentes públicos e privados para os bons e maus resultados na vida pública que observam.

A presente pesquisa procurou testar como hipótese geral relativamente aos casos de Arranjos Produtivos Locais, agora referida a esta experiência ligada à Piscicultura no município de Restinga Sêca: (1<sup>a</sup>) por quais motivos, diante das mesmas condições de oferta de crédito, de acesso às tecnologias, assistência técnica e soluções de mercado, *comunidades*

---

<sup>2</sup> Supõe-se que, pelo diagnóstico inicial, a ocorrência da relação entre empregador e empregados seja residual no contexto desse arranjo econômico.

*distintas alcançam patamares diferentes de desenvolvimento dentro de uma mesma cadeia produtiva.* Outra hipótese era tomada como complementar a ser testada: (2<sup>a</sup>) a racionalidade dos atores sociais, a despeito da (a) tecnologia disponibilizada, do (b) arranjo institucional complexo de suporte e (c) do apoio governamental dado, resulta em um baixo ganho econômico.

A hipótese mais genérica serviu para escolher e delimitar ao universo de um único município, a saber: Restinga Sêca. Assim, os conteúdos que sustentam essa hipótese serviram mais como um axioma sociológico, isto é, com base no conjunto de estudos feitos e conhecidos, aqui e alhures, onde se supôs que a realidade tem esta conformação básica. Foi efetivamente feito o levantamento de campo necessário à captação de sentido racional dos indivíduos sobre como compreendem o evento do APL e da relação deste evento com seu projeto de bem-estar e felicidade.

Para alcançar os objetivos pretendidos por esta pesquisa utilizaram-se metodologias quantitativas e qualitativas, como questionário fechado e entrevistas abertas. A análise de dados quantitativos deu-se pela apresentação dos resultados alcançados pelo trabalho de campo na cidade de Restinga Sêca, relativizando-os (adequando-os) aos dados sobre realidade do Rio Grande do Sul e do Brasil. Pretendeu-se aqui fazer um comparativo entre números obtidos em pesquisas do Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e dados relativos às pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com as informações obtidas no trabalho de campo. Dentre as cidades que compõem a região do Corede Jacuí-Centro, a cidade de Restinga Sêca foi escolhida como local para execução do trabalho de campo por ter maior número de produtores cadastrados no projeto do APL e onde o projeto tem avançado mais significativamente.

O instrumento do tipo questionário aqui desenvolvido baseou-se em uma amostra aleatória, cuja unidade de aferição era cada produtor (e sua família) e cujas características das unidades, das variáveis, estavam ligadas aos objetivos e avaliação dos impactos sociais da piscicultura nessa região. A conexão estabelecida entre as variáveis levantadas pela pesquisa, como os elementos econômicos (agir de forma eficiente dentro da cadeia da APL) e os não-econômicos (visões de mundo, de felicidade e bem-estar para além dos valores e interesses econômicos) permitiu testar a relação entre o agir econômico do piscicultor dentro do APL e o bem-estar e a felicidade experimentados pelo pequeno produtor.

Desta forma, o presente estudo permitiu compreender melhor os resultados concretos obtidos quanto à padronização da produção, ao aumento da qualidade e da produtividade, bem

como a melhoria da gestão da propriedade. Teve-se assim um teste sobre a racionalidade desse pequeno produtor, um agir econômico que é socialmente construído, que é parte de sua visão mais ampla da vida, articulado com os entendimentos de felicidade e bem-estar. Por conseguinte, como forma de contribuição desta pesquisa, e diante dos dados obtidos, percebeu-se que é possível intervir mais precisamente em iniciativas de sensibilização e capacitação do pequeno produtor para a consecução dos fins precípuos do Arranjo Produtivo Local da piscicultura na região central do Rio Grande do Sul.

Como estrutura de uma pesquisa acadêmica, este trabalho é composto pelo capítulo I, que traz uma caracterização do Arranjo Produtivo Local da Região do Jacuí-Centro, bem como perspectivas teóricas relacionadas à questão do conceito de desenvolvimento e qualidade de vida e seus indicadores práticos. O capítulo II apresenta discussões teórico-metodológicas, tratando das definições, relações e conexões entre partes e aspectos da complexidade do agir racional, na sua extensão e profundidade teóricas e metodológicas, a partir dos conceitos densos de Anthony Giddens e Jon Elster, além das ilações com o fenômeno econômico do APL, através de Mark Granovetter, e, por fim, da acomodação de toda essa discussão com os fenômenos socioeconômicos e políticos do bem-estar e felicidade humanos. Desta forma, o fenômeno da piscicultura, circunscrito à institucionalidade do APL, é abordado através da racionalidade dos indivíduos envolvidos.

No capítulo III, tem-se a apresentação da pesquisa empírica e seus resultados socioeconômicos, demográficos, bem como as características da produção de peixe, como ela realmente ocorre nas pequenas propriedades, o manejo e o desenvolvimento do pescado. Essas informações estatísticas estão imbuídas de comentários, relacionando-as aos dados obtidos à luz da teoria e conceitos de bem-estar e qualidade de vida. Por fim, o capítulo IV traz a análise dos dados qualitativos, uma compreensão da racionalidade do pequeno produtor quanto à participação na vida pública e da comunidade, quanto [às questões econômicas da piscicultura e quanto à racionalidade sobre os projetos e perspectivas para obter melhoria de vida.](#)

## Capítulo I

### A Piscicultura como possível instrumento de desenvolvimento

“Qualidade de vida” e “desenvolvimento humano” são duas perspectivas extremamente importantes neste trabalho. O que se pretende alcançar ao final desta pesquisa depende exclusivamente das discussões sobre esses dois conceitos, baseados principalmente em Amartya Sen no que se refere às suas explicações sobre “qualidade de vida” por uma visão diferente da economia clássica. Os debates sobre desenvolvimento humano também se fazem importantes no intuito de ultrapassar uma análise economicista fundamentada estritamente em fatores como produção, renda *per capita* por família e em dados especificamente financeiros. Assim, procurando entender o desempenho socioeconômico das unidades racionais (famílias) que compõem o Arranjo Produtivo Local da Piscicultura da Região do Jacuí-Centro, na cidade de Restinga Sêca, para além das análises de PIB, PNB e outras variáveis econômicas buscaram-se equacionar os principais indicadores do que se denomina como uma caracterização de “bem-estar econômico sustentável”.

Nesse sentido, o presente capítulo discute a temática do Arranjo Produtivo Local, entendido aqui na perspectiva do “bem-estar econômico sustentável” sob a influência de Amartya Sen, suas formas de entendimento e adequação ao atual contexto de globalização e desenvolvimento social e como esta forma de produção vem a ser compreendida dentro do campo de conhecimento das Ciências Sociais. Entender um APL sob um viés sociológico torna-se fundamental diante do atual contexto de desenvolvimento sustentável e busca por qualidade de vida: promover um modelo de desenvolvimento regional, com base na sustentabilidade, que permita o aprofundamento do significado de “desenvolvimento” como melhoria da qualidade de vida para os cidadãos do espaço regional em questão.

#### **Piscicultura do Jacuí-Centro: caracterização do objeto**

Os municípios localizados na área de atuação do Corede Jacuí-Centro possuem características geográficas privilegiadas para uma atividade que é uma das vocações dos municípios da Região Central: a piscicultura<sup>3</sup>. A região engloba municípios compostos por aproximadamente 60% de propriedades rurais, classificadas como familiares; apresenta

---

<sup>3</sup> Conforme dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007). Ainda, maiores informações sobre o Corede Jacuí-Centro, composição, área, densidade demográfica, número de habitantes, PIB (por milhão e percapita), dentre outros dados encontra-se em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalhe.php?corede=Jacuí-Centro](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Jacuí-Centro)

também uma vasta extensão territorial coberta por rios, açudes e áreas alagadas, constituindo-se em um ambiente ideal para a criação de peixes.

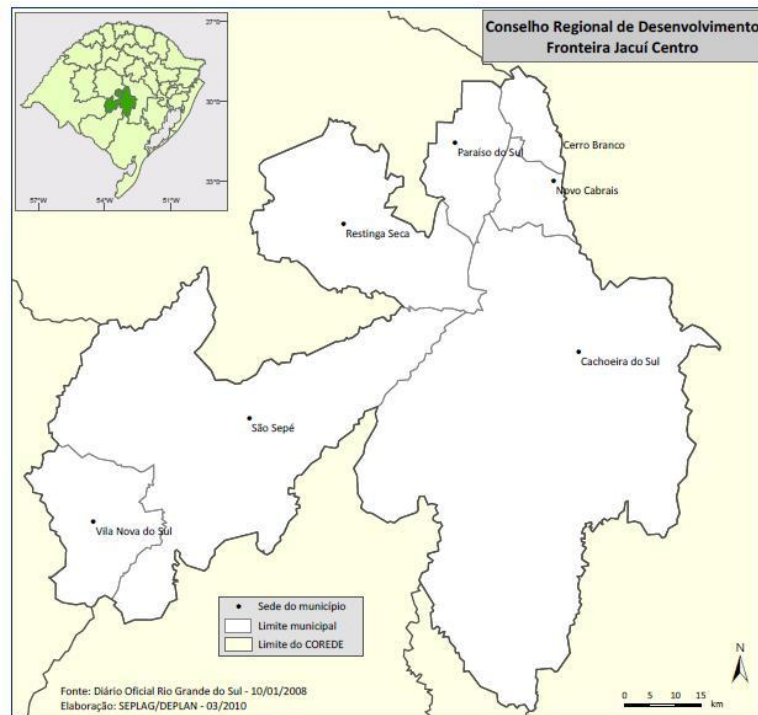


Figura 1: Mapa do Corede Jacuí-Centro e divisão municipal (Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul In: [http://www.scp.rs.gov.br/uploads/MAPAS\\_A4\\_JacuiCentro.pdf](http://www.scp.rs.gov.br/uploads/MAPAS_A4_JacuiCentro.pdf) )

Como consequência, um dos maiores atributos destas propriedades é o fato de ter na produção do peixe o uso da alimentação alternativa, quase sempre já disponível na propriedade, reduzindo-se assim os custos com a criação, alcançando um produto de alta qualidade, saudável, de boa aceitação pelo consumidor e com preços bastante significativos. O APL da piscicultura busca viabilizar às pequenas propriedades rurais uma modelo de extensão de sua cadeia produtiva.

Além das características topográficas, climáticas e hídricas, aliadas à disponibilidade de produtos e subprodutos agropecuários, segundo Agencia de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL), percebem-se condições favoráveis para o desenvolvimento de uma piscicultura diversificada e com baixo custo de produção. Atualmente, tem-se 905,7 hectares utilizados para a produção de carpas e jundiás, onde a criação dessas espécies nos últimos 12 meses foi de aproximadamente 229 toneladas. Entretanto, este nível de produção denuncia um sub-aproveitamento de áreas privilegiadas para a piscicultura, em um território onde a oferta é bastante inferior à demanda.

Conforme projeto inicial do APL, esta é uma alegação dos próprios produtores: a falta de regularidade na oferta deve-se à incerteza de escoamento da produção. Como a piscicultura

é uma atividade que se difere das tradicionais da região, por se tratar de organismos aquáticos, há necessidade de acompanhamento dos produtores de forma intensiva até que os procedimentos de controle da produção tornem-se atividades rotineiras. Além disso, como a quantidade de técnicos em piscicultura é pequena para a região, existe também a necessidade de reforço deste quadro para que a atividade desenvolva-se de forma crescente.

No ano de 2007, junto aos municípios da região Jacuí-Centro, foram obtidos alguns resultados iniciais sobre a piscicultura local: existência de 685 produtores de peixe, com um total de 1.020 tanques e açudes, somando 905,7 hectares de lâmina d'água e uma produção total de 229 toneladas/ano de peixe. Isto confere uma média de 0,88ha de lâmina de água por produtor e uma produção de 222 kg/ha/ano/produtor. A análise destes dados primeiros mostra que a região possui potencial para aumentar a produtividade para 2.349,8 kg/ha/ano<sup>4</sup>.

Seguindo a ótica do APL no que concerne à questão da seqüência da cadeia produtiva, o processo de industrialização da carne de peixe busca ampliar o mercado consumidor, servindo ao mesmo tempo como elemento que agrega valor ao produto e propicia o aproveitamento integral do mesmo, abrindo novos nichos de mercado para o produtor. A partir do beneficiamento da carne de peixe, esta pode ser convertida em um alimento de baixo custo e alto valor nutricional a ser inserido na merenda escolar das escolas da rede pública municipal e estadual, bem como direcionada a estruturas como asilos, creches, hospitais e órgãos governamentais através do convênio CONAB-Agricultura Familiar<sup>5</sup>, voltado justamente à viabilização do pequeno produtor rural.

Toda essa estrutura do arranjo produtivo representa (ou representaria), de um lado, um mercado cativo de consumo dos produtos oriundos da piscicultura; de outro, a redução de gastos com aquisição de carne para a merenda escolar, por exemplo, e ainda, um ganho nutricional considerável para um público muitas vezes carente dos nutrientes mínimos de uma alimentação balanceada. Outro importante ponto a ser destacado na região é quanto a sua localização privilegiada, sendo cortada por algumas das principais rodovias do Rio Grande do Sul, as quais são essenciais para escoamento da produção: BR 392 (liga os municípios à

---

<sup>4</sup> Conforme levantamento realizado pela ADESUL de 2007.

<sup>5</sup> O Sistema de Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, beneficiando produtores enquadrados nos grupos A ao D do PRONAF (...) organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais. Através desta operação, o produtor familiar poderá comercializar sua produção até o limite individual de R\$ 2.500,00. Para efeito do presente Projeto, isto equivale a dizer que existe um teto de R\$ 1,7 milhão para comercialização dos produtos oriundos do APL de Piscicultura. (Fonte: Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar – SAF).

região de Pelotas e Porto do Rio Grande); BR 290 (liga os municípios à Grande Porto Alegre); BR 287 (liga os municípios à Grande Santa Maria), conforme mapa abaixo com as principais rodovias do estado.

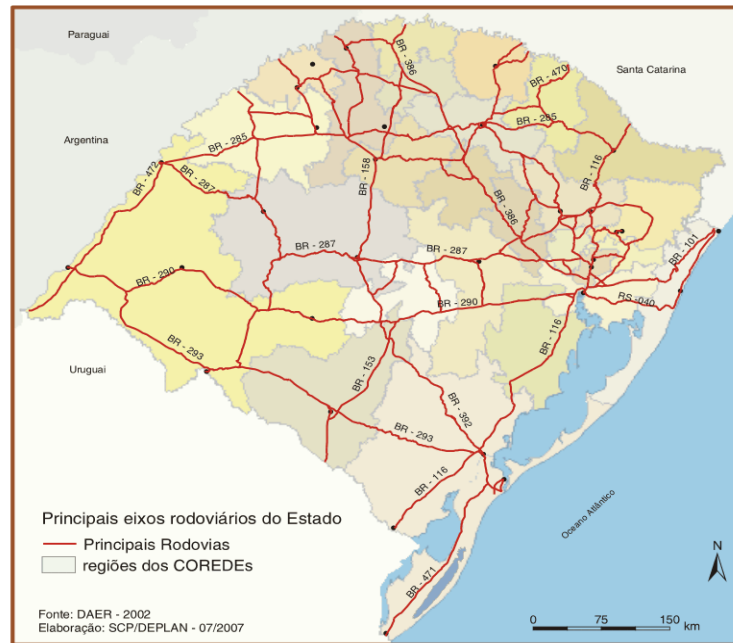


Figura 2: Mapa dos principais eixos rodoviários do Rio Grande do Sul (Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. In: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=971>)

O projeto inicial apresentado pela ADESUL e Corede descreve que os dados de incremento de renda nas propriedades participantes do projeto dizem respeito somente à receita líquida proveniente da venda da produção, sem considerar o valor agregado pelo beneficiamento da carne. De outro lado, está o fato de que os 7 municípios do Corede Jacuí-Centro possuem, juntos, 7.988 propriedades familiares<sup>6</sup>. Isto significa que existem mais 7.303 propriedades que podem ser prospectadas para um processo de expansão da produção e posterior atendimento aos novos mercados, com a utilização de novos canais de comercialização.

Além disso, estes municípios possuem o cultivo do arroz como atividade econômica principal nas propriedades rurais, o que não seria entendido como um fator de inibição para a criação de peixes. Ao contrário, levaria à possibilidade da prática de culturas integradas, como a rizipiscicultura. Neste sistema, além do ganho com a produção do arroz, o produtor ainda teria o ganho com a produção de peixes, chegando a multiplicar por cinco seus rendimentos

<sup>6</sup> MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília, 2000.

por área, sem contar a diminuição de mão-de-obra e a redução na utilização de agroquímicos. Acrescenta-se também a possibilidade do aumento do valor do arroz, por se tratar, a partir desta fusão, de um produto orgânico, apto a receber o selo verde<sup>7</sup>, com alto valor comercial.

Conforme estudos já desenvolvidos pela ADESUL, com o avanço do APL na região, torna-se possível uma expansão da produção com a introdução das estações de alevinagem – Estação de Reprodução – em uma ou mais propriedades inseridas no Projeto. Com esta técnica, é possível viabilizar uma padronização genética e de tamanho dos alevinos a serem desenvolvidos para a criação, bem como a centralização de seu processo de comercialização junto aos próprios produtores.

Pode-se ainda implantar tanques de recria para o desenvolvimento desses alevinos até a idade juvenil, quando então são capazes de serem inseridos nos açudes sem necessidade de esvaziamento e com maior chance de sobrevivência a predadores, adequando-se assim à estrutura disponível de cada propriedade. Logo, o desenvolvimento da aqüicultura permite proporcionar uma gradativa redução do extrativismo e da pesca predatória, transferindo o esforço da mão-de-obra para o cultivo de organismos aquáticos, repercutindo de maneira positiva para a preservação dos ecossistemas e contribuindo para a permanência das pequenas famílias no meio rural.

É importante ressaltar que as informações apresentadas até aqui foram mais um prognóstico/diagnóstico que fundamentou o Arranjo Produtivo Local da Piscicultura na região. Na prática, estas se colocam mais como um ideal do que como realidade concreta. Assim, a partir dessas descrições iniciais, indagou-se quanto a real efetividade de “toda uma cadeia de produção/comercialização/consumo em escolas da prefeitura/mercados locais, com apoio técnico e financeiro”. Nesse sentido, os resultados da pesquisa empírica a serem apresentados e problematizados ao longo da dissertação tentam fazer esta confrontação entre ideal e o real.

---

<sup>7</sup> O Selo Verde um rótulo colocado em produtos comerciais, que indica que sua produção foi feita atendendo a um conjunto de normas pré-estabelecidas pela instituição que emitiu o selo. O Selo Verde atesta, por meio de uma marca colocada voluntariamente pelo fabricante, que determinados produtos são adequados ao uso e apresentam menor impacto ambiental em relação a outros similares. A diferença de rotulagem ambiental para a Certificação de Sistema de Gestão Ambiental é que o que está sendo certificado é o produto, e não o seu processo produtivo. O principal objetivo é deixar claro para o consumidor que o produto está de acordo com critérios de excelência de qualidade. (...) A aceitação do Selo Verde pelo consumidor é garantida pela confiança depositada no emitente do selo. (Fonte: [www.setor1.com](http://www.setor1.com))



## **Arranjo Produtivo Local**

Com as mudanças no mercado global da economia, bem como nas formas de desenvolvimento, e com os avanços das tecnologias, observa-se a necessidade de compreender o fenômeno das aglomerações produtivas regionais. Aglomerações que, baseados em estratégias diferenciadas para alcançar melhores condições para o desenvolvimento econômico e social, redefiniram-se pelo aumento da eficiência da produção e pela comercialização de bens e serviços produzidos em determinado país ou região.

A partir desta necessidade de desenvolvimento, compreende-se o interesse de alguns governos na criação de micro e pequenas empresas ou cooperativas/associações que participem do processo de desenvolvimento de regiões, Estados e até mesmo de países, com a implantação de políticas públicas, tecnológicas e industriais que fortaleçam o indivíduo e/ou o coletivo, fomentando mudanças comportamentais, visando à sustentabilidade no desenvolvimento. É o caso do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura, entendido aqui como uma política pública do governo com intuito de fortalecer o desenvolvimento econômico e social de uma região do interior do Rio Grande do Sul. De acordo com dados do SEBRAE – SP, tal interesse coincide com o reconhecimento de experiências exitosas, baseadas em vocações regionais, onde o fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas/cooperativas/associações tem sido utilizado como estratégia para a promoção de desenvolvimento, principalmente em localidades que apresentam traços de cooperação.

Nessa perspectiva, cabe trazer uma definição mais específica de Arranjo Produtivo Local (APL). Segundo Miranda (2003)<sup>8</sup>, um APL caracteriza-se por ter aglomerações de empresas, fixadas em um mesmo território, apresentando uma especialização produtiva e mantendo vínculos de interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, sendo estes governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Um arranjo produtivo local tem foco na melhoria da competitividade do produto, balizado por pressupostos como conhecimento, inovação e mercado; a vocação setorial é marcada pelos atributos territoriais e pelas capacidades humanas, físicas, institucionais. Além disso, um APL articula aspectos normalmente tratados de forma isolada, como governança, identidade local, capacidade de inovação, aprendizado e visão de mercado.

---

<sup>8</sup> MIRANDA, José Marcelo Goulart de. (membro da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia - SEBRAE Nacional). **MELHORAMENTO DE CLUSTERS: EXPERIÊNCIAS DA ÁSIA E DA AMÉRICA LATINA - “Avaliação e monitoramento de Projetos de APLs no SEBRAE: método e indicadores”**. TERMO DE REFERÊNCIA SEBRAE-2003.

Conforme Osvaldo de Souza Freire (2005)<sup>9</sup>, membro da Unidade Organizacional de Desenvolvimento Territorial de SEBRAE de São Paulo, o APL tem origem na produção de um bem ou um serviço, partindo de uma determinada habilidade ou necessidade identificada, obtida por meio de uma adaptação local de tecnologia já existente, ou da adoção de uma inovação, que permita atingir mercados normalmente próximos, sem grandes estratégias mercadológicas. Para Freire, a partir de um determinado momento, estas aglomerações ultrapassam as relações locais e podem vir a gerar economias externas, com atração de fornecedores especializados em matéria-prima, equipamentos, serviços, assim como atração de mão-de-obra com habilidades específicas às atividades locais, aumentando o fluxo de informações e de inovações, consolidando as economias de escala. Tais aglomerações podem também aumentar a própria capacidade competitiva através de ações conjuntas deliberadas, como a criação de consórcios de exportação, formação de profissionais, entre outros.

O APL, segundo Freire (2005), compreende um recorte do espaço geográfico (parte de um município, conjunto de municípios etc.), que possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais e históricos). Por conseguinte, para as análises realizadas neste trabalho, deu-se ênfase à caracterização de um APL pela existência da aglomeração de um número significativo de atores que operam em torno de uma atividade produtiva, a piscicultura. Esse território foi entendido como uma teia ou rede de relações sociais que se projeta em um determinado espaço (no caso pesquisado, a cidade de Restinga Sêca), onde a dimensão constitutiva é a econômica por definição, apesar de não se restringir só a ela. A figura a seguir mostra as relações existentes em um APL no sentido utilizado por este trabalho.

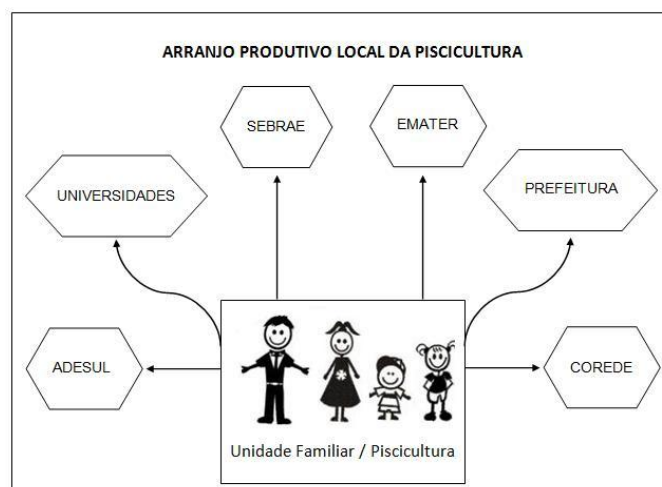


Figura 3: Articulações dentro de um arranjo produtivo local – viés do produtor piscicultor

<sup>9</sup> FREIRE, Osvaldo de Souza. **Os Arranjos Produtivos Locais não podem ser uma Babel**. IN: [http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/arranjos\\_produtivos\\_locais\\_nao\\_podem\\_ser\\_uma\\_babel.pdf](http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/arranjos_produtivos_locais_nao_podem_ser_uma_babel.pdf)

Muitos estudos sobre arranjos produtivos locais apontam para questões voltadas unicamente para a variável econômica, deixando um vazio quanto aos aspectos que tratam do desenvolvimento do capital humano existente nesses contextos sociais. Um exemplo de como são feitos estudos e análises sobre o desempenho de arranjos produtivos locais mostra apenas uma visão macroeconômica do evento, como pode ser observado na análise dos resultados do estudo sobre o cultivo da araucária e sua viabilidade financeira no Estado de Santa Catarina. Tal trecho destaca os resultados referentes ao campo econômico, com análises fundamentadas em rentabilidade e custo operacional, deixando de fora estudos sobre o agente econômico e o desenvolvimento de capital humano.

“Os custos de manutenção da primeira e da segunda fase também tendem a ser um pouco mais elevados devido ao lento crescimento inicial da espécie e a potencial necessidade de uma desrama a mais por volta do 10º ano de idade da floresta. As receitas obtidas com a comercialização das toras provenientes do primeiro e do segundo desbastes são pequenas, entretanto, a partir do 25º ano, quando a tora atinge o diâmetro mínimo para laminação, o potencial de receita aumenta significativamente. As receitas provenientes da venda de pinhões são muito difíceis de estimar e, quando são estimadas, revelam-se pouco representativas em termos líquidos, por causa dos elevados gastos com a coleta, a debulha, a embalagem e o transporte interno do pinhão. (...) A rentabilidade financeira da araucária é pequena devido, basicamente, ao longo ciclo de maturação da espécie, a baixa produtividade e aos elevados custos de implantação. Calculando-se a taxa de retorno do resultado operacional da comercialização de toras e de pinhões, obtém-se uma rentabilidade intrínseca de 9,41%, sem considerar o valor da terra e, de 6,6% a.a., considerando-se o valor médio da terra de segunda em Santa Catarina, nos primeiros 5 meses de 2004”.

(Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – Florianópolis – 2005)<sup>10</sup>

Este fragmento é um exemplo de como são construídos grande parte dos relatórios de análises de arranjos produtivos locais, baseados quase que inteiramente em dados técnicos e financeiros, não dando a devida atenção às variáveis humanas existentes nas diferentes localidades. Mesmo assim, diante de tal problemática e da escassez de informações que este tipo de diagnóstico proporciona, é possível perceber que alguns estudos tentam avançar, em seus exames finais, para além do viés estritamente econômico, destacando questões como cooperação e governança no bojo das investigações e discussões sobre os arranjos produtivos

---

<sup>10</sup> BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – Agência de Florianópolis – Santa Catarina. **CULTIVO DA ARAUCARIA ANGUSTIFOLIA: Viabilidade econômico-financeira e alternativas de incentivo.** IN: [http://www.brde.com.br/estudos\\_e\\_pub/IS%20200501Cultivo%20da%20arauc%C3%A1ria%20SC.pdf](http://www.brde.com.br/estudos_e_pub/IS%20200501Cultivo%20da%20arauc%C3%A1ria%20SC.pdf)

locais. A presente pesquisa sobre o arranjo produtivo local da Piscicultura na região do Jacuí-Centro do Rio Grande do Sul, estudando os produtores da cidade de Restinga Sêca, intentou ponderar não somente sobre a variável econômica isolada, mas compreender este APL como um evento econômico socialmente construído.

Para Freire (2005), torna-se plausível compreender o papel dos indivíduos ou das instituições na repartição de poder e autoridade para gerenciar o processo de organização, articulação e coordenação dos interesses dos atores envolvidos no arranjo. Essa forma de compreensão do APL também diz respeito aos diferentes modos de participação nos processos de decisões locais, dos diferentes agentes, tanto públicos como privados. O autor também expressa que essa “cooperação” envolve as interrelações entre atores: a cooperação e a interação nascem com o objetivo de executar determinada ação de interesse coletivo e que, portanto, deveria ter grande expressão nos arranjos produtivos, posto que este seja um espaço privilegiado de interesses de grupos. O dado relevante a ser analisado é sobre a funcionalidade dos agrupamentos existentes, se operam com baixa efetividade ou se operam com ganhos maiores.

Nesse sentido, Freire (2005) entende que a interação e a cooperação constituem-se no caminho mais curto para a criação de projetos eficazes e na verdadeira utilização dos conhecimentos tácitos nos níveis locais e regionais, exatamente por reunir atores que têm um conhecimento detalhado da sua área, e que são capazes de identificar os pontos fortes e fracos das suas localidades. Estes arranjos produtivos locais possuem grandes chances de sucesso em um contexto competitivo a partir do momento que se organizam e desenvolvem sistemas de integração baseados na cooperação, solidariedade, confiança, coesão e valorização do esforço coletivo. A capacidade de se articular em cadeias produtivas competitivas, em espaços locais, depende muito de como estas cadeias estão inseridas em suas localidades. As estratégias dos grandes agentes econômicos implicam em escolher regiões que se integram facilmente ou que, oposto a isso, possuem dificuldades para convergirem; isto é o que vem redefinindo hierarquias e dinâmicas de crescimento econômico de territórios em toda aldeia global.

Assim, partindo-se do pressuposto que um arranjo produtivo local é entendido como uma política pública e um evento econômico socialmente construído, que afeta a vida das pessoas no plano individual e na comunidade, que afeta o meio físico e que, como um empreendimento socioeconômico, pode contribuir para que as pessoas busquem seu “bem-estar econômico e sustentável”, tornaram-se importante algumas discussões sobre crescimento econômico, desenvolvimento humano e qualidade de vida, baseado nos conceitos de Amartya Sen, Ignacy Sachs, Selene Herculano, nos próprios relatórios da ONU dentre outras fontes.

Entender estas questões foi fundamental para uma análise dos impactos sociais e econômicos na vida dos produtores/piscicultores participantes do APL da Região do Jacuí-Centro do Rio Grande do Sul.

### **Crescimento econômico e a dimensão da variável humana**

Durante anos foi muito comum abordar desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, tentando simplificar as formas de medir desenvolvimento, levando em consideração a evolução de indicadores tradicionais de economia, como o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Conforme Veiga (2006)<sup>11</sup>, até o início dos anos de 1960 não se tinha a necessidade de diferenciar desenvolvimento de crescimento econômico, uma vez que as poucas nações desenvolvidas eram as que haviam enriquecido com o advento da industrialização. Para Veiga (2006), essa confusão entre desenvolvimento e crescimento econômico, principalmente ao se tratar de países pobres, mostrou o quanto esses estudos eram voltados para os fenômenos econômicos baseados em análises de PIB, comportamento das exportações ou evolução do mercado, não dando ênfase para explicações mais qualitativas, voltadas para aspectos culturais, sociais, estruturais e ecológicos.

Segundo o autor, alguns fundamentalistas do mercado consideravam o desenvolvimento como algo redundante, e que este seria uma consequência natural do crescimento econômico. Conforme Veiga (2006), o crescimento da economia deve ser entendido como um elemento de um processo maior, no qual seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios, referindo-se a um modelo de desenvolvimento que tenha políticas estruturadas por valores que não sejam apenas os da dinâmica econômica. Não se postula aqui desconsiderar o crescimento econômico da análise do desenvolvimento, mas levar em conta a questão que esse desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da auto-realização e da felicidade, com esforços coletivos ou individuais<sup>12</sup>.

Existe uma dissonância entre aspectos da renda *per capita* e a liberdade dos indivíduos para ter uma vida longa e viver bem. As variações na expectativa de vida relacionam-se com as oportunidades sociais centrais, como políticas de combate a doenças, serviços de saúde,

---

<sup>11</sup> VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

<sup>12</sup> Ignacy Sachs faz, nesse aspecto, uma crítica aos teóricos do desenvolvimento de correntes fundamentalistas e pós-modernistas. Neste ponto, percebe-se uma das várias aproximações das discussões de Ignacy Sachs com Amartya Sen.

facilidades educacionais, dentre outras, que uma análise de desenvolvimento, realizada apenas pelo cálculo na renda *per capita*, não dá conta da realidade. José Eli da Veiga descreve que algumas privações, como se vestir e morar adequadamente, são vinculadas aos níveis de renda – tem-se preferência por ter renda alta e grande longevidade à apenas expectativa de vida elevada, mas se torna perigoso analisar indicadores básicos de qualidade de vida e desenvolvimento somente baseados na renda *per capita* ou na expectativa de vida.

Na esteira dessas discussões, percebeu-se a propensão a selecionar alguns poucos índices que, juntos, permitiram uma avaliação do desenvolvimento para além do viés estritamente econômico, buscando o entendimento desse conceito em suas várias dimensões. Nesse sentido, Amartya Sen trouxe contribuições essenciais à idéia de desenvolvimento, na chegada do século XXI, ao Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), assinalando a falta de uma alternativa à renda *per capita*.

Sen, como construtor do *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*, pretendia criar um indicador que fosse capaz de fornecer, segundo Veiga (2006), um tipo de “hodômetro” do desenvolvimento entendido como a expansão das liberdades substantivas. Para Mahbud ul Haq<sup>13</sup>, seria muito difícil encontrar essa medida sintética do desenvolvimento e, como consequência, as análises acabariam voltando para a simples avaliação da renda *per capita*.

Costa Lima (2008)<sup>14</sup>, analisando Amartya Sen, destaca que o desenvolvimento pode ser visto como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”; pelo reconhecimento de que há uma dissonância entre renda *per capita* e certas liberdades como vida longa e tranqüila, explicitados em casos de países ricos em PNB *per capita* (Gabão e Brasil), mas que apresentam baixa expectativa de vida em comparação com países mais pobres. Adotar a instituição da liberdade como o núcleo duro do conceito de desenvolvimento faz com que elementos não econômicos ganhem importância, fatores estes que eram ignorados ou tratados como questões explicativas externas ao desenvolvimento. (COSTA LIMA, 2008, p.128).

Para o autor, a democracia, os direitos civis (a liberdade de participar de discussões e deliberações públicas), e disposições sociais como educação e sistema de saúde são elementos constitutivos e intrínsecos ao processo de desenvolvimento. O sistema econômico passa a ser avaliado segundo o progresso e aumento das liberdades das pessoas: um indivíduo

---

<sup>13</sup> Organização das Nações Unidas. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos**. IN: [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf)

<sup>14</sup> COSTA LIMA, João Vicente Ribeiro Barroso da. **As Possibilidades de uma Socioecologia em Amartya Sen**. Revista Pensamento Plural, 03. Pelotas: julho/dezembro 2008.

devidamente educado e saudável, em melhores condições de assumir o papel de agente. Efetivamente, a avaliação do sistema exige a análise das instituições que empiricamente servem aos objetivos da expansão das liberdades e para se aferir até que ponto é proporcionado ao indivíduo, no final do processo, os recursos requeridos à geração do indivíduo livre e competente.

No entendimento de Veiga (2006), baseado em Amartya Sen e Mahbud ul Haq, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento conseguem ampliar as capacidades humanas – o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Essas capacidades mais elementares são quatro: ter vida longa e saudável, ter bom nível de escolaridade, ter acesso a recursos básicos para uma vida digna e participar da vida da comunidade. Sem essas quatro capacidades humanas, as outras todas estariam indisponíveis. Assim, fica entendido que o desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas a partir do momento em que as pessoas podem fazer suas escolhas para alcançar a vida que realmente desejam. Essa é a abordagem que o PNUD tem adotado, desde 1990, como conceito de desenvolvimento nos seus relatórios anuais.

“O *Relatório de 2004* enfatiza que o desenvolvimento depende da maneira como os recursos gerados pelo crescimento econômico são utilizados – se para fabricar armas ou para produzir alimentos, se para construir palácios ou para fornecer água potável. E os resultados humanos, como a participação democrática na tomada de decisão, ou a igualdade de direitos para o homem e a mulher, não dependem dos rendimentos. Por estas razões, o *Relatório de 2004* apresenta um conjunto extensivo de indicadores (33 quadros e quase 200 indicadores) sobre importantes resultados conseguidos em países de todo mundo, como a esperança de vida à nascença, as taxas de mortalidade de menores de cinco anos (que refletem a capacidade de sobreviver) e as taxas de alfabetização (que refletem a capacidade de aprender). Também incluem importantes indicadores sobre a possibilidade de realizar essas capacidades, como acesso à água potável, e sobre a equidade na realização, como os hiatos entre homens e mulheres na escolarização, ou na participação política”. (VEIGA, 2006, p. 86).

Os relatórios da PNUD indicam o IDH (índice de desenvolvimento humano) como ponto de partida para analisar o processo de desenvolvimento. Entretanto, análises feitas somente com base no IDH acabam deixando de fora variáveis relacionadas à participação na comunidade, nas decisões que afetam a vida das pessoas. Mesmo assim, o IDH ainda apresenta uma distinção entre rendimento e bem-estar, uma vez que ter PIB elevado não

significa ter IDH elevado. Entretanto, na visão de Veiga (2006), o principal defeito do IDH é que ele resulta numa média aritmética entre renda, escolaridade e longevidade, e esta não revela o grau de desenvolvimento realmente atingido por determinada coletividade. O IDH ainda omite cálculos sobre as variáveis ambiental, cultural e cívica.

Uma crítica interessante deve ser esclarecida neste contexto: as variáveis utilizadas pelo IDH para que se avalie o nível de desenvolvimento humano ainda não deixam perceber os níveis de qualidade de vida por completo, até por não incorporarem a dimensão ambiental. É preciso então entender que as pessoas podem ter boa escolaridade, longa expectativa de vida, acesso às riquezas geradas, mas morarem e trabalharem em locais poluídos, sujeitos a riscos, conviverem com águas sujas, respirarem poluentes e habitarem compactamente selvas de pedra deprimentes, onde as cores predominantes sejam os tons de cinza do cimento e do asfalto. Assim, o real bem-estar também tem que envolver aspectos ambientais.

Da mesma forma, não há como considerar que exista vida com qualidade para uma pessoa que vive em cenários idílicos e saudios, mas sem acesso à educação, aos serviços de saúde e à tecnologia contemporânea, tampouco pode ser bom ter tudo isso e não ter um ambiente natural e saudável em torno. (HERCULANO, 1998). Entretanto, conforme os objetivos iniciais desta pesquisa, as informações sobre IDH serviram também como base para algumas avaliações e comparações quanto ao desenvolvimento humano dos produtores/piscicultores integrantes do APL e moradores do município de Restinga Sêca.

Roberto Cavalcanti de Albuquerque, diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), apontou outro índice para medir desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), o qual apresenta cinco componentes com o mesmo peso de avaliação: a) saúde – indicando expectativa de vida ao nascer e taxa de sobrevivência; b) educação – taxa de alfabetização e indicadores de escolaridade média (anos de estudo); c) trabalho – taxas da atividade e ocupação; d) rendimento – PIB, renda *per capita* e coeficiente de igualdade; e) habitação – disponibilidade de água, energia elétrica, geladeira e televisão. (VEIGA, 2006, p. 103).

A principal diferença entre IDH e IDS está na inclusão de indicadores de desigualdade de renda, variável relativa ao desemprego e inclusão de indicadores de acesso aos bens fundamentais. Contudo, o foco deste trabalho não foi fazer distinção entre esses índices, mas utilizá-los para a criação de um quadro de indicadores socioeconômicos a fim de compreender os impactos sociais gerados pela piscicultura na região de Restinga Sêca. Tanto as variáveis apresentadas pelo IDH, quanto às apresentadas pelo IDS são índices sintéticos muito úteis na obtenção de indicadores de desenvolvimento humano e qualidade de vida.



Mesmo que seja um exercício arbitrário atribuir grandezas monetárias a prejuízos ou ganhos que não têm preços determinados por mercados, não é impossível atribuir grandezas monetárias aos danos causados por poluições, ao trabalho de pais e mães na criação de seus filhos, ou aos cuidados familiares com os mais idosos, quando esses são compreendidos em cada contexto social. As correções do PNB ou do PIB até podem levar a um razoável indicador que chame a atenção para a evolução divergente entre o desempenho de uma economia nacional e o bem-estar ou a qualidade de vida que ela foi capaz de gerar, mas somente essas variáveis não dão conta da verdadeira dimensão do desenvolvimento humano.

Segundo Relatório da ONU sobre desenvolvimento humano do ano de 2009<sup>15</sup>, existem fatores essenciais relacionados com a estrutura da economia e da sociedade, associados ao contexto que determinam as decisões dos agentes, mesmo sofrendo alterações com o tempo. Esta interação dinâmica entre as decisões individuais e o contexto socioeconômico, “interação agência-estrutura”, é crucial para entender o que define o comportamento humano. É, sobretudo, notar que as teorias que enfatizam fatores puramente econômicos não são eficazes em retratar a estrutura social mais abrangente em que as decisões são tomadas. A partir de uma sociedade reflexiva, com embasamento para a promoção de discussões e exigências, e em busca dos interesses individuais, percebe-se que: “os valores sociais podem desempenhar um papel importante no êxito de várias formas de organização social, incluindo o mecanismo de mercado, a política democrática, os direitos civis e políticos elementares, a provisão de bens públicos básicos e instituições para a ação e o protesto público” (SEN, 2000 – p.297).

Amartya Sen<sup>16</sup> define o desenvolvimento como um processo de ampliação da capacidade dos indivíduos terem opções, fazerem escolhas através da ampliação do horizonte social e cultural. Segundo o autor, o desenvolvimento social resume-se nas possibilidades de cooperação e solidariedade entre os membros da sociedade que transformam o seu crescimento econômico em um processo de formação de capital social: o “desenvolvimento como liberdade”. Quanto maior o capital social – a rede de relações sociais e o grau de confiança recíproca – melhores são as iniciativas de criar programas que favoreçam a equidade e a igualdade e que estimulem a criação de melhores serviços públicos de educação e saúde, ao mesmo tempo em que impulsionam o crescimento econômico e possibilitam a

---

<sup>15</sup> Idem ao 12.

<sup>16</sup> SEN, Amarthya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

governabilidade democrática<sup>17</sup>. Assim, a expansão de capacidades para geração de mudança social, além da mudança econômica, mostra a importância do papel dos seres humanos como instrumentos de transformação tanto da produção econômica, quanto do desenvolvimento político e social.

“As recompensas do desenvolvimento humano, como vimos, vão muito além da melhora direta da qualidade de vida, e incluem também sua influência sobre habilidades produtivas das pessoas e, portanto, sobre crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada. Saber ler e fazer contas ajuda as massas a participar do processo de expansão econômica (bem ilustrado por Japão e Tailândia). Para aproveitar as oportunidades do comércio global, o ‘controle de qualidade’ e a ‘produção segundo especificações’ podem ser absolutamente cruciais, e trabalhadores que não sabem ler e fazer contas têm a dificuldade para alcançar e manter esses padrões. Ademais, existem provas concretas de que a melhoria nos serviços de saúde e na nutrição também tornam a força de trabalho mais produtiva e bem remunerada”. (SEN, 2000 – p.171).

Essa citação de Amartya Sen mostra o valor da geração de oportunidades para o desenvolvimento das liberdades individuais e substantivas; para a busca por melhor qualidade de vida e inserção na realidade social. Segundo o autor, é preciso fazer uso das oportunidades oferecidas pelo mecanismo de mercado, aproveitando da melhor forma possível as trocas comerciais e primando por um comportamento prudente na busca do desenvolvimento sustentável, humano e de qualidade.

Conforme Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009 da ONU, uma vez que diferentes pessoas deparam-se com diferentes oportunidades e restrições, observam-se desigualdades significativas em cada contexto. Os casos em que as pessoas experimentam deteriorações no seu bem-estar (daquilo que entendem por bem-estar) durante ou após o processo de mudança – conflito, tráfico, desastres naturais, entre outros – estão associados às restrições que as impedem de escolher livremente o seu lugar na vida. A abordagem das capacidades provou ser influente na redefinição do pensamento sobre tópicos tão diversos como os do gênero, segurança humana e alterações climáticas. Usar a perspectiva do alargamento das liberdades e capacidades humanas tem implicações significativas para um arranjo produtivo local, a partir do momento que se entende que essa nova dinâmica social pode trazer efeitos significativos nos rendimentos econômicos, na educação, na saúde, na participação na comunidade, etc.

---

<sup>17</sup> RATTNER, Henrique. **Crescimento ou desenvolvimento**. Revista Espaço Acadêmico, ano III, número 27, 2003. In: <http://www.espacoacademico.com.br/027/27rattner.htm>

Esse é o sentido de “desenvolvimento” que foi utilizado como suporte teórico na pesquisa sobre desenvolvimento humano e qualidade de vida dos piscicultores do município de Restinga Seca na região central do Rio Grande do Sul. A expansão das liberdades e o incremento das capacidades dos indivíduos para cuidarem de si próprios e participarem da vida da comunidade tem relação direta com padrões racionais de conduta diária. Assim, a presente pesquisa conecta a dimensão racional dos indivíduos e suas famílias articuladas com as noções relativas ao desenvolvimento humano, traduzidas em fórmulas cotidianas de ação diária.

### **A noção de sustentabilidade**

Na esteira das mudanças do conceito de desenvolvimento, o qual, a partir do modelo de Amartya Sen, passa a buscar a compreensão de variáveis ligadas ao humano, percebe-se também o problema de tentar compreender a noção de sustentabilidade dentro desse conceito. Assim como as questões sobre participação social, direito civil e ética, as noções sobre a relação homem/natureza tangenciam a idéia principal de desenvolvimento, aonde a variável ambiental ainda é entendida como um bem que não adquire valor de troca e sua melhor captação passa por uma análise de custo-benefício da alteração do bem-estar. (VEIGA, 2006, p. 125).

A noção de desenvolvimento sustentável oscila entre os teóricos que possuem uma visão alarmante do futuro e entre aqueles que acreditam que surgirão inovações econômicas e tecnológicas que poderão evitar as catástrofes ambientais. José Eli da Veiga postula que a evidência da expressão “sustentabilidade” passou a exigir um uso mais responsável dos recursos naturais, e as prioridades ambientais passaram a ser encaradas também em termos de sustentação das liberdades humanas, voltando à noção de desenvolvimento proposta por Sen.

Viola e Leis (1991)<sup>18</sup> observam que a linha mestra do relatório da ONU (o ideário originalmente presente tanto no Relatório Brundtland, quanto na Agenda 21<sup>19</sup>) representa um projeto específico de sustentabilidade, formulado através de um processo de coalizão

---

<sup>18</sup> VIOLA, Eduardo & LEIS, Hector. “A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável”. In: NOVAES, Ricardo Carneiro. **Desenvolvimento Sustentável na Escala Local; a Agenda 21 Local como Estratégia para a construção da Sustentabilidade**. I ANPPAS. Brasília, 2002.

<sup>19</sup> A Agenda 21 foi um dos principais resultados da Conferência Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro, pela qual se estabelece a importância de cada país quanto ao seu comprometimento na cooperação dos diversos setores da sociedade a fim de cooperarem na elaboração de ações para solucionar ou mitigar os problemas sócio-ambientais. mais diversos setores da sociedade a fim de cooperarem na elaboração de ações para os problemas sociais e ambientais.

envolvendo forças econômicas, políticas e sociais hegemônicas, as quais têm como objetivo a manutenção das condições para a sua própria sustentabilidade. A noção de desenvolvimento sustentável implica na necessária redefinição das relações sociedade humana-natureza e, portanto, em uma mudança substancial do próprio processo civilizatório.

Para Pedro Jacobi (2002)<sup>20</sup> em “Meio Ambiente e Sustentabilidade”, a ênfase no desenvolvimento sustentável deve estar fixada na superação dos *déficits* sociais nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, principalmente nos que diz respeito aos países desenvolvidos, para conseguir manter e aumentar os recursos de base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água. Assim, a idéia de sustentabilidade alude a uma redefinição do conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos, os quais são formados a partir de um processo dialógico informado, o que reforça o sentimento de co-responsabilização e de constituição dos valores éticos.

Conforme Costa Lima (2010), o conceito de desenvolvimento sustentável (DS) anuncia uma complexa equação da organização da vida como um novo modelo que insere os homens no mundo natural com o fim de sua reprodução material: homens motivados a pensar políticas que possibilitam arquitetar uma sociedade sustentável e suas expectativas por um novo mundo. Articula-se aqui com identidades e representações das realidades (natural e humana) e com novas condições que orientam as ações dos agentes sociais em relação a essas realidades.

Para o autor, é nesse contexto de questões e impasses teóricos que emerge o pensamento de Amartya Sen, o qual busca nas dinâmicas sociais e políticas a idéia principal para o projeto de sustentabilidade da vida. Na visão de Sen, o arcabouço intelectual e ético que dá contornos à noção de desenvolvimento sustentável precisa coadunar-se com a máxima do desenvolvimento como expansão das capacidades humanas. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições de habilitação. (COSTA LIMA, 2008: 129).

Apesar de muitas críticas serem feitas ao conceito de desenvolvimento sustentável, e pelas confusões existentes entre crescimento e desenvolvimento, é preciso compreender que este conceito ainda não está totalmente construído e deve ser entendido em cada contexto socioeconômico. José Eli da Veiga aponta que dentre as principais discussões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, Ignacy Sachs foi o que melhor conseguiu evitar o

---

<sup>20</sup> JACOBI, Pedro. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Fundação de Economia: USP, 2002.

ambientalismo pueril, o qual dá pouca importância a questões como pobreza, desigualdade e desenvolvimento anacrônico. Segundo Veiga, Sachs traz uma abordagem fundamentada na harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos, o chamado: *ecodesenvolvimento*<sup>21</sup>.

Em Freitas (2008)<sup>22</sup>, tem-se Ignacy Sachs ressaltar que para chegar a um desenvolvimento que satisfaça necessidades humanas básicas é preciso ter a solidariedade entre as gerações e a participação da população na busca da preservação dos recursos sociais e do meio ambiente em geral, na elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas e com programas de educação voltados para sua realidade e necessidades<sup>23</sup>. Sachs (2007) propõe um modelo do “ecodesenvolvimento” que apresenta táticas de desenvolvimento regional e microrregional, que buscam a continuidade da produção, mas com a redução dos custos sociais e ambientais das populações. Além disso, esse conceito enfoca um desenvolvimento participativo no campo do planejamento e da gestão, relacionando-se com postulados éticos e de saber, como o atendimento às necessidades humanas fundamentais, promoção da autoconfiança das populações envolvidas e o cultivo com a prudência ecológica em prol de uma visão preventiva-adaptativa, alimentada pela pesquisa de sistemas complexos. (SACHS, 2007 – p.12).

Tal proposta surge, conforme Freitas (2008), em contraste ao pensamento convencional sobre sustentabilidade, pois estes novos princípios passam a encadear a realização de avaliações participativas de ecossistemas combinadas com estratégias integradas de harmonização dos objetivos socioeconômicos, sócio-culturais e sócio-ambientais do desenvolvimento, levando-se em consideração cada contexto social, compreendendo e conhecendo as particularidades, como o conhecimento tradicional e local. Esse conceito é um estilo de desenvolvimento que busca soluções específicas para problemas particulares, levando em conta dados ecológicos, sociais, culturais e econômicos e necessidades alcançadas em longo prazo. Conforme Sachs (2007), esse novo modelo de desenvolvimento reage contra o pensamento universalista, dá confiabilidade às sociedades para que elas identifiquem seus

---

<sup>21</sup> SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.

<sup>22</sup> FREITAS, Tanise. **Estudo das Políticas de Responsabilidade Sócio-Ambiental para a compreensão da racionalidade empresarial**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

<sup>23</sup> **A responsabilidade sócio-ambiental da empresa: interatividade com o estado e a sociedade**. in: <http://www.rlcu.org.ar/destacados/clea/ponencias/i%20encuentro%20rlcu-butsk%20iv.pdf> visitado em 07 de janeiro de 2010.

próprios problemas e que apresentem possíveis soluções pontuais, para além da utilização de um quadro de soluções padrão, universal.

“Ao que tudo indica, a implementação de estratégias de desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado só acontecerá na medida em que formos capazes de superar a hegemonia alcançada atualmente pelas doutrinas neoliberais, ao lado de outras abordagens de planejamento e gestão que primam pelo viés analítico-reducionista e pela multiplicação de intervenções remediadas, pontuais e fragmentadas. Isso significa que deveríamos continuar insistindo não só na crítica dos limites da quantificação monetária dos danos infligidos ao patrimônio natural e cultural, como se, daqui a diante, tudo pudesse ser impunemente transformado em mercadoria. Ao mesmo tempo, seria necessário superar as limitações das práticas usuais de avaliação de impactos sócio-ambientais *projeto por projeto* no nível local, que costumam deixar a descoberto um complexo jogo de sinergias, oportunidades e bloqueios constatados nos níveis micro- e mesorregional”. (SACHS, 2007 – p.20.).

As colocações de Sachs, Veiga e Amartya Sen apontam para os objetivos do desenvolvimento de políticas públicas como o Arranjo Produtivo Local (APL) da Piscicultura, que busca um modelo de desenvolvimento que leve em consideração os fatores humanos da melhoria de qualidade de vida e da preservação ambiental atrelado ao crescimento econômico da região e não apenas um crescimento da produção de peixes como alternativa para auferir mais renda. A partir destas constatações sobre sustentabilidade, objetivou-se compreender a realidade dos produtores de Restinga Sêca, de acordo com seus valores, saberes e culturas locais; de acordo com as condutas e as ações dos agentes envolvidos.

## Qualidade de Vida

Ao introduzir neste trabalho algumas concepções acerca do significado de “qualidade de vida”, é interessante destacar inicialmente alguns questionamentos de Selene Herculano (1998)<sup>24</sup> sobre a temática. A autora debate sobre real sentido de qualidade de vida e sobre seu grau de prioridade para as pessoas que buscam atender suas necessidades básicas. Para isso, Herculano traz algumas perguntas como: estaria a qualidade de vida atrelada a requinte e sofisticação (luxo) e, “portanto, algo supérfluo diante de questões mais substantivas, como

---

<sup>24</sup> HERCULANO, Selene C. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, UNICAMP/NEPAM, Ano I, nº 2, 1º semestre de 1998. IN: <http://www.uff.br/lacta/publicacoes/nepamqv.htm>

garantir um ‘patamar mínimo de dignidade e de condição humana?’” Como determinar as "necessidades básicas"? E quem as determina?”(HERCULANO, 1998).

Herculano propõe que as carências de alimentação, moradia, saúde são, muitas vezes, assistidas por programas paliativos que beneficiam uma parcela da população, enquanto outros ainda permanecem sem atenção. Entretanto, acredita a autora, as críticas a estas iniciativas não levam em consideração que não se trata apenas de dar, por exemplo, casas às pessoas, mas dar um lugar para essas pessoas que só tem como alternativa os barracos de papelão ou a própria rua.

“Não será superficialismo discutir o leite da vaca mecânica e a xepa para as crianças pobres, quando a alternativa parece ser a de deixá-las à míngua? Não será romantismo defender florestas e águas puras, quando a alternativa é a de ter uma população desempregada e miserável?”. Críticas assim são, todavia, importantes, pois abrem espaço para perguntas cabais: por que, exatamente, os governos não podem trabalhar com a real possibilidade de prover todas as crianças de leite natural, carnes e frutas frescas, prover os sem-teto de habitações onde realmente todos caibam e a população, a um só tempo, possa ter emprego racional e ambiente ameno e equilibrado?”(HERCULANO, 1998).

Nesse sentido, tem-se a necessidade de avaliar qualidade de vida não somente por aquilo que as pessoas podem adquirir, mas por aquilo que elas entendem e equacionam para a melhoria de sua vida. Neste caso, é preciso examinar a disponibilidade de recursos, a real capacidade de um grupo social/indivíduo em satisfazer suas necessidades; mensurar os graus de satisfação e dos patamares desejados: avaliar qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança. Conforme Herculano (1998) deve-se levar em conta a definição do que é qualidade de vida e se esta variará em razão das diferenças individuais, sociais e culturais e pela acessibilidade às inovações tecnológicas.

Costa Lima (2008), a partir de Amartya Sen, reflete sobre a relação de mútua determinação entre as liberdades substantivas e as oportunidades, postulando que as liberdades substantivas que desfrutamos para exercer nossas responsabilidades são extremamente dependentes das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais. Uma criança a quem é negada a oportunidade do aprendizado escolar básico é desfavorecida por toda a vida. O adulto sem os recursos para receber tratamento médico para curar uma doença é vítima de morbidez e da morte, a qual seria possivelmente escapável. Os indivíduos (a criança e o adulto) são privados não só do bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, uma vez que esta

depende do gozo de certas liberdades básicas. Oportunidades iguais para tipos humanos diferentes podem perpetuar as desigualdades eticamente reprováveis.

Assim, o argumento do apoio social para expandir a liberdade das pessoas é um argumento *em favor* da liberdade individual e não contra ela. Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõe à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. (COSTA LIMA, 2008: 130).

Erik Allardt (1996)<sup>25</sup>, a partir de um estudo escandinavo sobre bem-estar, apresentou um sistema mais abrangente de indicadores de qualidade de vida. Tal enfoque sobre as necessidades básicas é, segundo Allardt, mais complicado e mais ambíguo que um enfoque baseado somente nos aspectos econômicos, pois considera como condições necessárias para o desenvolvimento humano, as condições mínimas pelas quais os seres humanos conseguem levar sua vida. “TER, AMAR e SER” são as palavras que Allardt destaca como o meio possível de medir as condições centrais necessárias ao desenvolvimento humano. O quadro a seguir mostra como ocorre uma análise subsidiada por estas três palavras:

Tabela 1: Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida nos termos de Erik Allardt (1996)

	<b>Indicadores objetivos</b>	<b>Indicadores subjetivos</b>
<b>Ter</b> – necessidades materiais e imensoais.	Medidas objetivas do nível de vida e das condições ambientais.	Sentimentos subjetivos de satisfação/insatisfação com as condições de vida.
<b>Amar</b> – necessidades sociais.	Medidas objetivas de relações interpessoais	Sentimentos de felicidade/infelicidade - nas relações sociais
<b>Ser</b> – necessidades de desenvolvimento pessoal.	Medidas objetivas da relação das pessoas com a) sociedade e b) natureza.	Sentimentos subjetivos de alienação/desenvolvimento pessoal.

(1) “Ter” refere-se aos recursos econômicos (medidos por renda e riqueza); condições de habitação (medidas pelo espaço disponível e conforto doméstico); emprego (medido pela ausência de desemprego); condições físicas de trabalho (avaliado pelos ruídos e temperaturas nos postos de trabalho, rotina física, stress); saúde (sintomas de dores e doenças,

<sup>25</sup> ALLARDT, Erik. **Tener, Amar, Ser: Una alternativa al modelo sueco de investigación sobre el bienestar.** In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida.** México: Fondo de Cultura Económica, 1996.



acessibilidade de atendimento médico; educação (medida por anos de escolaridade). (ALLERDT, 1996: 128).

(2) “Amar” refere-se à necessidade de se relacionar com outras pessoas e formar identidades sociais: união e contatos com a comunidade local; apego com a família e os parentes; padrões ativos de amizade; reações e contatos com companheiros membros de associações e organizações; relações com companheiros de trabalho. (ALLERDT, 1996: 129).

(3) “Ser” refere-se à necessidade de integração com a sociedade e viver em harmonia com a natureza: em que medida uma pessoa participa nas decisões e atividades coletivas que influenciam sua vida; atividades políticas; oportunidades para ter atividades de lazer; oportunidades para uma vida profissional significativa; oportunidade de desfrutar o contato com a natureza seja por contemplação ou com atividades de passeio, jardinagem e pesca. (ALLERDT, 1996: 130).

Robert Erikson (1996)<sup>26</sup> faz uma descrição sobre desigualdade no contexto sueco, a partir de uma investigação sobre o bem-estar. Para o autor, a medida e a descrição de bem-estar implicam em dar resposta a perguntas como: “Devem-se levar em conta as necessidades ou os recursos dos indivíduos?” “Quem deve julgar o bem-estar individual: o indivíduo ou o observador?” Nesse sentido, Erikson mostra um estudo feito em 1968 e sua comparação com o estudo feito com as mesmas pessoas em 1974 na Suécia. Tal pesquisa buscou indicadores sobre diferentes áreas da vida para alcançar uma imagem geral sobre bem-estar dos indivíduos ou grupos, como quadro a seguir:

Tabela 2: Componentes e alguns indicadores típicos sobre nível de vida – modelo aplicado na Suécia. (ERIKSON, 1996, pág. 103)<sup>27</sup>

Componentes	Indicadores
Saúde e acesso ao cuidado da saúde	Habilidade para caminhar 100 metros, vários sintomas de doença, contato com profissionais da área de saúde.
Emprego e condições de trabalho	Experiências de desemprego, exigências físicas de trabalho, possibilidades de sair do lugar de trabalho durante a jornada de trabalho.
Recursos Econômicos	Renda e riqueza, propriedade, habilidade para cobrir gastos inesperados de até mil dólares em uma semana.

<sup>26</sup> ERIKSON, Robert. **Descripciones de La desigualdad: el enfoque sueco de La investigación sobre el bienestar.** In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida.** México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

<sup>27</sup> Como Robert Erikson descreve, esta lista de componentes e indicadores está situada na cultura da Suécia. Em um país em desenvolvimento, sugere o autor, uma lista similar poderia incluir aspectos relacionados ao acesso aos alimentos e nutrição.

Educação e capacidades	Anos de educação, nível de educação alcançado.
Família e integração social	Estado civil, relações com amigos e parentes.
Habitação	Número de pessoas por residência, comodidade.
Segurança de vida e da propriedade	Exposição a violências e roubos.
Recreação e cultura	Atividades em tempo livre, viagens de férias.
Recursos políticos	Votar nas eleições, ser membro de sindicatos e partidos políticos, habilidade para apresentar queixas.

Segundo Erikson (1996), bem-estar e qualidade de vida devem ser entendidos como o domínio que o indivíduo tem sobre os recursos em forma de dinheiro, posses, conhecimento, energia mental e física; o domínio que tem nas relações sociais, segurança, dentre outras capacidades, por meio dos quais os indivíduos podem controlar e dirigir de forma consciente suas condições de vida. O elemento central desta concepção está no domínio dos recursos pelo indivíduo. A ênfase em diferentes componentes de bem-estar torna-se importante para compreender o nível de vida de uma pessoa e/ou de um grupo, os quais devem conhecer seus recursos e condições em vários aspectos; ter conhecimento das suas condições econômicas, se elas são suficientes ou não; ter informação sobre saúde; conhecimento e habilidades; ter relações sociais, ter condições de trabalho, são essenciais nessa análise.

O autor descreve também que o bem-estar (ou nível de vida) está fundamentado nas necessidades ou nos recursos das pessoas. Isso implica dizer que as necessidades são mais importantes, então o interesse volta-se para “grau de satisfação das necessidades”, porém, se se toma por princípio que os recursos são mais importantes, então passa a ter importância a capacidade do homem de satisfazer essas necessidades – controlar e dirigir conscientemente suas condições de vida. (Erikson, 1996: 108). Ao tratar como prioridade os recursos, Erikson aproxima-se das concepções de Sen sobre capacidades: a liberdade para o bem-estar, a capacidade para satisfazer as necessidades. Nesse sentido, o homem torna-se um ser ativo que usa os recursos para perseguir e satisfazer seus interesses e necessidades básicas: o indivíduo usa os recursos como melhor lhe convém, tomando decisões sobre quais são as áreas centrais da vida humana, aquelas que determinam as condições de vida.

Tanto Erikson quanto Allerd estão baseados nas concepções de Amartya Sen sobre qualidade de vida, a qual é definida por este autor a partir de capacitação e funcionalidades. O primeiro termo representa as possíveis combinações de coisas que uma pessoa pode fazer ou ser; o segundo termo refere-se às partes do estado de uma pessoa, as várias coisas que ela faz ou é. Nesse sentido, qualidade de vida pode ser analisada em termos de capacidade para alcançar as funcionalidades, como por exemplo, a capacidade para nutrir-se, ter boa saúde,

educação básica, abrigo, etc., assim como as funcionalidades que envolvem auto-respeito e integração social – participar da vida na comunidade.

Amartya Sen (1996)<sup>28</sup> entende que para alcançar o bem-estar é preciso avaliar os elementos que constituem o “estado de ser” de uma pessoa, visto a partir do que esta pessoa entende por bem-estar (bem-estar pessoal), o que não significa que buscar o bem-estar individual seja não dar atenção à preocupação dos outros. Para Sen, fazer o bem pode permitir que uma pessoa sintam-se contente e realizada. Estas sensações são importantes para chegar aos funcionamentos, os quais são relevantes para alcançar os diferentes níveis de bem-estar, desde os mais elementares, como evitar a morbidez e a mortalidade, estar adequadamente nutrido, ter mobilidade, até os mais complexos como ser feliz, alcançar auto-respeito, participar da vida em comunidade, aparecer em público sem timidez, dentre outros. (SEN, 1996: 62).

“A incapacidade de ser feliz, pode ser reconhecido como o fracasso de um importante funcionamento, pode surgir de fontes que estão dentro da própria vida (por exemplo, enfermidade, estar desnutrido ou carecer de alguma outra coisa) ou de fontes que são externas a ela (como a dor que vem do sofrimento por lamentar-se pelos outros). Embora os dois fatores afetem o próprio bem-estar a razão para excluir a última avaliação, especificamente dos padrões de vida pessoal parece muito razoável, uma vez que o último diz respeito principalmente a vida dos outros, ao invés de considerar a própria vida”<sup>29</sup>.

Amartya Sen entende que a obtenção de bem-estar pode ser analisada com base em um conjunto de capacidades. Allardt, Erikson e Sen apresentam o conceito de bem-estar composto por:

- a) possibilidade de influenciar nas decisões que dizem respeito à coletividade e de participar na vida comunitária;
- b) ser beneficiado com as ações passadas e presentes da coletividade.

Segundo Herculano, baseada em Sen, a capacitação de uma pessoa depende de um conjunto de fatores, incluindo as características de personalidade e os arranjos sociais. Para

---

<sup>28</sup> SEN, Amartya. **Capacidad y Bienestar**. In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

<sup>29</sup> Versão original: “La incapacidad de ser feliz, que será ampliamente reconocida como el fracaso de un importante funcionamiento, puede surgir ya sea de fuentes que están dentro de la propia vida (por ejemplo, enfermarse, estar desnutrido o carecer de alguna otra cosa) o de fuentes externas a ella (por ejemplo, el dolor que proviene de conmiserarse del sufrimiento de otros). Aunque ambos tipos de factores afectan al bienestar propio, la razón para excluir al último de la valoración, específicamente del estándar de vida personal, parecería muy razonable en vista de que el último se relaciona principalmente con las vidas de otros, en vez de con la de uno mismo”. (In: SEN, in Nussbaum & Sen, 1996: página 63)

melhor explicar a questão da capacitação, Herculano traz o seguinte exemplo: se uma pessoa pode viver livre da ameaça da malária, isso significa que ela tem esta capacitação para alcançar tal vida, graças à ação de outros, como a dos pesquisadores de medicamentos, dos epidemiologistas, da saúde pública etc. Isso denota dizer que (levando em consideração as análises de Amartya Sen) a capacitação não é medida pelas verdadeiras realizações de uma pessoa, mas sim pelo conjunto de oportunidades que ela tem a seu favor. Esse é o significado de qualidade de vida: conjunto de oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para fazer e ser. (HERCULANO, 1998).

Dessa forma, com um estudo sobre a qualidade de vida, torna-se possível a construção de uma visão coletiva e crítica da vida social como base de toda a conduta humana, para o relacionamento e o convívio grupal, no qual o meio é um fator motivador para conquistas individuais, coletivas e para a convivência com diferenças. Assim, em consonância com os conceitos de Sen, na sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”<sup>30</sup>, a elaboração e a execução de políticas públicas (dentro do atual contexto de globalização e desenvolvimento econômico e social) torna-se indispensável para a promoção de oportunidades aos indivíduos, a fim de que estes possam refletir e alcançar suas “liberdades”<sup>31</sup>; para que possam alcançar as melhorias necessárias em suas vidas e buscar as soluções para os problemas sociais, econômicos, ambientais. O que o autor propõe é que um desenvolvimento equilibrado, em uma sociedade democrática, faz com que os cidadãos compreendam a própria realidade e ajam nela, mudando ou não suas estruturas sociais.

### **Indicadores de qualidade de vida**

Diante das noções apresentadas anteriormente, tornou-se importante para a análise dos dados da pesquisa empírica uma classificação de alguns indicadores de qualidade de vida. As definições apresentadas a seguir acerca destes indicadores foram de extrema importância, pois serviram de parâmetro e constituíram-se em elementos que auxiliaram a construção dos

---

<sup>30</sup> Idem ao 15.

<sup>31</sup> A palavra liberdade em Amartya Sen apresenta sentido bastante amplo, abarcando a chamada liberdade negativa – decorrente da ausência de obstáculos que impeçam o sujeito que a detém de fazer o que pode desejar fazer – e a liberdade positiva, que diz respeito à existência de meios para que as pessoas desenvolvam suas aptidões da forma que desejarem. Essa idéia de liberdade consiste, para Sen, na existência de meios para que o indivíduo desenvolva suas capacidades, abrangendo assim não só as liberdades de locomoção, de expressão e de mercado, mas o direito à vida, à integridade física, à saúde etc. IN: <http://www.scribd.com/doc/10092742/Amartya-Sen-Como-Critico-de-J-Rawls>

instrumentos de pesquisa, a fim de avaliar os impactos sociais trazidos pela piscicultura na região de Restinga Sêca.

Com uma melhor compreensão e caracterização destes indicadores e com a análise dos dados obtidos pela pesquisa empírica, revelou-se possível medir e qualificar como o evento econômico da piscicultura (como esse evento econômico socialmente construído) afetou a vida das pessoas no plano individual e no de sua comunidade. Se este empreendimento contribuiu ou não para que as pessoas cuidassem melhor de si mesmas e participassem da vida de suas comunidades, melhorando a capacidade de resolução de problemas individuais e da coletividade. Se o empreendimento aumentou a auto-estima, reestruturou as formas diversas de solidariedade, para além do mundo do trabalho (agregou ou reagrupou a família pela diminuição das pressões para migrar para regiões mais prósperas; agregou a comunidade, a vizinhança e os amigos), melhorou a renda da família, etc.

Selene Herculano (1998) afirma que muitos estudos sobre indicadores enfatizam a sua utilidade para a formulação de política nacional e de acordos internacionais, entretanto, os pontos indicativos de qualidade de vida devem ser desagregados, mensurados, sobretudo a partir do local, pela identificação de micro-espços minimamente homogêneos – no caso, as unidades familiares participantes do APL da piscicultura do município de Restinga Sêca. Para a autora, assim como é destacado por Sachs, entender o micro possibilita tomar medidas contra a estratificação espacial, o que pode repercutir na luta contra a desigualdade sócio-econômica, além de salientar a necessidade de políticas preservacionistas. Conforme Herculano, um IQV (índice de qualidade de vida) contribui para nortear políticas de desenvolvimento local.

“O conceito de qualidade de vida é aqui proposto como um conceito no qual a questão ambiental se agregue aos demais itens hoje mensurados pelo IDH. Propomos que "qualidade de vida" seja definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, hígidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais”. (HERCULANO, 1998).

Nesse sentido, para alcançar um instrumento que conseguisse analisar a qualidade de vida local, alguns aspectos foram compreendidos de acordo com a racionalidade desse local. São eles: a) níveis de conhecimento de tecnologias; b) canais de participação e geração de decisões coletivas; c) mecanismos de acesso à produção (financiamento); d) mecanismos de acesso ao consumo (distribuição de renda, de alimentos e acesso aos equipamentos coletivos - água, luz, saneamento, etc.); e) canais de comunicação e de informação; f) organismos governamentais e não-governamentais voltados para a implementação da qualidade de vida (volume de recursos financeiros e de pessoal alocados para as políticas sócio-ambientais). Para Herculano, baseado nas concepções de Sen (satisfação das necessidades básicas para buscar melhoria qualidade de vida e bem-estar) e dos outros autores sobre bem-estar, não se pode deixar de entender as noções de:

- (1) **Habitação:** média de pessoas por metro quadrado domiciliar; quantidade de domicílios ligados às redes de abastecimento de água, de eletricidade, de esgotos, de telefonia; extensão dessas redes e das vias urbanas calçadas; habitar um lugar saudável;
- (2) **Educação:** matrículas escolares/ população em idade escolar; nível médio de escolaridade; nível médio de escolaridade feminina (considerada como fator para impulsionar o desenvolvimento); número de professores secundários/ população em idade escolar; número de centros culturais/ população;
- (3) **Saúde:** expectativa de vida; mortalidade infantil; morbidade materna; número de leitos e de médicos à disposição da população; quantidade de proteína animal distribuída à população de menos de 15 anos, pela rede pública de ensino e pelas creches; sem catástrofes ambientais, sem ameaças de pestes, epidemias e endemias, sem riscos industriais e sem violência humana;
- (4) **Trabalho:** sobrevivência financeira, preservação da própria saúde no processo de trabalho (quantidade de acidentes de trabalho/ população trabalhadora industrial e agrícola), um sentido de realização, de criação; extensão das jornadas; níveis salariais médios por setor; presença de mão de obra infantil/ total da população trabalhadora; o grau de diferença entre as rendas mais altas e mais baixas advindas do trabalho assalariado;
- (5) **Meios de relações sociais:** número de aparelhos de rádios e televisões; número de estações emissoras; número de horas semanais de programas de rádio e TV por cidade com informativos sobre saúde, meio ambiente, cidadania e educativos em geral; comunicação comunitária (quantidade de jornais, emissoras de rádio e TV por bairro);

quantidade de bibliotecas por cidade e bairro; relação de emissoras, jornais e revistas por proprietário; número de computadores ligados à Internet;

- (6) **Qualidade Ambiental Rural:** níveis de acidificação e de contaminação tóxica dos solos; evolução da área de desertificação em relação à área total agrícola e de florestas; taxa de desflorestamento *versus* taxas de reflorestamento; equilíbrio entre uma natureza preservada na sua biodiversidade; beleza natural, espaço de lazer e contato com a natureza não-degradada.
- (7) **Canais de decisão coletiva:** recursos financeiros e de pessoal destinados à gestão - governamental e não-governamental - dos itens acima; velocidade na tramitação processual administrativa e judicial; existência de conselhos democráticos deliberativos, plurais e paritários; acessibilidade à candidatura a cargos eletivos.

Esses sete elementos tentam descrever aspectos básicos para se alcançar o mínimo de qualidade de vida desejada pelas pessoas que compõem a unidade racional familiar que participam do APL da piscicultura em Restinga Sêca. O quadro abaixo procura equacionar esses elementos a partir das concepções de indicadores objetivos e subjetivos como subsídio desta pesquisa que buscou examinar o que as pessoas, ao se permitirem sonhar, desejam e entendem por qualidade de vida.

Tabela 3: Quadro Geral com os Indicadores Objetivos e Subjetivos considerados

Dimensões da Vida	Indicadores Objetivos	Indicadores Subjetivos
Condições Materiais	Medidas objetivas das condições ambientais e de vida a) condições de trabalho e emprego (contexto e evolução); b) recursos econômicos (renda e riqueza, propriedade).	Sentimentos/sensações subjetivos de satisfação/insatisfação com tais condições.
Necessidades Sociais	Medidas objetivas de relações interpessoais a) família, recreação e cultura; b) recursos políticos (interesse e participação)	Sentimentos subjetivos sobre as relações sociais — Felicidade-infelicidade
Necessidades de Crescimento Pessoal	Medidas objetivas da relação das pessoas com a sociedade e com a natureza a) saúde e acesso a cuidados médicos; b) educação; c) transporte; e) segurança de vida e de propriedade; f) condições ambientais, caso haja dados disponíveis.	Sentimentos subjetivos de alienação/crescimentos pessoal

O presente quadro localiza as variáveis econômicas em meio a tantas outras questões relevantes para a vida dos indivíduos. Estas dimensões da realidade não são percebidas como coisas estanques, mas complementares. O estudo, ao final, permitiu captar uma equação

racional que uma mediana pequena empresa familiar rural, produtora de peixes, realiza de maneira a criar uma escala de prioridades para “o agir” com base em um estatuto de felicidade e bem-estar que formulam. Isto pode detectar o porquê de níveis maiores ou menores de interesse e investimento em projetos novos de desenvolvimento regional.

Indicadores econômicos, sociais, até mesmo ambientais já existem, isoladamente, entretanto, o objetivo principal deste trabalho foi examinar um conjunto de condições que influencia a decisão de indivíduos, famílias para aderirem a um arranjo produtivo local da piscicultura ou não. Estas condições incluem os recursos e os direitos destas pessoas, assim como a maneira que diferentes restrições – incluindo aquelas associadas a políticas, mercados, segurança, cultura e valores – determinam se a adesão a essa política é uma opção de mudança de qualidade de vida, de melhoria de vida ou não.

Nessa perspectiva, o modelo proposto por Sachs quanto ao “ecodesenvolvimento”, assim como as idéias de Amartya Sen, Herculano, Erikson, Allardt e outros autores sobre o conceito de desenvolvimento como expansão das liberdades e qualidade de vida, tornaram-se extremamente interessantes e indispensáveis na presente análise sociológica do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura da Região do Jacuí-Centro do Rio Grande do Sul. Tais considerações apontaram para elementos que subsidiaram a construção de um instrumento de pesquisa que tencionou dar conta de uma análise mais crítica quanto à elaboração e execução de programas e políticas de melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, como o que se pretende com o APL aqui discutido.

No capítulo posterior, toda a discussão sobre o desenvolvimento humano foi filtrada para o plano analítico da racionalização dos indivíduos em suas unidades da agricultura familiar que participam do APL da Piscicultura. Tentou-se então categorizar a compreensão racional do piscicultor da sua atividade econômica na piscicultura (rotinas; equação da produção, comercialização e lucro) e suas conexões com o plano de suas realizações pessoais e de consecução de um estatuto de felicidade.

De outra forma, pretendeu-se também fazer uma categorização sobre a análise da piscicultura no contexto da visão de mundo mais abrangente, de felicidade individual e da família, uma vez que esse projeto foi entendido como um meio para um fim, e a ação econômica vem a ser aqui constituída por processos e fenômenos não-econômicos significativos. Para tanto, foi preciso estabelecer as bases de uma teoria da racionalidade da ação, a partir de Giddens e Elster, capaz de encapsular os conteúdos relacionados ao APL e aos projetos de felicidade dos indivíduos em suas pequenas unidades agrícolas familiares.



Os níveis de racionalização versaram sobre as três dimensões propostas por Herculano, a saber: (a) condições materiais; (b) necessidades sociais e (c) necessidades de crescimento pessoal. Estes níveis de racionalização indicaram o modo como o piscicultor se localiza no ambiente econômico, social e cultural, no qual se reproduz econômica e simbolicamente, e de padrões de ação (ou tendências de) que o orientam em seu cotidiano em um intervalo de significados e valores circunscritos à noção de desenvolvimento humano e sustentável. Estes três níveis de racionalização do produtor/piscicultor serviram de parâmetros para se analisar a dimensão socioeconômica, em um plano mais geral, e a função que tem o Arranjo Produtivo Local da piscicultura, em uma esfera particular.

## **Capítulo II**

## **Conexões entre o Arranjo Produtivo Local e o Bem-Estar do Piscicultor**

As grandes mudanças ambientais, as incertezas, a complexidade e a intensidade competitiva, como destacam Santa Rita e Ferreira Junior (2005)<sup>32</sup>, têm levado ao surgimento de diferentes modelos e redes organizacionais, com a emergência de um novo paradigma tecnológico que estabelece um processo produtivo baseado em conhecimento, alterando significativamente o ambiente competitivo e colocando novos formatos institucionais para o desenvolvimento. Para os autores, as transformações que decorrem do processo de globalização, como as tecnológicas e institucionais, impactam e afetam profundamente as formas de organização e as premissas de desenvolvimento de cada país ou região.

A partir destas constatações, pretendeu-se alcançar elementos teóricos que dessem suporte às análises desejadas do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura na Região do Jacuí-Centro do Rio Grande do Sul, com ênfase ao caso de Restinga Sêca. Tais elementos encontram-se presentes nas discussões da Nova Sociologia Econômica (RAUD-MATTEDI, 2005)<sup>33</sup>, enfatizando as análises do APL como um fenômeno econômico, ressaltando o conceito de ator-rede e ação racional. Estas definições tiveram o intuito de compreender o Arranjo Produtivo Local como uma estrutura, identificando as formas de inserção social, as ações econômicas e a influência destas relações sociais na equação racional do pequeno produtor/piscicultor na busca por qualidade de vida e bem-estar.

### **APL e a Ação Racional**

Ao tentar entender o Arranjo Produtivo Local da Piscicultura pela visão de mundo pequeno produtor/piscicultor, dentro de um contexto de desenvolvimento econômico e humano e na busca de um projeto maior de qualidade de vida e felicidade, foi preciso levar em consideração as discussões sobre ação racional, focando nos agentes envolvidos, suas motivações e suas influências. Foi preciso também perceber como as atividades rotineiras e os

---

<sup>32</sup> SANTA RITA, L. P.; FERREIRA JÚNIOR, R. R. **Agências de Fomento: Um Mecanismo Indutor de Arranjos Produtivos Locais para o Desenvolvimento Regional do Estado de Alagoas**. Anais do XI Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica – ALTEC. Salvador, 2005.  
IN: [http://www.aedb.br/seget/artigos07/1397\\_Competitividade%20Sstemica%20-%2003%20\(Final\).pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos07/1397_Competitividade%20Sstemica%20-%2003%20(Final).pdf)

<sup>33</sup> RAUD-MATTEDI, Cécile. **Análise crítica da Sociologia Economica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura de mercado em termos de redes e imbricação**. Revista Política & Sociedade, número 6. UFSC: Florianópolis, 2005.

comportamentos dos agentes são afetados pelas relações sociais contidas dentro da engenharia do APL da Piscicultura e como esses agentes compreendem os outros atores que compõem esse arranjo produtivo.

### **Ação Racional Aplicativa para o Tipo Humano Piscicultor: uma síntese de Anthony Giddens e Jon Elster**

Desde a sociologia compreensiva de Max Weber (1992)<sup>34</sup>, tem-se a necessidade da construção de estudos de homens reais que agem em condições sociais, diante de processos históricos definidos. Estudos estes sobre agentes concretos, historicamente localizados, agindo segundo os mais diversos e contraditórios valores, que são construídos de modo mais ou menos consciente, de acordo com aquilo que seria culturalmente significativo. Em Weber, os modelos de ação estratégica racional assumem a própria racionalidade dos atores na escolha de ações que maximizam a possibilidade de alcançar um objetivo, aonde estes agentes escolhem sabendo que outros atores sociais também fazem escolhas na busca de objetivos específicos.

Como descreve Monteiro e Cardoso (2002)<sup>35</sup>, o que faz o sentido em uma ação seria aquilo que se explicita na reflexão da ação que é racionalizada; o agir só é real e significativo quando pleno e consciente. Nesse sentido, a ação social pode ser orientada para o comportamento de outra pessoa, ou de vários indivíduos, ou para uma conduta de uma pluralidade indefinida.

Segundo Giddens (1989)<sup>36</sup>, baseado nos fundamentos sociológicos de Weber, a “ação” não é somente uma combinação de atos, pois os atos são constituídos por um momento de atenção, a duração da experiência vivenciada. A racionalização da ação, no que se refere à intencionalidade, é uma rotina característica da conduta humana; já a monitoração reflexiva da ação incorpora o controle do cenário onde a interação desenvolve-se. Assim, “a racionalização da ação, dentro da diversidade de circunstâncias de interação, constitui a principal base sobre a qual a ‘competência’ dos atores é avaliada por outros”. (GIDDENS, 1989 – p. 3).

---

<sup>34</sup> WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais, parte 2**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

<sup>35</sup> MONTEIRO, J. Cauby; CARDOSO, Adalberto Trindade. **Weber e o individualismo metodológico**. 3º encontro Nacional da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) – UFF: Niterói, 2002.

<sup>36</sup> GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

“Por racionalização da ação entendo que os atores (...) mantêm um contínuo ”entendimento teórico” das bases de sua atividade. Possuir tal entendimento não deve ser equiparado à apresentação discursiva de razões para determinados itens de conduta, nem mesmo à capacidade de especificar tais razões. (...) O que os agentes competentes esperam dos outros é que os atores sejam habitualmente capazes de explicar a maior parte do que fazem, se indagados.” (GIDDENS, 1989 – p.4).

Esse monitoramento reflexivo sobre o “estoque de conhecimento” caracteriza a ação cotidiana e envolve a conduta do indivíduo e dos outros que interagem; os atores, então, controlam e regulam o fluxo das atividades e esperam que os outros façam o mesmo, levando em conta o contexto do desenvolvimento da ação. Na teoria da estruturação de Giddens, o momento de produção da ação é o mesmo momento da reprodução nos contextos do cotidiano da vida social, pois a interação social está situada no tempo e no espaço, no espaço social com suas experiências e valores simbólicos; o posicionamento dos agentes na interação é um fator que caracteriza a teoria da estruturação.

Nesse sentido, a ação não pode ser entendida somente como um conjunto de atos, é preciso compreender também as motivações, as quais Giddens caracteriza como processuais, pois dificilmente o inconsciente incide sobre a monitoração reflexiva da conduta (autonomia da conduta). Essas conexões envolvidas são medidas pelas relações sociais que os indivíduos matem nas práticas de rotina do cotidiano. Desta forma, Giddens afirma que para alcançar uma melhor análise sobre o que acontece em determinada estrutura, é preciso compreender sobre essas variáveis que podem explicar por que os indivíduos são motivados a empenhar-se em práticas sociais através do tempo e do espaço – o contexto que agem – e que conseqüências advêm dessas ações. Compreender os mecanismos de escolha estratégica racional pode ser um rico instrumento pelo qual se modela a ação individual. (WRIGHT, 1993 – p.216 e 217)<sup>37</sup>.

“Para reproduzirem propriedades estruturais, os agentes também reproduzem as condições que tornam possível tal ação. A estrutura não tem existência independente do conhecimento que os agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana”. [GIDDENS, 1989 – p. 21].

Para Giddens, a estrutura é aqui concebida pelos sistemas sociais contidos em práticas reproduzidas e inseridas num tempo e espaço, sistemas estes que não existiriam sem a agência humana, pois os atores sociais reproduzem ou transformam o que já foi realizado na

---

<sup>37</sup> Wright atenta para conceito de ação estratégica racional, enquanto Jon Elster trabalha com conceito de escolha racional.

continuidade da práxis. Por conseguinte, para compreender a racionalidade do pequeno produtor diante do APL da Piscicultura no município de Restinga Sêca, fez-se necessário considerar os seguintes apontamentos sobre as diretrizes para orientação da pesquisa social baseada na ação racional e estruturação, como descreve Giddens:

- (a) Os seres humanos (pequenos produtores) são agentes cognoscitivos e possuem certo conhecimento das condições e conseqüências do que fazem nos seus cotidianos. Esses atores sociais são capazes de descrever o que fazem e os motivos por que o fazem, apresentando então a racionalização da conduta, concretizada no esclarecimento do motivo que faz agir de um modo ou de outro.
- (b) Essa cognoscitividade dos atores humanos está vinculada também ao inconsciente e às condições não reconhecidas (as conseqüências impremeditadas da ação). Investigar essa fronteira, segundo Giddens, é uma das tarefas das Ciências Sociais, devido à importância que as conseqüências impremeditadas têm para a reprodução do sistema e as conotações ideológicas dessas fronteiras.
- (c) Quanto à vida cotidiana, esta é inseparável do caráter repetitivo do tempo. É a fundação sobre a qual se constroem as conexões mais ramificadas da vida social, que são entendidas como uma interpretação da integração social e de sistema.
- (d) Nas práticas diárias tem-se o desempenho das rotinas, onde os agentes alimentam um sentimento de segurança.
- (e) O contexto da ação envolve as fronteiras espaços-temporais (marcos simbólico ou físico); a co-presença de atores, gestos corporais, linguagem e outros veículos de comunicação; a percepção e o uso desses fenômenos reflexivamente influenciam ou controlam o fluxo da interação.
- (f) Os princípios estruturais especificam tipos globais de sociedade, uma vez que uma das principais ênfases da teoria da estruturação é o grau de fechamento de totalidades sociais e de sistemas sociais.

Uma dimensão da racionalidade para Giddens está nos elementos constitutivos e informativos do indivíduo racional, a começar pelo seu estoque de conhecimento à mão, passando pelas situações cotidianas em que se tem a aplicação dessas fórmulas. A ação racional desses atores pode ser definida a partir de um processo de construção social que

ocorre ao longo do tempo e do espaço, constituindo-se um conjunto de práticas complexas e distintas que depende, dentre outros fatores, da maneira particular como cada ator organizacional apreende papéis a ele designados, da relação com outras pessoas, bem como dos contextos culturais nos quais estão inseridos<sup>38</sup>.

Nessa perspectiva, em “Peças e Engrenagens das Ciências Sociais”, Jon Elster (1994)<sup>39</sup>, traz discussões sobre a teoria da escolha racional, aonde essa escolha vem a ser guiada pelo resultado das ações. Isso significa dizer que, observando um indivíduo (no caso, o pequeno produtor) e seu comportamento, pode-se descobrir como ele ordena as opções que podem estar dentro ou fora do seu conjunto de oportunidades. Nesse sentido, a escolha racional busca encontrar os melhores meios para os fins determinados, adaptando-se às circunstâncias vividas. Cabe aqui destacar que a noção de racionalidade de Elster complementa a noção de racionalidade de Giddens porque define a ação como algo condicionado entre as oportunidades (estruturantes) e os desejos (vontades e inclinações pessoais).

Outro importante aspecto apontado por Elster (1994), dentro da teoria da escolha racional, diz respeito aos filtros das explicações desses eventos complexos que formam um “conjunto de oportunidades” para a mudança da racionalidade. Esse filtro é o que determina qual ação do conjunto de oportunidades será de fato executada: diante de um leque de oportunidades, o indivíduo escolhe (racionalmente) aquilo que lhe trará melhores resultados e benefícios. São os mecanismos gerados pela escolha, aonde as ações são explicadas por oportunidades e desejos, pelo que esses pequenos produtores podem fazer e pelo que eles querem fazer dentro de um arranjo produtivo. Oportunidades e desejos são as causas imediatas da ação.

Para Elster (1994), a escolha racional é guiada pelo resultado das ações. Observando um indivíduo sobre seu comportamento, pode-se descobrir como ela ordena as opções, as quais podem estar dentro ou fora do seu conjunto de oportunidades. Uma lista de tais opções é a ordem de preferências que pode ser convertida em uma função de utilidade, enumerando as opções. Assim, pode-se inferir que a teoria da escolha racional tenta mostrar como os agentes buscam encontrar os melhores meios para fins determinados, adaptando-se às circunstâncias vividas.

---

<sup>38</sup> JUNQUILHO, Gelson Silva. **Condutas Gerenciais e suas Raízes: uma Proposta de Análise à Luz da Teoria da Estruturação**. Revista de Administração Contemporânea: Edição Especial, 2003.

<sup>39</sup> ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

A Teoria da Escolha Racional, em Elster, tem o objetivo de explicar o comportamento humano, determinando o que uma pessoa faria diante das circunstâncias dadas e verificando se isso é o que ela realmente faz. Assim, ao longo dessa pesquisa tentou-se mapear elementos estruturantes que limitam as escolhas individuais e que, ao mesmo tempo, impõem aos indivíduos e suas respectivas famílias direções e um espectro reduzido de escolhas no campo econômico e no campo da felicidade, envolvendo a unidade da familiar, amizades, etc. Projetando essa idéia para a questão da escolha racional do pequeno produtor/piscicultor, uma ação, para ser racional, deve ser o resultado de três decisões ótimas:

- 1º) Deve ser o melhor modo de realizar o desejo, dadas às crenças;
- 2º) Essas crenças devem ser elas mesmas ótimas, dadas às evidências disponíveis;
- 3º) A pessoa/empresa/comissão deve reunir uma quantidade ótima de evidências que depende tanto de seus desejos como de suas crenças relativas aos custos e benefícios de reunir mais informações.

Haguette (2007)<sup>40</sup>, baseada nos argumentos de Jon Elster, descreve que os indivíduos são os constituintes fundamentais do mundo social, que agem apropriadamente de acordo com suas disposições e compreensão de suas situações e que cada situação social complexa, instituição ou evento, é o resultado de uma configuração particular de indivíduos, suas disposições, situações, crenças, condições físicas e circunstâncias. Tal teoria supõe que as pessoas – no caso a ser estudado, os pequenos produtores/piscicultores – escolherão o curso de ação que preferem ou acreditam ser melhor para alcançar seus objetivos. Além disso, a concepção da escolha racional torna-se importante nestes estudos, pois admite que nem sempre os atores calculam suas ações de forma racional, sendo possível também agir irracionalmente (concepção giddensiana).

Essas perspectivas pressupõem que o comportamento individual é racional no sentido instrumental do termo, pelo qual os homens buscam maximizar a consecução de seus próprios interesses por meio de ações baseadas em informações contextuais que findam por almejar o equilíbrio. A ligação do significado da ação às experiências da vida cotidiana (destacado por Giddens) que implica um olhar reflexivo frente ao ato, tanto por parte do ator, quanto de outros, é algo que pode ser aplicado retrospectivamente, em relação a atos decorridos. Com isso, a reflexão é o ato básico de buscar a intencionalidade da ação em determinada situação, uma vez que somente com a reflexão é possível dar significado à ação.

---

<sup>40</sup> HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 11ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

Nesse sentido, de acordo com os conceitos já apresentados de Giddens e Elster sobre a teoria da escolha racional e estruturação, relacionando-os ao contexto do desenvolvimento socioeconômico do pequeno produtor/piscicultor da região do Jacuí-Centro em Restinga Sêca, tornou-se possível inferir que a cognoscitividade que os atores possuem a respeito da arena que estão inseridos, permite-lhes desenvolver-se definindo condutas apropriadas a cada momento, em um processo de monitoramento constante da realidade que os cerca. Entender a ação racional, baseada na teoria da escolha racional de Elster, e como essa ação altera ou é definida pelas estruturas sociais, baseada na teoria de Giddens, é um ponto substancial para a análise dos comportamentos dos pequenos produtores diante de um modelo de arranjo produtivo local.

Dessa forma, tentou-se apreender a fórmula racional que o indivíduo-família opera na condução de seu projeto de reprodução econômica e para a consecução de seu projeto de felicidade e bem-estar. Esta fórmula pode fazer referência tanto ao estoque de conhecimento relativamente à vida na comunidade e ao funcionamento do seu negócio, quanto às ações cotidianas implicadas na resolução de problemas. A compreensão dessas racionalidades é fundamental para uma avaliação dos impactos sociais do APL da piscicultura na região. Nesse sentido, a presente dissertação firmou-se nesta síntese de teorias da ação racional, a de Giddens e a de Elster, explorando dois aspectos do agir do piscicultor para a consecução de seu estatuto de felicidade e qualidade de vida: o do seu controle racional cotidiano (Giddens) e da conexão que há com seu entendimento maior de realização de seus desejos em face das oportunidades (Elster).

### **APL da Piscicultura como um fenômeno/evento econômico socialmente construído**

Como já abordado no primeiro capítulo, a piscicultura tem demonstrado, em diferentes localidades do Brasil, seu potencial de desenvolvimento social, econômico e local, sendo possível entendê-la como um evento econômico de interesse para a sociologia. Exemplo disso são os casos da implantação de programas de desenvolvimento local através da piscicultura, como no Estado do Ceará<sup>41</sup> e do Mato Grosso do Sul<sup>42</sup>. Na análise desses casos, percebe-se

<sup>41</sup> SEBRAE – Ceará. **Estudo Setorial da Piscicultura 2009.** IN: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/942E08A72A23F2FB83257627004FE8BD/\\$File/NT00041FD6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/942E08A72A23F2FB83257627004FE8BD/$File/NT00041FD6.pdf)

<sup>42</sup> POCHMANN, Angelo Mateus. **O Papel do Ambiente Institucional e Organizacional na Competitividade do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura na região de Dourados/MS.** Dissertação de Mestrado em Agronegócios. IN: <http://www.scribd.com/doc/14791699/Dissertacao-APL-da-Piscicultura-em-MS>



que é a própria comunidade que legitima e operacionaliza as ações e práticas voltadas ao desenvolvimento. Constitui-se, então, um tipo de “pacto territorial”, que dá importância a esse processo de desenvolvimento endógeno, com a criação de condições locais e regras que permitem a cooperação entre atores com o propósito de satisfazer os interesses individuais e comuns, a fim de possibilitar um acúmulo de conhecimentos suficientes para o crescimento coletivo.

Nesse sentido, procurando entender o APL da piscicultura no município de Restinga Sêca como um fenômeno econômico, analisaram-se inicialmente os argumentos de Pierre Bourdieu (2001)<sup>43</sup>, em “As Estruturas Sociais da Economia”, as quais apontam para uma “nova” sociologia econômica, ainda influenciada pela teoria de Max Weber, que se caracteriza por uma reflexão entre as fronteiras da sociologia e da economia, buscando uma construção teórica sobre os diversos campos da vida social, indicando um modelo mais completo de diagnósticos de eventos econômicos, como o que se pretendeu nos estudos deste arranjo produtivo local.

Conforme Chalita (2006)<sup>44</sup>, Bourdieu procura demonstrar que os mercados são fatos sociais e que, a partir desta constatação, pode-se compreender a ação econômica: se para os economistas o mercado manifesta-se na coordenação entre agentes interdependentes, para os sociólogos é preciso analisar a constituição do mercado em si, opondo-se às análises que apresentam generalidades sobre os fatos. Ao contrário, é preciso chegar a um conhecimento que permita construir “modelos históricos” capazes de dar razão às ações e às instituições econômicas tais como elas ocorrem na realidade.

Buscam-se novos elementos para pensar o mercado e seus eventos econômicos, pois, se a economia dá um grande avanço ao considerar o mercado uma estrutura social, a sociologia aponta para os elementos analíticos a fim de entender a produção social desse mercado, o que significa partir da abordagem de como as relações sociais definem os agentes e instituem as trocas econômicas. Para além de uma regularidade nos fluxos econômicos, existem indivíduos que interagem no estabelecimento de dinâmicas particulares e que antecipam as especificidades desse mercado. Essa posição dos indivíduos no mercado é um produto histórico e não uma resposta a um modelo de interação.

---

<sup>43</sup> BOURDIEU, Pierre. **As Estruturas Sociais da Economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

<sup>44</sup> CHALITA, Marie Anne Najm (Doutora em sociologia, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola). **Uma abordagem sociológica sobre o funcionamento dos mercados**. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 141-145, jan./jun. 2006. In: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/asp-res-1-06.pdf>

Para Chalita (2006), as práticas efetivas não correspondem aos modelos teóricos, pois os agentes fazem escolhas diferentes daquelas previstas somente por motivações econômicas; nem sempre jogam conforme as previsões da teoria dos jogos, dado que podem recorrer a estratégias “práticas” ou agir com sentido de justiça e ética. Entretanto, isso não quer dizer que a razão seja o princípio absoluto das práticas econômicas. De outra forma, a experiência precoce e prolongada das regularidades dessas práticas e as necessidades sociais constituem o interesse, o qual é orientado por disposições e crenças específicas.

Essas disposições econômicas mais fundamentais são dependentes de uma natureza humana e de uma história particular, onde os indivíduos são exigidos e recompensados: o mercado passa então a ser compreendido pelas condições de produção e reprodução econômica, cultural e social dos agentes e das instituições. A estrutura desse mercado acaba constituindo-se por disposições econômicas, socialmente definidas pelos agentes, pelos desejos, gostos, perspectivas, pelos meios econômicos que eles podem dispor e, por último, pela oferta das políticas e dos meios estruturais de efetivação.

Partindo destas especificações e caracterizando a prática da piscicultura como um evento econômico socialmente construído, de acordo com a teoria de Pierre Bourdieu (2001), tencionou-se recuperar a equação racional do indivíduo/família sobre como estes racionalizam/simbolizam/representam sua inserção no campo institucional: como o agir econômico que realizam compõe uma equação mais rica da vida, de um projeto de felicidade e bem-estar para além dos motivos e indicadores econômicos. Essas dimensões da ordem social, juntamente com as dimensões econômicas, desencadearam estruturas conceituais que puderam dar conta dos dados observados na realidade da região do Jacuí-Centro (em Restinga Sêca), a fim de compreender a ação econômica numa concepção de felicidade e bem-estar.

“Tudo aquilo que a ciência econômica estabelece como dado, isto é, o conjunto das disposições do agente econômico que fundam a ilusão da universalidade histórica das categorias e dos conceitos utilizados por essa ciência, é o produto paradoxal de uma longa história coletiva, incessantemente reproduzida nas histórias individuais (...)”. (BOURDIEU, 2001, p.18).<sup>45</sup>

As discussões iniciais sobre evento econômico também estão presentes nos textos de Cécile Raud-Mattedi (2005), baseada nos escritos de Mark Granovetter, o qual segue a tradição weberiana de entender que o comportamento do ator econômico é influenciado pelas

---

<sup>45</sup> Este trecho foi retirado do texto de introdução escrito por Henri Bergson da obra “As Estruturas Sociais da Economia” de Pierre Bourdieu (2001).

suas motivações econômicas ou sócio-culturais para agir como tal. Essa idéia possibilitou, neste trabalho, uma descrição alternativa da atividade econômica desenvolvida quotidianamente por atores sociais envolvidos no arranjo produtivo local.

Em seu artigo clássico, Granovetter (1985)<sup>46</sup> resgata imersão social como uma resposta às perspectivas dominantes nos estudos organizacionais, conceituando-as como subsocializadas, pois compreendem eficiência como desprendida de seu contexto social. Por outro lado, critica também abordagens sobressocializadas que analisam a ação econômica como oriundas unicamente de contextos culturais, caracterizando-as como tão reducionistas quanto à abordagem anterior. O conceito de imersão social e seus mecanismos, segundo Granovetter, permitem trazer à tona diferentes narrativas (cultural, política, estrutural e cognitiva), possibilitando compreender como as organizações são formadas bem como se transformam.

Além disso, a teoria da imersão social que Granovetter apresenta permite também superar a análise da ação econômica a partir da organização em si, uma vez que passa a considerar os elos formados com outros atores: qual significado desses laços, qual seu conteúdo, sua posição na organização das redes sociais e qual a arquitetura da rede é formada por esses diferentes atores (mecanismo estrutural). Tais relações sociais ocorrem a partir de percepções coletivas, que facilitam a estruturação da rede (imersão cognitiva). Para Granovetter (1985), a ação organizacional é uma construção tramada pela forma como os atores compartilham ou não determinados valores (imersão cultural), bem como pela maneira que estes atores estão inseridos em uma teia de poder (imersão política).

Nesse sentido, a teoria de Granovetter vem ao encontro do tipo de análise que se pretendeu neste trabalho: atrelado ao individualismo metodológico, o autor entende que as explicações dos fenômenos econômicos fundamentam-se nas motivações e nos comportamentos dos indivíduos, uma vez que esses indivíduos são racionais e buscam a maximização de sua utilidade, recorrendo a cálculos de benefícios, orientando-se para a satisfação de suas necessidades. Isso significa dizer que para além de objetivos econômicos, os atores buscam, por exemplo, a sociabilidade, o reconhecimento, o estatuto e o poder. (RAUD-MATTEDI, 2005, p.63). Para a autora, analisando as idéias de Granovetter, percebe-se que a ação econômica é socialmente situada e que os indivíduos não agem somente de maneira autônoma, mas que tais ações estão imbricadas em sistemas concretos de relações sociais, em redes sociais (tese da imbricação social – *embeddedness*).

---

<sup>46</sup> GRANOVETTER, Mark. **Economic Action and Social Structure: The problem of Embeddedness.** American Journal of Sociology. Volume 91, Nov. 1985.

Com a tese da imbricação social, o mecanismo estrutural de imersão enfatiza que as ações organizacionais não estão situadas num vazio social, pois são conseqüências de ações ocorridas em uma rede social, composta por diferentes laços. Mesmo que a análise estrutural tenha grandes vantagens e possa prover explicações para vários aspectos, uma teoria de ação deve também abarcar a substância de aspectos cognitivos. É importante entender como o relacionamento entre aspectos culturais, sociais e estruturais e as conseqüências empíricas das variações de seus relacionamentos afetam a constituição da ação econômica. “Os comportamentos e as instituições analisadas são tão compelidas pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido”. (GRANOVETTER, 1985, p. 481)

“Granovetter (1985) argumenta que as ações dos atores sociais são condicionadas pelo seu pertencimento a redes de relações interpessoais. O mercado, portanto, não consiste num livre jogo de forças abstratas, a oferta e a procura, entre atores atomizados e anônimos, mas um conjunto de ações estreitamente imbricadas em redes concretas de relações sociais. (...) a análise de rede, que leva em conta as ‘interações concretas entre os indivíduos e grupos’, pode trazer respostas alternativas a uma série de problemas-chave na Teoria Econômica, como é o caso do mercado de trabalho, do desenvolvimento econômico, do êxito de micro e pequenas empresas, dos grupos econômicos, da confiança e do oportunismo (...)” (RAUD-MATTEDI, 2005, P.65).

Isso implica dizer que as relações econômicas são facilitadas entre os indivíduos que se conhecem de forma direta, pela confiança, pela reputação reconhecida – um dos aspectos fundamentais para o bom funcionamento de um arranjo produtivo local. A agregação dessas ações individuais resulta, segundo Granovetter, em instituições econômicas que se desenvolvem por meio de atividades construídas em torno de redes pessoais: indivíduos em grupos que cooperam no seio de uma entidade, como empresas, indústrias, cooperativas, etc. Essas atividades econômicas estão enraizadas tanto nas redes pessoais quanto nas redes empresariais (no caso do APL, em forma de cooperativas).

Para Raud-Mattedi (2005), Granovetter, influenciado pelo modelo de Weber, entende que o mercado não é o resultado de um mecanismo natural e harmonioso, ao contrário, trata-se de uma construção social conflituosa. Para Granovetter, colocar as “redes sociais” como ponto de mediação em uma abordagem que consiga explicar o que realmente está acontecendo no mercado tem sido uma importante ferramenta sociológica de análise dos fenômenos econômicos. Em Raud-Mattedi (2005), as explicações de Granovetter remetem a

seguinte afirmação: a dimensão social das relações econômicas decorre do fato que, no quadro de trocas mercantis, os atores econômicos não levam em conta somente seus próprios interesses, mas também o contexto institucional, as regras jurídicas, morais e tradicionais.

Abramovay (2004)<sup>47</sup> entende que essa Nova Sociologia Econômica – com grande prestígio na Europa e nos Estados Unidos — tem como objetivo o estudo dos mercados não como mecanismos abstratos, mas como construções sociais. Tal perspectiva não se opõe completamente à ciência econômica, ao contrário, torna cada vez mais significativa essa nova forma de entender o evento econômico como um estudo dos desenhos concretos de interação e ação social. A busca por uma nova sociologia econômica contribui para evitar que as questões de mercado sejam entendidas como únicas soluções de todos os problemas sociais.

A teoria econômica, mesmo em sua forma mais pura, não é tão neutra como parece, e muitas vezes seus dados brutos estão mergulhados em ordens ideológicas e morais, de indivíduos e grupos com uma vontade de ser do mundo e de suas trajetórias de vida nele. Na análise desejada por este trabalho, foi preciso levar em consideração que os dados econômicos são relacionados a agentes e instituições que estão inseridos num mundo econômico particular, de uma história social singular, enraizada num sistema de crenças e valores, numa visão moral do mundo. Trata-se de um senso comum econômico ligado às estruturas sociais e cognitivas de uma ordem social particular.

Para Abramovay (2004), percebe-se a importância do enfraquecimento das fronteiras disciplinares que marcaram a consolidação das Ciências Sociais durante parte do século XX, desde o falecimento de Max Weber até início dos anos de 1980, uma vez que entender a assimetria de informações, confiança, instituições, organizações formais e informais, capacidade de exigir o cumprimento de contratos, representações mentais dos atores como base de sua interação social, são temas que pertencem hoje a diversas disciplinas nas ciências sociais e em cuja abordagem cada uma usa, de maneira crescente, os recursos da outra. Tanto a teoria de Bourdieu quanto a de Granovetter e as discussões de Abramovay e outros autores sobre uma Nova Sociologia Econômica, mostram que é preciso compreender as relações sociais existentes em um fenômeno econômico, ligando o ator social à estrutura, relacionando o nível micro com o nível macro, desmistificando as concepções duras de mercado.

Analisar o arranjo produtivo local da piscicultura na região do Jacuí-Centro no Rio Grande do Sul mostrou a necessidade de estudos complementares às teorias neoclássicas,

---

<sup>47</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais.** Tempo Social – Revista de Sociologia da USP – volume 16, nº 2, 2004. IN: [http://www.abramovay.pro.br/artigos\\_cientificos/2004/Formas\\_de\\_organizacao\\_dos\\_mercados.pdf](http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2004/Formas_de_organizacao_dos_mercados.pdf)

pois, se não existirem patamares mínimos de eficiência econômica, a atividade não pode ser considerada sustentável economicamente. O mundo social está presente em cada ação econômica, tornando indispensável a construção de modelos que venham a dar subsídios para as análises dos eventos econômicos (das ações e instituições econômicas) nas experiências cotidianas da vida de determinada população.

Ao tratar da ação econômica e estrutura social, Granovetter (2007)<sup>48</sup>, entende que desenvolver uma análise proveitosa da ação humana pode evitar sua atomização implícita nos extremos teóricos das concepções sub e supersocializadas. Para Granovetter, os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Ao contrário, as tentativas de realizar ações com propósito final estão inseridas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.

Nesse sentido, Granovetter (2007) argumenta que a idéia da imersão em sistemas concretos de relações sociais possui uma aplicabilidade muito geral e demonstra não apenas que há um lugar para os sociólogos no estudo da vida econômica, mas que sua perspectiva se faz urgente e necessária. Faz-se cada vez mais imprescindível a compreensão dos fenômenos centrais da teoria econômica por uma sociologia que aponte a importância do aspecto da vida social na ação racional econômica. O estudo dos mercados como estruturas sociais enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, como resultado mecânico da interação social.

Outro importante aspecto a ser descrito para a compreensão do agir racional dentro de um arranjo produtivo local é a questão da ação voltada para os interesses dos atores sociais. É preciso entender que não se trata de um agir racional egoísta ou altruísta, mas que as relações de mercado supõem uma tentativa de buscar o reconhecimento pelo outro, num certo grau de reciprocidade, nos círculos sociais em que vivem o que torna a confiança um dado sociológico passível de conhecimento específico, aspecto este extremamente importante na análise de um arranjo produtivo local. Por conseguinte, a sociologia econômica tenciona estudar o mesmo tema na forma de redes e círculos de reconhecimento.

Amathya Sen, em “Desenvolvimento como Liberdade”<sup>49</sup> apresenta discussões sobre o papel do agente social como membro e como participante de ações econômicas, sociais e

---

<sup>48</sup> GRANOVETTER, Mark. **FÓRUM – SOCIOLOGIA ECONÔMICA – AÇÃO ECONÔMICA E ESTRUTURA SOCIAL: O PROBLEMA DA IMERSÃO**. RAE – Eletrônica – volume 6, número 1, Artigo 5, janeiro./junho. 2007. IN: <http://www.fgvsp.br/institucional/biblioteca/pe/raeeletronica/SP000460366.pdf>

<sup>49</sup> Idem ao 15.

políticas, interagindo no mercado e envolvendo-se em atividades individuais ou conjuntas nas diferentes esferas de atuação. Para Sen, estes agentes selecionam funcionamentos que tenham algum significado para a formação de uma “ordenação parcial”, um “leque” de pesos sobre os quais existe consenso. Tal ordenação está baseada em *rankings* e são ampliadas à medida que o leque for se tornando mais estreito. Segundo Sen, o indivíduo age conforme esse “leque” de preferências, de acordo com seus próprios juízos, por uma avaliação social e nos limites de suas capacidades e habilidades. O exercício de uma escolha racional é destacado pelo autor como algo importante para identificar e promover sociedades melhores e mais aceitáveis, onde o futuro pode ser moldado pelas próprias pessoas baseado em escolhas racionais.

Assim, a tarefa de entender um arranjo produtivo local como um evento econômico socialmente construído exigiu uma compreensão da realidade que os agentes sociais e econômicos estão inseridos. E, para construir essa análise sobre a racionalidade desses agentes, também se fez necessário o entendimento desse campo/contexto e desses estilos de vida desenvolvidos e vivenciados por estes atores sociais. A partir disso, obteve-se uma base teórica mínima para analisar a racionalidade dos atores econômicos e sociais ponderando sobre as rotinas da vida, circunscritas a uma determinada hierarquia de interesses e relevâncias, das expectativas e desejos gerados a partir das experiências na cadeia produtiva e da apreciação que os atores envolvidos tem dos ganhos financeiros e da relação que estabelecem com os projetos individuais de qualidade de vida.

### Capítulo III

## O Pequeno Produtor-Piscicultor de Restinga Sêca: perspectivas econômicas e sociais

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica realizada na cidade de Restinga Sêca no Estado do Rio Grande do Sul. Esta cidade pertence à região administrativa do Corede do Jacuí-Centro e faz parte do projeto do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura. Este município foi escolhido para execução do trabalho de campo por ser, segundo a Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL), a cidade mais avançada na criação e comercialização de peixe em relação às outras seis cidades cadastradas. Esta informação sobre Restinga Sêca foi obtida em um primeiro contato com a ONG ADESUL, uma das instituições participantes do projeto. A partir deste contato, buscaram-se informações sobre os piscicultores cadastrados diretamente com a Secretaria de Agricultura do Município. Apesar de esta afirmar a existência de aproximadamente 25 produtores cadastrados, repassou o contato de apenas 16 piscicultores. Em contatos posteriores com os integrantes da Secretaria de Agricultura, nenhuma outra informação sobre os produtores foi repassada.

Desta forma, em dezembro de 2010, durante quatro dias, 14 entrevistas foram realizadas por uma equipe de 7 (sete) pessoas, composta por alunos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. É preciso registrar que uma das propriedades não foi encontrada pela equipe e com outra não foi possível o contato com o produtor para a realização da entrevista. O questionário aplicado foi composto por perguntas objetivas relativas a aspectos sociais, demográficos e específicos quanto à produção e criação de peixe. Além disso, foram realizadas questões abertas, com intuito de compreender melhor a racionalidade desse pequeno produtor dentro do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura, seus projetos de vida, sua busca por desenvolvimento e bem-estar.

A seguir, têm-se os resultados relativos ao *survey* exploratório que propiciou a prospecção de aspectos atinentes à racionalidade dos entrevistados, de suas visões de mundo, do contexto no qual estão imersos e das suas expectativas na piscicultura. Nessa perspectiva analítica aqui empregada — que aborda o evento econômico como socialmente construído —, os resultados da pesquisa de campo são cotejados com os dados estatísticos das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Fundação de Economia e Estatística, bem como informações da PNAD, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras instituições, sempre para,



comparativamente, realizar uma (tentativa) aproximação da realidade do indivíduo piscicultor, de maneira a enriquecer, complementar e contrastar com os resultados da pesquisa de campo. Esta etapa da pesquisa e análise ajudou na problematização dos resultados e na consecução de uma análise final equilibrada.

### Dados sócio-demográficos referentes à cidade de Restinga Sêca

O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul<sup>50</sup> apresenta resultados sobre os principais indicadores sociais e econômicos referentes a cada município ou região do Corede. A partir destas informações tornou-se possível comparar e confirmar os dados sócio-demográficos iniciais obtidos na pesquisa de campo com os piscicultores na cidade de Restinga Sêca. Além dos dados do Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foram utilizadas informações disponíveis pela própria prefeitura municipal e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>51</sup>.

#### Cidade de Restinga Sêca (Limites/Sede Municipal/Comunidades)<sup>52</sup>

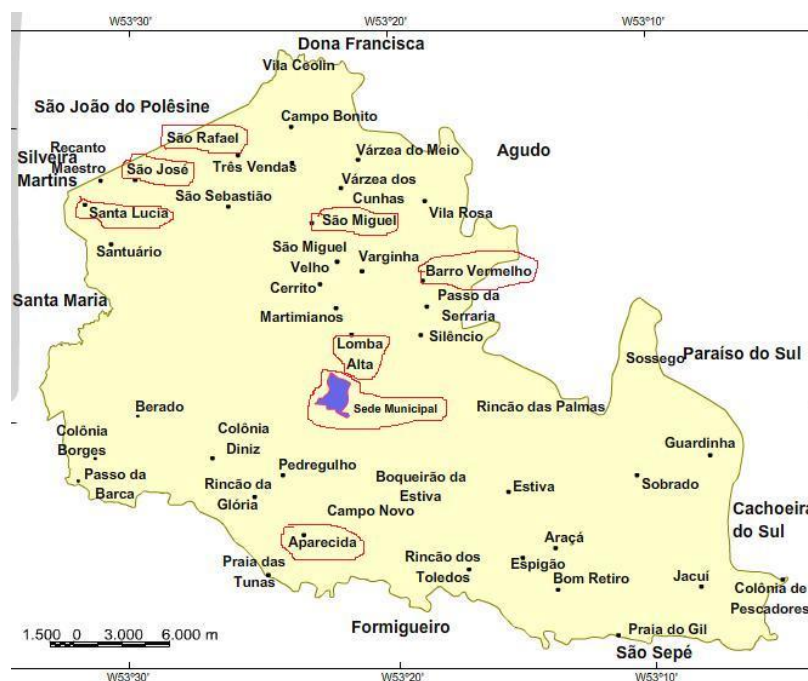


Figura 4: Mapa da cidade de Restinga Sêca (limites/ sede administrativa/comunidades). Fonte: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca – in: <http://portal.cnm.org.br/sites/7000/7070/site/atlas/index.html>

<sup>50</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=26>

<sup>51</sup> <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

<sup>52</sup> As comunidades destacadas com círculo vermelho foram as visitadas para fins da pesquisa empírica.

**População total:** 15.595 habitantes, com densidade demográfica entre 10,01 e 100,00 habitantes/km<sup>2</sup> (dado de 2007 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul), apresentando baixa taxa de urbanização.

**Economia:**

**PIB (IBGE Cidades):** Agropecuária 82.524  
Indústria 27.920  
Serviços 101.789

**PIB Total:** R\$ 1.000.000,00 em 2007<sup>53</sup>

**PIB per capita de Restinga Sêca em 2007:** R\$ 7.000,01 a R\$ 10.000,00<sup>54</sup>. De acordo com dados da Fundação de Economia e Estatística de 2010, o PIB do Corede Jacuí-Centro, ao qual pertence o município de Restinga Sêca, teve crescimento médio anual entre 0,1% a 2,0% de 1997 a 2006<sup>55</sup>.

Números relacionados ao setor rural também mostram que a cidade de Restinga Sêca tem como Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária em 2007 aproximadamente R\$ 10.000,00, de acordo com dados da FEE do ano de 2010<sup>56</sup>. Segundo a FEE, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Censo Agropecuário de 2006, a estrutura fundiária do Estado varia de acordo com a região, alternando predomínio de grandes e médias propriedades com médias e pequenas unidades de produção. Do total dos estabelecimentos rurais, 85,71% possuem menos de 50 hectares, ocupando 24,36% da área utilizada pela agropecuária.

Conforme Censo de 2006, município de Restinga Sêca possui 1911 unidades em condições legais e com proprietário individual, somando 65.381 hectares legalizados com único dono. Dados também mostram que 1306 estabelecimentos agropecuários são de proprietários masculinos, sendo apenas 214 de proprietários femininos<sup>57</sup>.

---

<sup>53</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=961>

<sup>54</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=834>

<sup>55</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=962>

<sup>56</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=1179>

<sup>57</sup> <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> (clicar em: Região Sul – Rio Grande do Sul – cidade de Restinga Sêca – censo agropecuário).

Na pesquisa de campo realizada com 14 proprietários, 64,3% dos entrevistados possuem entre 10 a 20 hectares de terra, com predomínio do sexo masculino como donos dos estabelecimentos rurais, sendo que nos 14 casos eram propriedades já pagas e próprias, confirmando os números oficiais, onde aproximadamente 51% das propriedades têm entre 10 e 20 hectares<sup>58</sup>, caracterizando pequenas propriedades familiares. A tabela a seguir faz um breve comparativo entre as informações sócio-demográficas da cidade de Restinga Sêca obtidas na pesquisa de campo e os dados oficiais disponíveis pelos órgãos municipais, estaduais e federais.

Tabela 4: Informações sócio-demográficas sobre Restinga Sêca e pesquisa de campo

<b>Aspectos Sócio-demográficos</b>	<b>Pesquisa de campo em Restinga Sêca (14 propriedades rurais).</b>	<b>Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul com dados sobre Restinga Sêca.</b>
<b>IDH e Renda Média</b>	38,5% possuem renda média mensal bruta entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00. Seguido de 30,8% com renda mensal bruta entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00 <sup>59</sup> .	O IDH do município de Restinga Sêca está entre 0,666 e 0,750 <sup>60</sup> . Segundo dados de 2000, o rendimento médio mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio ficou entre R\$400,00 e R\$600,00 <sup>61</sup> .
<b>Saúde</b>	92,8% julgaram as condições de saúde da comunidade entre medianas e precárias, não só pela falta de medicação a ser distribuída para a população, assim como relatos de que	Relacionando os dados ao atendimento e leitos, o município de Restinga Sêca encontra-se na extensão territorial central, que em 2008 apontou de 2,89 a 4,01 leitos/mil habitantes <sup>62</sup> . Em 2009, de acordo com dados do IBGE, não há nenhuma unidade de saúde estadual

<sup>58</sup> <http://portal.cnm.org.br/sites/7000/7070/site/atlas/index.html> (clique em: sumário - agricultura – estrutura fundiária)

<sup>59</sup> É importante destacar que a pergunta foi feita sobre todos os moradores do domicílio, incluindo rendas extras como pensões, aposentadorias e bolsas família e bolsa escola. Também se destaca que a renda média mensal familiar é calculada pelos produtores após cada safra, colheita, venda ou despesca, não significando um valor real mensal, mas uma estimativa.

<sup>60</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=789> No site oficial da Prefeitura Municipal de Restinga Sêca o IDH tem valor de 0,765 no ano de 2000, conforme dados da PNUD.

<sup>61</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=253>

<sup>62</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=121>

<b>Saúde</b>	problemas mais graves acabam sendo encaminhados aos hospitais das cidades mais próximas, como Cachoeira do Sul e Santa Maria. A questão relacionada à saúde também varia de acordo com a localização da comunidade em que o entrevistado reside.	ou federal, sendo apenas 9 municipais. Dos 12 estabelecimentos gerais (entre públicos e privados) apenas 1 é de internação total. Com atendimento pelo SUS, existem apenas 3 vagas. Segundo IBGE (2009), a aparelhagem de saúde do município também é deficitária, não havendo instrumento de Raio-X, exames de tomografia e ressonância magnética. <sup>63</sup>
<b>Educação<sup>64</sup></b>	Dentre os 14 entrevistados, 5 afirmaram ter concluído o ensino fundamental (equivalente aos 8 anos de estudos), o que significa uma proporção de 35,7%. Apenas 3 possuem ensino superior completo, equivalente a 21,4%. Também 3 produtores declararam ter ensino	Em 2000, o IDH Educação foi 0,884. No município de Restinga Sêca, a concentração de pessoas com 8 ou mais anos de estudo (ensino fundamental completo) está entre 20% e 30% <sup>65</sup> . Já contabilizando a população com mais de 15 anos de estudo (ensino superior completo), o município é bastante deficitário,

<sup>63</sup> Dados do IBGE Cidades do ano de 2009, sobre os serviços de saúde, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Mamógrafo com comando simples,0,equipamentos
Mamógrafo com estéreo-taxia,0,equipamentos
Raio X para densitometria óssea,0,equipamentos
Tomógrafo,0,equipamentos
Ressonância magnética,0,equipamentos
Ultrassom doppler colorido,0,equipamentos
Eletrocardiógrafo,3,equipamentos
Eletroencefalógrafo,0,equipamentos
Equipamento de hemodiálise,0,equipamentos
Raio X até 100mA,0,equipamentos
Raio X de 100 a 500mA,2,equipamentos
Raio X mais de 500mA,0,equipamentos

<sup>64</sup> O número de anos de estudo é um indicador relevante para análise do nível de instrução da população. No Estado 38,5% da população com mais de 10 anos de idade possui o ensino fundamental completo, ou seja, mais de 8 anos de estudo. Esse percentual é bem superior a média brasileira que é 34,5% e o 5º maior entre os demais estados.

<sup>65</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=841>

	médio completo e 3 apenas sabem ler e escrever.	apresentando uma média de 0% a 2% da população <sup>66</sup> .
<b>Saneamento: Abastecimento de água</b>	9 das 14 propriedades são abastecidas pela Rede Geral da Prefeitura, enquanto 5 utilizam água de poço artesiano ou nascente na propriedade. 100% das propriedades possuem, no mínimo, 1 banheiro de uso exclusivo.	20% a 40% dos domicílios da cidade ligados à Rede Geral de Abastecimento de Água <sup>67</sup> . No Rio Grande do Sul, do total de domicílios, 97,56% possuem banheiro ou sanitário e destes, 70,09% encontram-se ligados à rede geral ou fossa séptica, apresentando, portanto, taxas superiores às brasileiras.
<b>Saneamento: Coleta de Lixo</b>	78,5% (11 casos) dos produtores declararam que o lixo do domicílio é coletado por serviço de limpeza. 14,3% (2 casos) enterram o lixo e apenas 7,1 % (1 caso) queimam o lixo do domicílio.	De acordo com Atlas Socioeconômico do RS, dos 3.042.039 domicílios, 2.558.120 contam com sistema de coleta de lixo, correspondendo a 84,09%, taxa de atendimento superior a brasileira. Na cidade de Restisga Sêca, de 40% a 60% dos domicílios tem serviço de coleta de lixo <sup>68</sup> .
<b>Comunicação</b>	100% dos entrevistados possuem rádio e televisão em cores. 100% possuem algum tipo de telefonia (sendo que 14 possuem telefone móvel e 4 dos 14 possuem telefone fixo/residencial).	Telefonia fixa: 63 a 10.000 terminais telefônicos em serviço por município <sup>69</sup> . Na região do Corede-Jacuí Centro existe 1 Emissora de Televisão e entre 5 e 6 emissoras de rádio AM e FM <sup>70</sup> .

<sup>66</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=844>

<sup>67</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=186>

<sup>68</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=183>

<sup>69</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=240>

<sup>70</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=232>

<b>Energia</b>	100% dos entrevistados possuem energia elétrica no domicílio e com medidor exclusivo na propriedade.	A distribuição de energia elétrica para região central é feita por AES-Sul e Nova Palma, apresentando um consumo de 0 a 10.000.000 kwh <sup>71</sup>
<b>Transporte</b>	100% dos entrevistados possuem meio de transporte particular e rodoviário (carro e moto) e 50% declararam que as condições de transporte público são boas/medianas.	Cidade é cortada por uma das principais rodovias do estado (RST 287 – liga a fronteira oeste à capital, passando pela região central do RS) <sup>72</sup> , possui malha ferroviária e tem o Rio Jacuí como malha hidroviária <sup>73</sup> . O número total de veículos em circulação está entre 199 a 5.000 <sup>74</sup> .
<b>Meio Ambiente</b>	Em algumas entrevistas foi possível perceber que pequenos produtores fazem duras críticas aos grandes produtores de arroz do entorno do Rio Jacuí, os quais utilizam aviões para o despejo de veneno e defensivos agrícolas e que, muitas vezes, com vento ou por erros de cálculo, atingem as plantações das pequenas propriedades, causando mortandade de peixes, lavouras e problemas respiratórios para população da região.	A região de Restinga Sêca tem como característica o bioma pampa <sup>75</sup> , com campos mistos e campos subarbusivos <sup>76</sup> . A área de Restinga Sêca pertence à grande bacia do Guaíba e a sub-bacia do Vacacaí-Vacacaí Mirim <sup>77</sup> . Os principais problemas da região são enchentes periódicas e contaminação do solo e da água por agrotóxicos e insumos químicos. <sup>78</sup>

<sup>71</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=153>

<sup>72</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=971>

<sup>73</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=568>

<sup>74</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=238>

<sup>75</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=1099>

<sup>76</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=251>

<sup>77</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=156>

<sup>78</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=614>

<b>Taxa de Fecundidade</b>	Média de aproximadamente 2 filhos por família entrevistada.	Entre 2,16 e 2,45 filhos/mulher. <sup>79</sup>
<b>Gênero</b>	Predomínio de homens como chefes de família nas propriedades: 13 dos 14 entrevistados.	Predomínio da população masculina (3% a 6%) <sup>80</sup> e entre 10 a 20% de domicílio chefiados por mulheres <sup>81</sup> .

Algumas comparações puderam ser feitas diante dos dados acima descritos. Por exemplo: quanto às informações comparadas sobre rentabilidade, percebeu-se disparidade entre os dados da pesquisa de campo e os dados disponibilizados pela própria prefeitura de Restinga Sêca. Entretanto, cabe lembrar que o questionário aplicado perguntou sobre valor da renda bruta e, para muitos produtos, medir essa renda depende muito da comercialização das safras, das despescas. Os que possuem uma renda mensal fixa são os produtores que declararam receber aposentadorias.

As informações do trabalho de campo e do senso demográfico sobre as condições de saúde do município coadunam-se, pois tanto as declarações dos entrevistados quanto os dados do IBGE Cidades mostraram a precariedade nos serviços de saúde, atinente aos locais para atendimento (como os hospitais públicos) e à disponibilidade de aparelhos especializados para exames mais complexos. Na educação, o percentual dos que tem poucos anos de estudo é maior entre os pesquisados que os dados do IBGE para o município como um todo. Isso significa dizer que há certa deficiência no plano educacional dos moradores do meio rural. Outro comparativo que pôde ser feito foi quanto à questão de saneamento: entre os indivíduos piscicultores as condições são mais precárias que entre a média para o município pelo IBGE, no que diz respeito à coleta de lixo. Quanto ao abastecimento de água, as informações correspondem-se.

Sobre os meios de comunicação e transporte, os dados obtidos pela pesquisa de campo mostraram que os indivíduos entrevistados possuem acesso à informação e meios de transporte mínimos necessários: todos possuem acesso à televisão, rádio e serviços de telefonia e todos possuem veículo automotor próprio. Esses dados vão ao encontro das informações disponibilizadas pelo Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, o qual

<sup>79</sup> <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=250>

<sup>80</sup> [http://www.scp.rs.gov.br/uploads/pop\\_composicaoorsexo.pdf](http://www.scp.rs.gov.br/uploads/pop_composicaoorsexo.pdf)

<sup>81</sup> [http://www.scp.rs.gov.br/uploads/pop\\_domicilioschefiadospormulheres.pdf](http://www.scp.rs.gov.br/uploads/pop_domicilioschefiadospormulheres.pdf)

mostra a cidade de Restinga Sêca com uma importante malha rodoviária e com acesso aos meios de comunicação dentro da média do Estado. As informações sobre acesso à energia elétrica também estão de acordo com os números deste atlas: todos os entrevistados possuem energia elétrica em seus domicílios pela distribuição das empresas AES-Sul e Nova Palma.

Os números obtidos pela pesquisa empírica relacionados à taxa de fecundidade estão abaixo dos dados do governo do Estado do Rio Grande do Sul (média de 2 filhos por família para pesquisa de campo e 2,16 a 2,45 filhos/mulher para atlas socioeconômico). Já as informações que dizem respeito à gênero correspondem-se: predomínio do sexo masculino no comando das propriedades rurais na cidade de Restinga Sêca.

Sobre meio ambiente, tanto as informações e relatos feitos pelos indivíduos entrevistados quanto às caracterizações da região de Restinga Sêca mostraram uma conformidade, pois ambos trataram dos problemas ambientais com relação às grandes plantações de arroz existentes na região do Jacuí-Centro e os efeitos que estas causam com uso de agrotóxicos e outros organismos químicos e pela pulverização aérea.

Dessa forma, os resultados aqui apresentados, bem como o comparativo entre dados do trabalho de campo e dados oficiais buscaram caracterizar o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Restinga Sêca, e também trazer informações sobre moradia, habitação, educação, saneamento, família, comunidade, a fim de chegar a um grau de desenvolvimento e qualidade de vida do objeto desta pesquisa: o pequeno produtor piscicultor inserido no Arranjo Produtivo Local.

De acordo com Amartya Sen, a geração de oportunidades para desenvolvimento das liberdades é ponto essencial na busca por uma melhor qualidade de vida e inserção na realidade. Expandir essas liberdades aumenta a capacidade dos indivíduos de cuidarem melhor de si, participarem da vida da comunidade por meio da democracia e de direitos civis. Nesse sentido, de acordo com os indicadores propostos por Allerdt, Erickson e Herculano, perceber o grau em que se encontram estes pequenos produtores em relação a questões de moradia, educação, saneamento e abastecimento de água, relações com a família, com comunidade, meio de obter renda, vida longa e tranqüila, sistema de saúde, segurança e transporte eficaz foi o ponto inicial para compreender em que níveis de racionalidade estes produtores podem ser “classificados” quanto ao seu entendimento sobre desenvolvimento humano e econômico, quanto a sua noção de felicidade e bem-estar.



### **Descrição do trabalho da piscicultura: manejo e criação de peixes em Restinga Sêca.**

De acordo com as informações disponibilizadas pelos produtores através da pesquisa *survey*, obteve-se uma breve caracterização técnica da atividade da piscicultura. Os dados descritos foram relacionados com as exposições iniciais fornecidas pela equipe técnica do APL por meio do seu projeto técnico para piscicultura (2007).

Assim, a área utilizada para a piscicultura, conforme 50% dos entrevistados, está entre 1 e 2 hectares. O número de tanques para a criação de peixes, em aproximadamente 60% das propriedades é de 1 a 4 tanques e de açudes é de apenas 1, em 78,6% das propriedades. Dentre os 14 entrevistados, 46,2% estão de 1 a 3 anos inseridos na atividade comprovando o quão nova é a criação de peixe na vida desses pequenos produtores. De acordo com as respostas obtidas, 42,9% destacaram como motivo para ingressarem na atividade do peixe o baixo valor de investimento, bem como 28,6% que ingressaram pela rentabilidade. Apesar do grande número de parceiros do APL da Piscicultura na região de Restinga Sêca, 57,1% obtêm as informações principalmente com os técnicos da Secretaria de Agricultura do Município. Outro parceiro destacado como fonte de informação quanto ao manejo e criação de peixe foi a Emater do Rio Grande do Sul, com 28,6%.

Quanto ao tempo diário dedicado ao manejo na piscicultura, 50% dos produtores trabalham cerca de 30 minutos ao dia para alimentar os peixes dos tanques. 21,4% desdiciam em torno de 45 minutos a 1 hora no trabalho com os peixes. Conforme relatos de alguns produtores, não é preciso mais que 1 hora ao dia no manejo e alimentação dos peixes, em função de que um ambiente de calma é considerado o ideal para criação e desenvolvimento do animal. Dentre as diversas espécies de peixe existentes nas propriedades visitadas, menos de 45% criam (ou possuem nos tanques e açudes) carpa capim e outras espécies de carpa, como prateada e húngara. 35,7% criam carpa capim e jundiá, sendo que o tipo de alimentação mais comum para desenvolvimento do peixe é a ração e o pasto.

Sobre o volume comercializado durante o ano de 2010, é interessante destacar que 50% dos entrevistados ainda não obtiveram uma produção efetiva de peixe que pudesse ser comercializada, o que mais uma vez comprova quanto esta atividade é recente nessas propriedades rurais. Dos que comercializaram algum pescado em 2010, o volume ficou entre 6.000 e 8.000 quilogramas, com peixe vivo (57,1%), principalmente na Semana Santa, em feiras ou com particulares. Além disso, por se tratar de um tipo de criação extensiva, perceberam-se as dificuldades dos piscicultores com o trato do peixe, manejo, conhecimento técnico, segundo os números aqui discriminados:

- lotação: 28,6% dos entrevistados usam lotação de 2 a 3 peixes/metro, entretanto, 21,4% afirmaram não saber quantos peixes existem em seus tanques ou açudes;
- realização de biometria: 64,3% confirmaram quem não realizam a medição do tamanho do peixe em determinado intervalo de tempo.
- controle de predadores: 57% responderam fazer controle de predadores, como a lontra, mergulhão dentre outros.
- tanques/açudes com licença de operação: 78,6% afirmaram não precisar de nenhum tipo de licença para desenvolvimento da piscicultura.

### **Descrição sócio-demográfica dos piscicultores entrevistados, cadastrados no projeto do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura na cidade de Restinga Seca/RS.**

As descrições que seguem visaram sobre dados mais genéricos como idade, sexo, número de filhos, grau de escolaridade, tipo de emprego em 2010, renda mensal familiar, rendas extras, dentre outros dados que buscaram caracterizar a unidade racional: pequeno produtor piscicultor participante do projeto do APL residente na cidade de Restinga Sêca. Eis os dados:

Dos 14 produtores entrevistados, 13 pertencem ao sexo masculino e declararam-se casados, e 1 ao sexo feminino, declarando-se solteira. Dentre homens e mulheres, todos afirmaram ser de cor branca. A faixa etária dos entrevistados concentrou-se entre 43 e 53 anos e 63 e 73 anos (10 dos 14 casos), conforme gráfico abaixo:

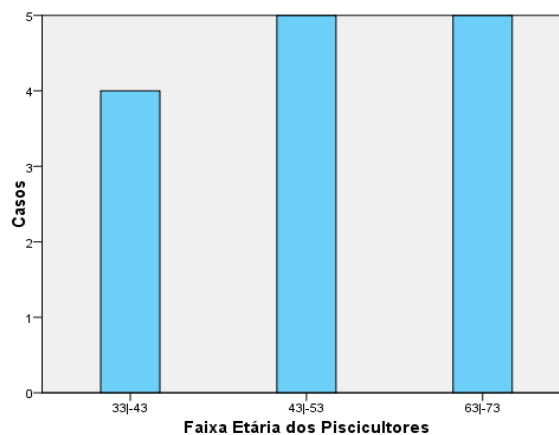


Figura 5: Gráfico estatístico sobre a faixa etária dos entrevistados

Número de filhos por família (produtor) entrevistada: 0 ou 1 filho: 42,9% (6 casos); 2 ou 3 filhos: 42,9% (6 casos); 4 ou 5 filhos: 14,3% (2 casos).

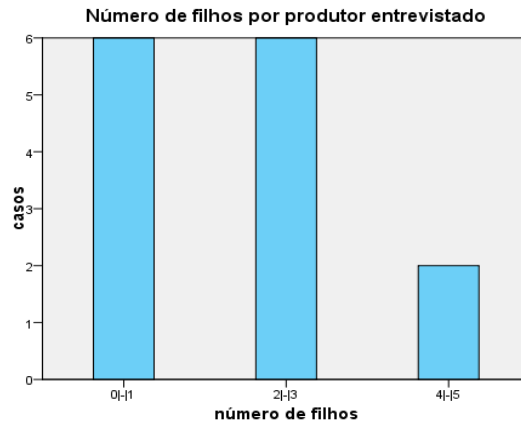


Figura 6: Gráfico estatístico sobre número de filhos por família de produtor

Grau de escolaridade: 35% dos entrevistados possuem ensino fundamental completo (5 casos); 21,4% possuem ensino médio completo (3 casos); 21,4% possuem ensino superior (3 casos); 21,4% sabem ler e escrever (3 casos).

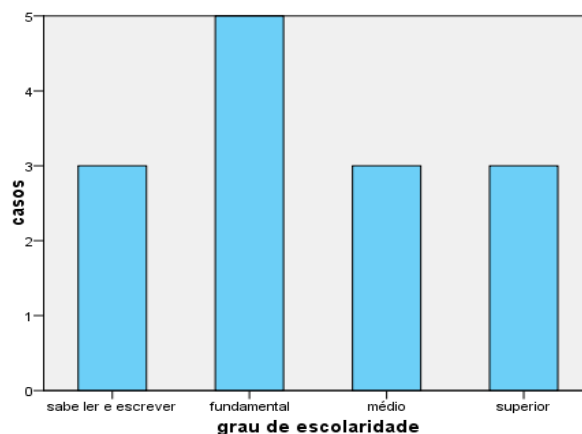


Figura 7: Gráfico sobre nível de escolaridade

Modo de trabalho na atividade agrícola no ano de 2010: 11 dos 14 entrevistados trabalham por conta própria (78,6%); 2 declararam-se empregados (14,3%); 1 declarou-se empregador (7,1%). Dos 2 entrevistados que declararam ter trabalhado no ano de 2010 como empregado, um possui carteira assinada, o outro não.

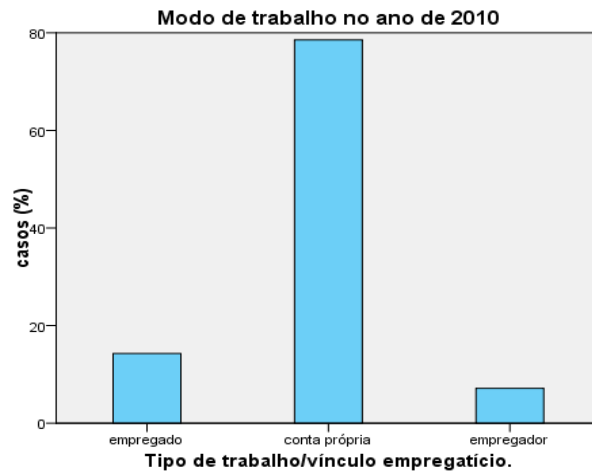


Figura 8: Gráfico sobre modo de trabalho no ano de 2010.

Renda mensal familiar: de acordo com as declarações dadas quanto à renda mensal familiar, realizou-se a seguinte classificação<sup>82</sup>:

Tabela 5: Renda familiar mensal dos produtores entrevistados

<b>Renda mensal familiar somando salários, rendas, bolsas, pensões, aposentadorias de todos os que compõem a família?</b>					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Valid	850,00  - 1.000,00	1	7,1	7,7	7,7
	1.000,00  - 3.000,00	5	35,7	38,5	46,2
	3.000,00  - 5.000,00	4	28,6	30,8	76,9
	5.000,00  - 7.000,00	2	14,3	15,4	92,3
	15.000,00  - 17.000,00	1	7,1	7,7	100,0
	Total	13	92,9	100,0	
Não sabe/não respondeu	System	1	7,1		
Total		14	100,0		

<sup>82</sup> Observação: apenas um entrevistado não quis declarar sua renda mensal familiar, conforme mostra tabela 5.

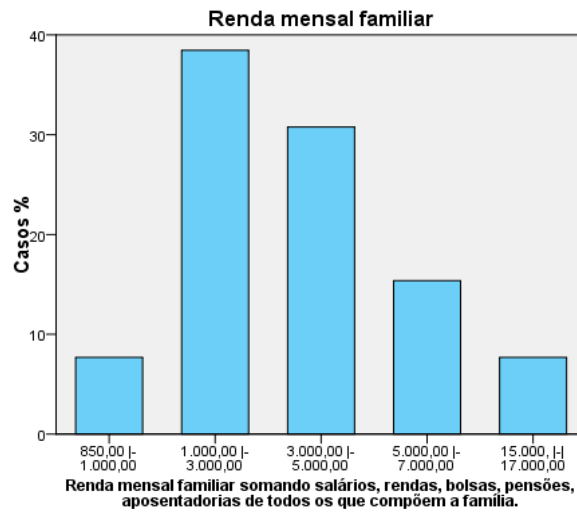


Figura 9: Gráfico sobre renda mensal familiar

Algum tipo de fonte de renda extra (pensão, aposentadoria, bolsa escola, bolsa família, etc): 50% não possuem outra fonte de renda (7 casos); 28,4% possuem aposentadoria (4 casos); 14,3% possuem aposentadoria e bolsa família (2 casos); 7,1% possuem apenas bolsa família (1 caso).

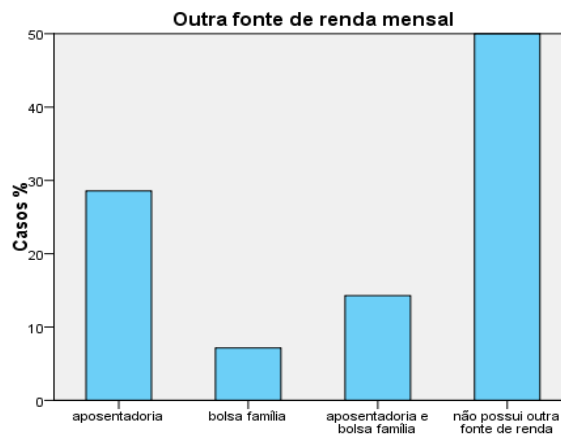


Figura 10: Gráfico apresentado dados sobre outro tipo de fonte de renda

Para os que responderam que têm outra fonte de renda, como aposentadoria, bolsa famílias criaram-se categorias para análise estatística de acordo com as respostas apresentadas:

Tabela 6: Outra fonte de renda mensal e valores estimados

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Valid	Aposentadorias = 2 salários mínimos	5	35,7%	71,4%	71,4%
	Aposentadoria = 4 ou mais salários mínimos	1	7,1%	14,3%	85,7%
	1 Bolsa família	1	7,1%	14,3%	100,0%
	Total	7	50,0%	100,0%	
Não sabe/não respondeu	System	7	50,0%		
Total		14	100,0%		

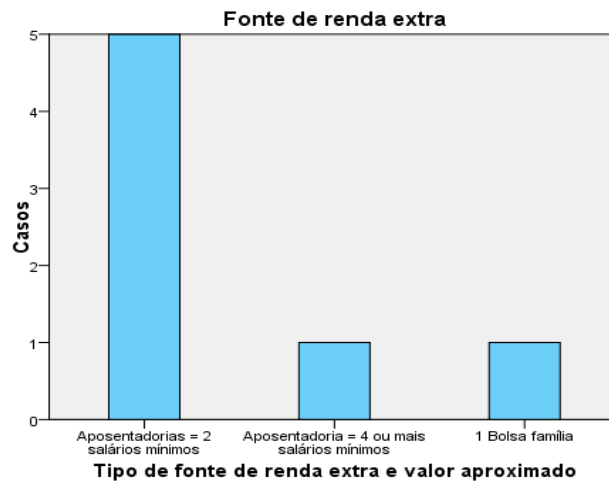


Figura 11: Gráfico sobre o tipo de fonte de renda extra

Quanto ao tamanho da propriedade, percebeu-se que mais da metade são pequenas propriedades, e foram classificadas da seguinte forma:

Tabela 7: Tamanho da propriedade (em hectares)

		Frequência	Percentual	Percentual Cumulativo
Valid	10 -20 hectares	9	64,3%	64,3
	20 -30 hectares	3	21,4%	85,7
	30 -40 hectares	1	7,1%	92,9
	60 -70 hectares	1	7,1%	100,0
	Total	14	100,0%	

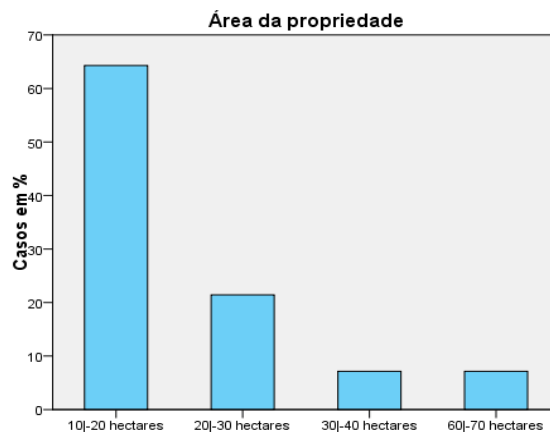


Figura 12: Gráfico sobre área da propriedade (hectare)

Estes dados iniciais mostraram certo perfil padrão dos entrevistados: produtores rurais em pequenas propriedades (entre 10 e 20 hectares), pertencentes ao que se denomina de população economicamente ativa (PEA), com renda mensal familiar entre 2 e 6 salários mínimos, com baixo grau de escolaridade e instrução. Outro ponto a ser destacado é que estes produtores constituem famílias com baixo número de filhos e trabalham por conta própria, sem empregados e com mão-de-obra predominantemente familiar. Após esta caracterização inicial do tipo humano investigado, apresentam-se os dados referentes às condições de habitação, moradia, saúde, transporte.

Quanto às condições de habitação e moradia, percebeu-se que todos os entrevistados possuem casa de alvenaria, coberta por telha em 12 dos 14 casos, tendo em média de 4 a 6 cômodos e todos com no mínimo 1 banheiro de uso exclusivo dos moradores, sendo propriedades já pagas e bem organizadas.

Conforme destacaram os autores como Selene Herculano, Amartya Sen, Robert Erikson e Erik Allardt, para alcançar um patamar de qualidade de vida, é preciso que o sujeito tenha condições mínimas de habitação, possua certo grau de comodidade e que o número de pessoas por metro quadrado ( $m^2$ ) não seja elevado. Pelos dados coletados pela pesquisa de campo, bem como pela visitação às propriedades, pode-se inferir que estes produtores possuem este grau de comodidade e condições em seus domicílios. O quadro abaixo mostra uma relação entre número de cômodos e o número de banheiros de uso exclusivo dos moradores.

Tabela 8: Cômodos no domicílio x número de banheiros exclusivos dos moradores

		Quantos banheiros são de uso exclusivo dos moradores?		Total
		1	2	
Quantos cômodos há no domicílio?	4 -6	2	3	5
	6 -8	1	2	3
	8 -10	1	3	4
	10 -12	2	0	2
Total		6	8	14

Quanto às condições saneamento e abastecimento de água, 9 propriedades são abastecidas pela rede geral da prefeitura de Restinga Sêca (64,3%), enquanto 5 utilizam água de poço artesiano ou nascente na propriedade (35,7%). Todos os entrevistados lançam seus dejetos sanitários em fossa séptica.

Sobre o lixo dos domicílios, 11 produtores declararam que este é coletado por serviço de limpeza, 2 afirmaram que enterram e apenas 1 alegou queimar o lixo do domicílio. Apesar de quase 80% dos entrevistados terem o serviço de limpeza realizado pela Prefeitura, nas informações qualitativas ficou claro que essa coleta ocorre geralmente uma vez na semana e que já está mais desenvolvida em relação aos anos anteriores, quando muitas localidades não possuíam nenhum tipo de sistema de coleta de lixo.

Ainda tratando da questão *habitação* como indicador de qualidade de vida, Herculano também destaca que não basta ter um local para residir, é preciso ter condições mínimas de saneamento e limpeza, com moradias ligadas às redes de abastecimentos de água e esgoto a fim de que habitem em local saudável. Mesmo que o tratamento dos dejetos, neste caso, não seja completo, com passagem por Estações de Tratamento de Esgotos, fossa séptica é a forma de destino mais comum nas zonas rurais ou em residências mais isoladas. Como a pesquisa foi realizada na zona rural da cidade de Restinga Sêca, é comum que os dejetos sanitários sejam então lançados nesses locais, o que pode ser considerado como uma forma de saneamento básico da localidade. Os gráficos abaixo mostram os resultados sobre forma de abastecimento de água e destino do lixo domiciliar.



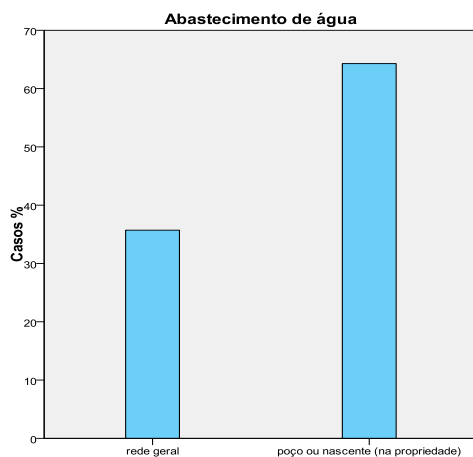


Figura 13: Gráfico do abastecimento de água.

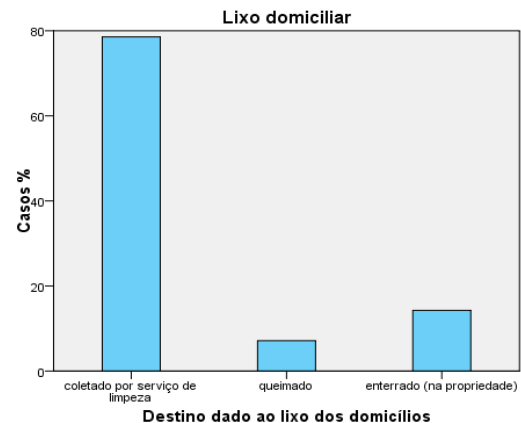


Figura 14: Gráfico sobre destino do lixo

Quanto aos meios de comunicação e aparelhos domésticos, 13 entrevistados possuem telefone celular e apenas 4, dos 14 entrevistados, têm telefone fixo residencial. Todos possuem televisão em cores e rádio; 8 entrevistados possuem aparelho de DVD e 5 têm microcomputador, sendo que destes 5, apenas 2 com acesso à internet.

## Meios de Relações Sociais

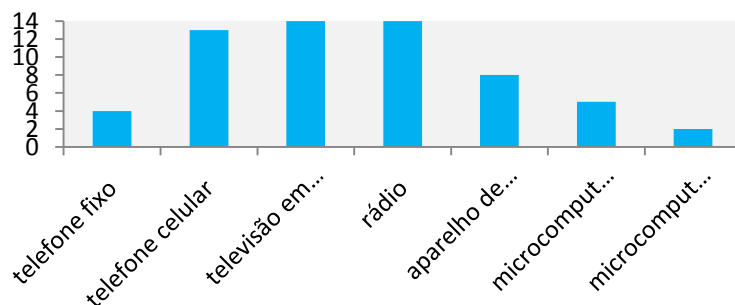


Figura 15: Gráfico sobre meios de comunicação e relações sociais

Quanto aos utensílios domésticos básicos para armazenagem de alimentos, todos os entrevistados possuem fogão com mais de 2 bocas, sendo que a maioria (78,6%) declarou usar o fogão abastecido por gás de botijão durante a maior parte do ano. 13 entrevistados afirmaram ter geladeira e 12 possuem freezer, enquanto apenas 3 têm algum tipo de filtro de água no domicílio. 13 entrevistados possuem máquina de lavar roupa.

### Utensílios domésticos básicos

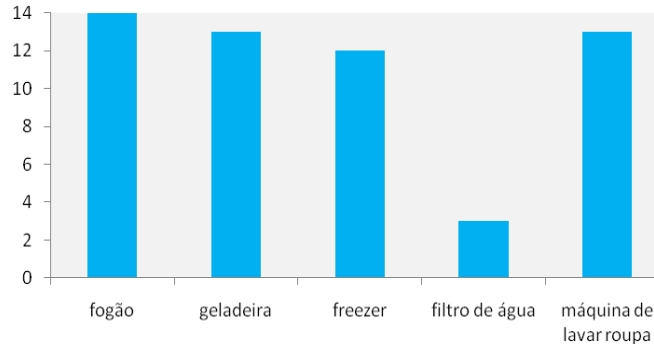


Figura 16: Gráfico sobre utensílios domésticos

Quanto ao meio de transporte, 8 dos 14 produtores (57,1%) declararam ter carro e moto e 6 (42,9%) possuem apenas carro como forma de transporte particular.

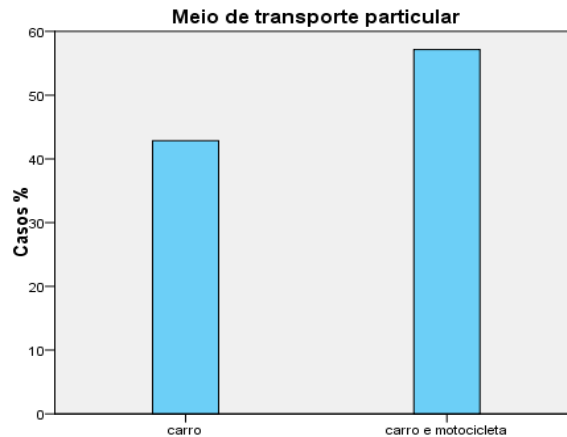


Figura 17: Gráfico sobre meios de transporte

Os itens analisados anteriormente, como meio de transporte particular, utensílios domésticos, meios de relações sociais (conforme descrição de Selene Herculano, 1998), renda familiar mensal, condições de habitação e moradia, saneamento e abastecimento de água mostraram que os entrevistados não podem ser classificados como pobres. De acordo com IBGE e em relação aos dados aqui obtidos, estes produtores/piscicultores podem ser considerados pertencentes à classe “D”, com renda média familiar entre 2 e 4 salários mínimos (entre R\$ 1.020,00 a R\$ 2.040,00)<sup>83</sup>. Entretanto, o projeto inicial do Arranjo

<sup>83</sup> A visão do IBGE, baseada no número de salários mínimos e divide em apenas cinco faixas de renda ou classes sociais, conforme a tabela abaixo válida para o ano de 2010 (salário mínimo em R\$ 510).

Classe	Sal. Mínimos (s.m.)	Renda Familiar (R\$)
A	Acima de 20 s.m.	Acima de R\$ 10.200
B	Entre 10 e 20 s.m.	De R\$ 5.100 a R\$ 10.200
C	Entre 4 e 10 s.m.	De R\$ 2.040 a R\$ 5.100
D	Entre 2 e 4 s.m.	De R\$ 1.020 a R\$ 2.040
E	Até 2 s.m.	De R\$ 0 a R\$ 1.020

Produtivo Local da Piscicultura objetivava um aumento de renda e emprego com a piscicultura, o que não se concretizou nesses 2 anos iniciais. Os aspectos descritos a seguir mostram resultados quanto aos serviços básicos prestados pelos órgãos públicos, como saúde, transporte, e problemas sociais.

Quanto à questão de saúde pública, 57,1% declararam que são boas/medianas; 35,7% alegaram que são precárias e 7,1% afirmaram que as condições são ótimas, conforme gráfico abaixo:

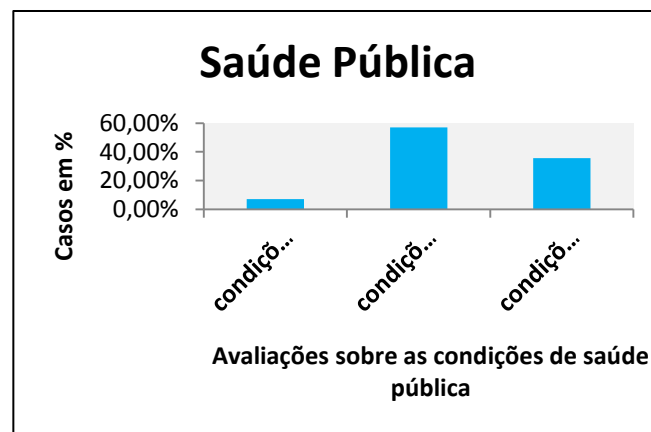


Figura 18: Gráfico sobre saúde pública

Quanto aos números obtidos sobre a questão de saúde, a precariedade está, de acordo com os relatos dos piscicultores, na falta de aparelhagem do município, bem como a falta de hospitais públicos e atendimento mais especializados. Segundo o *IBGE Cidades*, o município de Restinga Seca, mesmo possuindo 9 unidades de atendimentos públicos para saúde, é deficitária em instrumentos e exames mais especializados, como por exemplo, aparelhos para exames do tipo Raios-X, Tomografias e Ressonâncias (fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>).

Quando perguntados sobre a segurança da localidade, 42,9% produtores declararam que as condições são péssimas, 42,9% consideraram as condições boas/medianas, e apenas 14,2% avaliam as condições como ótimas.

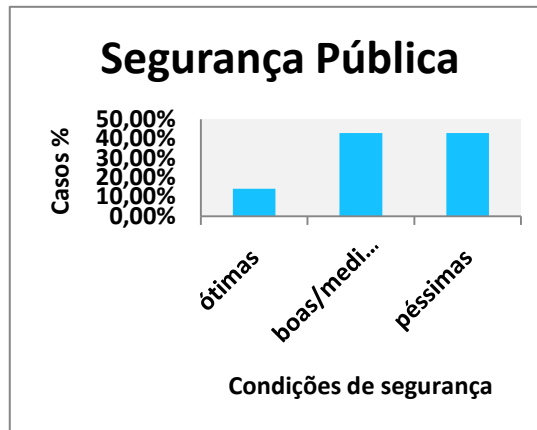


Figura 19: Gráfico sobre segurança pública

A questão sobre segurança pública chama atenção por se tratar de zona rural, onde alguns produtores relataram a ocorrência de roubo tanto de peixes quanto de outros animais, bem como a falta de policiamento e problemas no atendimento rápido às localidades mais distantes da zona urbana da cidade. Segurança da vida e da propriedade é um dos indicadores que Robert Erikson (1996) destaca para que seja avaliado o nível de vida dos indivíduos (conforme tabela 2, p.29).

Quanto às condições de transporte público, 14,3% declararam que as condições são precárias, 50%, que as condições são boas/medianas e 35,7%, que as condições são ótimas. Segundo produtores, mesmo que em sua totalidade possuam meios de transporte próprio, o transporte urbano atende, na maioria dos relatos, de forma eficiente às necessidades do município, principalmente o transporte para as escolas das comunidades.

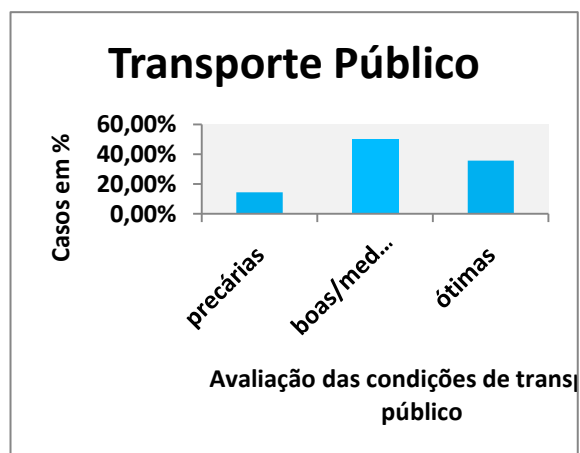


Figura 20: Meios de transporte público

Quanto aos problemas sociais da comunidade, tem-se a distribuição conforme a tabela 9 e figura 21, pela qual foi possível perceber respostas bastante variadas e que possuem influência das peculiaridades de cada localidade em que residem os produtores, localidades estas pertencentes à Restinga Sêca.

Tabela 9: Principais problemas sociais da comunidade

		Frequencia	Percentual	Percentual Válido
Valid	Falta de trabalho/desemprego	1	7,1%	7,1%
	Violência/insegurança	2	14,3%	14,3%
	Falta de escola	1	7,1%	7,1%
	Falta de condições sanitárias e de saúde em geral	3	21,4%	21,4%
		Frequência	Percentual	Percentual Válido
	Inflação alta	3	21,4%	21,4%
	Corrupção do poder público	3	21,4%	21,4%
	Outro: falta de vontade das pessoas trabalharem	1	7,1%	7,1%
	Total	14	100,0%	100,0%

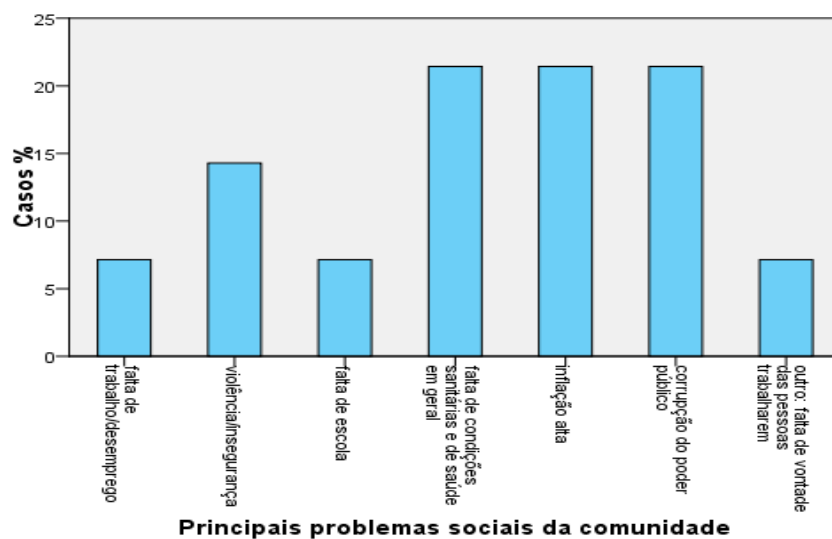


Figura 21: Gráfico sobre principais problemas sociais da comunidade

Sobre as causas desses problemas sociais, 6 dos 14 produtores (42,9%) afirmaram ser a “falta de vontade política para resolver os problemas” da localidade ou região, seguido com 21,4% (3 produtores dos 14), que apontaram que “Estado não desempenha seu papel” como causa dos problemas sociais da localidade. A crítica aos atores e instituições políticas é destacada. Amartya Sen postula que a participação na vida pública (sublinhe-se a vida na comunidade) é condição para que o sistema opere as funcionalidades que, finalmente, dão aos

indivíduos a autonomia para “o agir” segundo os objetivos últimos e o senso de felicidade que estabelecem pra si. Entretanto, do ponto de vista da eficiência e competitividade econômicas exigidas no presente, a educação e a instituição escola constituem-se em importante funcionamento para os resultados melhores no ambiente econômico. Assim, o diagnóstico do conjunto de piscicultores enfatiza muito pouco este tópico (7,1%), fazendo que a possibilidade real de mudança (de valorização da escola) seja baixa porque os indivíduos não pontuam como um problema prioritário. Esta análise supõe que, nas democracias, os políticos reagem mais prontamente quando pressionados pelos grupos de interesse.

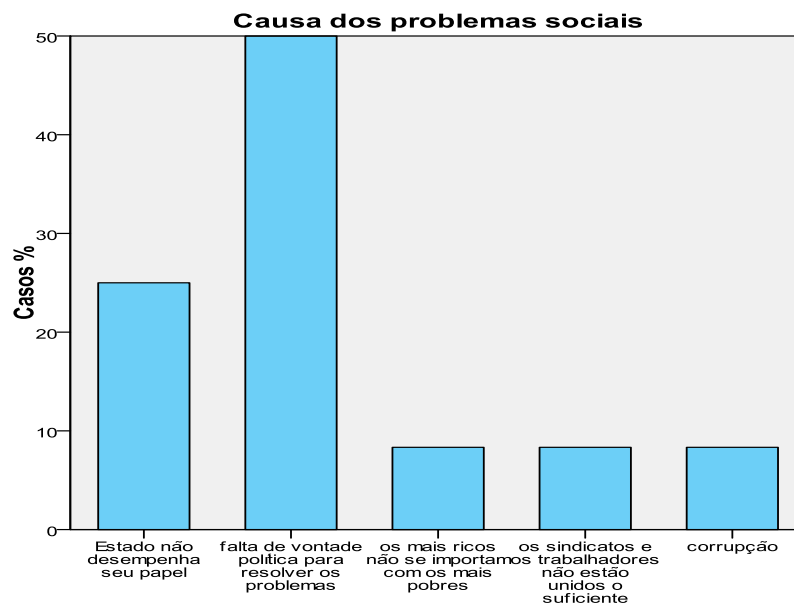


Figura 22: Gráfico sobre Causa dos problemas sociais

Ao analisar estes dados sobre aspectos sociais, é interessante atentar como os entrevistados percebem o papel do poder público na promoção de necessidades básicas (nos termos de Amartya Sen). Ao se questionar sobre as causas desses problemas sociais, 64,3% dos entrevistados alegaram que estas ocorrem devido à falta de ações concretas e efetivas de prefeituras, governos estaduais e federais, no que diz respeito aos problemas de saúde e saneamento, problemas econômicos (apontado na questão anterior o caso da inflação), problemas políticos (corrupção), problemas de violência e insegurança (conforme questão sobre principais problemas sociais da comunidade).

As análises que seguem buscam compreender o grau de relacionamento dos produtores com sua família, com comunidade e dentro do próprio projeto da piscicultura, bem como sua participação da vida pública. São as medidas objetivas de relações pessoais,

conforme argumento de Erik Allerdtd (tabela 1). Para o autor, estas descrições tratam de aspectos das *necessidades sociais - AMAR*: necessidade de relacionar-se com os outros, de interagir no contexto social em que vive formando identidades sociais, interagir com membros de associações e organizações, com companheiros de trabalho. Com esses dados também foi possível verificar o que Allerdtd denomina como *necessidade de desenvolvimento pessoal - SER*, que diz respeito às necessidades de integração social, participação das decisões e atividades coletivas que possuem certo grau de interferência na vida pessoal, bem como atividades políticas, atividades de lazer.

Ao serem perguntados sobre o tipo de atividade que costuma fazer no tempo livre as respostas obtidas foram: 64,3% ficam com a família e amigos (9 casos); 21,4% têm atividades de lazer, como jogar futebol, bocha, pescarias (3 casos); 14,3% possuem outras atividades de lazer, conforme figura 23.

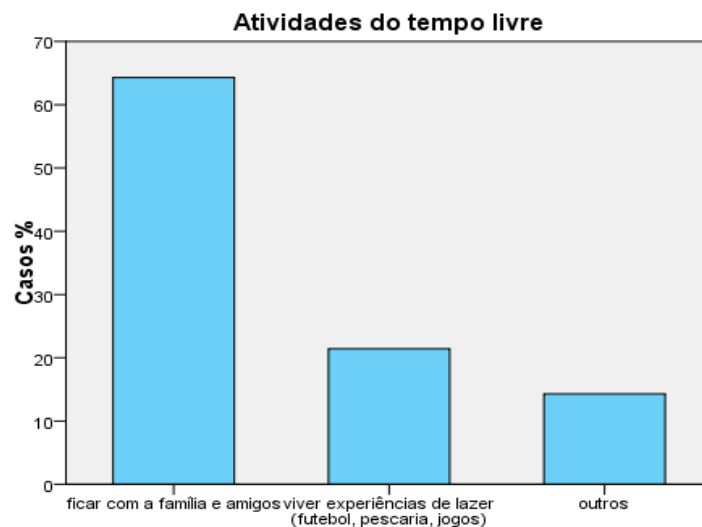


Figura 23: Gráfico sobre atividades realizadas no tempo livre

Segundo Robert Erikson (1996) – tabela 2 – ter atividades em tempo livre, como atividades de lazer, viagens, férias são indicadores de qualidade de vida. Além disso, o gráfico acima mostra o grau de apego apresentado pelos piscicultores com suas respectivas famílias e amigos. De acordo com Allerdtd (1996), esses dados permitem inferir que existem padrões razoavelmente elevados de apego familiar bem como padrões ativos de amizade na comunidade.

Ao serem questionados quanto ao projeto de vida, aos desejos que tem para crescimento pessoal, as respostas foram bastante variadas, sendo que 4 dos 14 entrevistados

(28,6%) apontaram a necessidade de melhoria na infra-estrutura da casa/propriedade/comunidade; 3 (21,4%) afirmaram necessitar de melhoria de renda e 3 (21,4%) também apontaram como necessidade a melhoria nas condições de saúde.

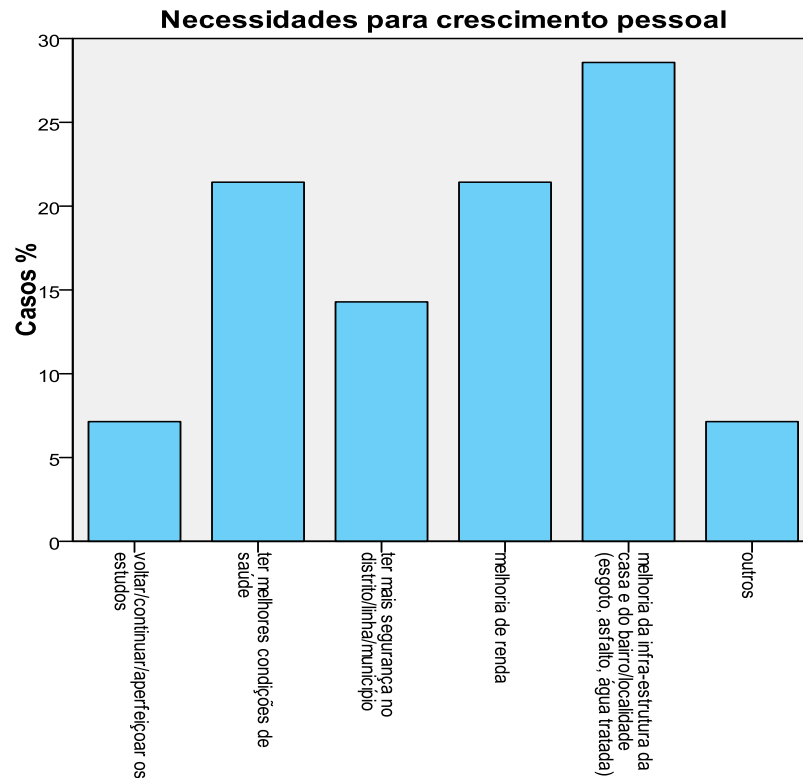


Figura 24: Gráfico sobre necessidades para crescimento pessoal

Ao analisar as informações obtidas referentes aos *projetos para crescimento pessoal*, percebeu-se que a variável *faixa etária* exerce alguma influencia nas respostas dos entrevistados. Uma vez mais a funcionalidade da “educação”, na fórmula “voltar/continuar/aperfeiçoar os estudos” não é vista como uma prioridade para este conjunto de indivíduos piscicultores estudado. Obviamente que a melhoria da “infra-estrutura” e das “condições de saúde” são importantes como “meios” para um “fim”. A resposta dos indivíduos piscicultores enfatiza estes funcionamentos como “fim”. A Tabela 10 mostra o cruzamento entre faixas etárias e necessidades para crescimento pessoal:



Tabela 10: Necessidades para crescimento pessoal X Faixas etárias

		Idade média dos piscicultores			Total
		33 -43	43 -53	63 -73	
Quais necessidades para crescimento pessoal?	Voltar/continuar/aperfeiçoar os estudos	1	0	0	1
	Ter melhores condições de saúde	0	1	2	3
	Ter mais segurança no distrito/linha/município	0	0	2	2
	Melhoria de renda	1	1	1	3
	Melhoria da infra-estrutura da casa e do bairro/localidade (esgoto, asfalto, água tratada)	2	2	0	4
	Outros	0	1	0	1
Total		4	5	5	14

No gráfico da figura 24, percebem-se que a variável *melhoria de infra-estrutura da casa/propriedade/comunidade* é a resposta mais mencionada pelos entrevistados, principalmente os que se encontram na faixa etária entre 33 e 53 anos. O segundo ponto mais mencionado é quanto à melhoria de renda e melhoria das condições de saúde (21,4% nos dois casos). Os que destacaram melhoria de saúde como necessidade de crescimento pessoal têm entre 43 e 73 anos; já melhoria de renda foi apontada por todas as faixas etárias.

Infra-estrutura da casa/propriedade/comunidade, renda e condições de saúde são, de acordo com a classificação de Allerdt (1996), indicadores objetivos das necessidades materiais e impessoais (“TER”) de bem-estar e qualidade de vida, assinalando a satisfação das necessidades básicas. Voltando aos conceitos de Amartya Sen, é a partir da satisfação dessas necessidades que o indivíduo pode alcançar as liberdades para seu desenvolvimento. Contudo, o grande salto qualitativo que pode ser dado, no plano econômico, requer o investimento na educação. Entretanto, isto não é reconhecido como um investimento prioritário para os piscicultores estudados.

Quanto à participação na vida pública, os entrevistados responderam da seguinte maneira: 42,9% valorizam a participação na vida pública e participa do sindicato, mas não do partido político (6 casos); 35,7% valorizam a política, mas não participa nem do sindicato e nem do partido político (5 casos); 14,3% participam do sindicato e do partido político e acha que os políticos são agentes importantes para a transformação da sociedade (2 casos); 7,1%

valorizam a participação na vida pública, não participa do sindicato, mas participa do partido político (1 caso).

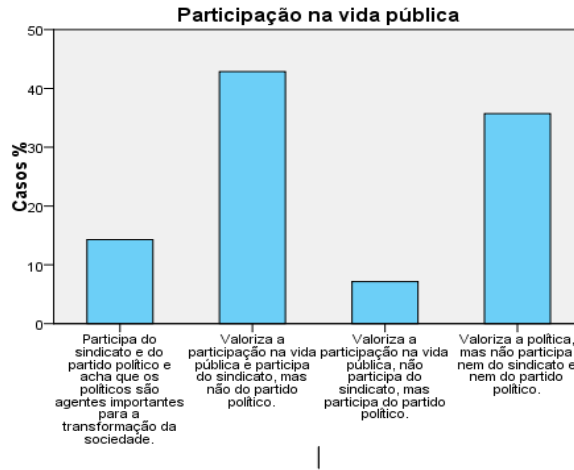


Figura 25: Gráfico sobre participação na vida pública

A aprovação na participação na vida política apresenta a realidade de, ao se somar as situações “participa de sindicato, mas de partido político”, “participa de partido, mas não de sindicato” e de “ambas as situações”, chega-se ao patamar de 64,3% de aprovação e envolvimento em algum arranjo institucional na vida política. É certo que valorizam muito mais o sindicato (e aqui se pode acrescentar a “associação de produtores/criadores” e outras correlatas) do que o partido político.

Quanto ao relacionamento do produtor com os outros piscicultores integrantes do projeto do APL tem-se: 21,4% acreditam que a relação é excelente (3 casos); 64,3% apontam que a relação é boa/mediana (9 casos); 14,2% acham que a relação é ruim (2 casos).



Figura 26: Gráfico sobre relacionamento com outros piscicultores

Quanto ao relacionamento com as instituições parceiras do APL, como prefeituras, Emater, Adesul, tem-se: 14,3% dos entrevistados apontaram que a relação é excelente (2 casos); 71,4% consideraram boa/mediana (10 casos); 7,1% avaliaram a relação como ruim (1 caso); 7,1% não responderam (1 caso).

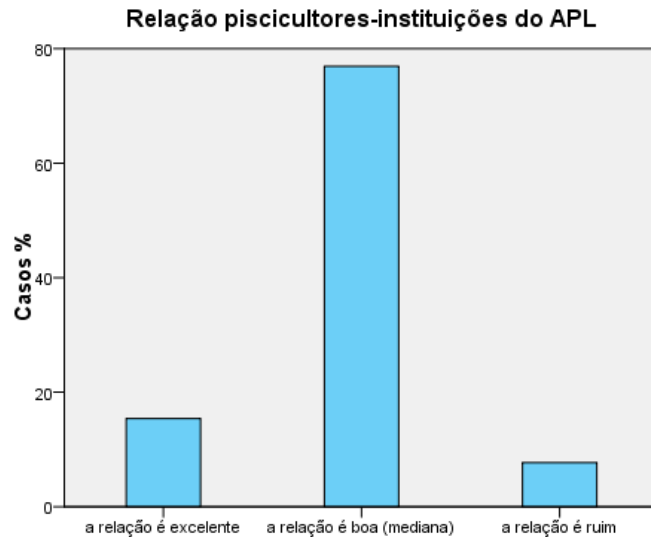


Figura 27: gráfico sobre relação dos piscicultores com as instituições quem compõem o APL

Os três gráficos anteriores mostraram questões relacionadas ao grau de relacionamento e participação dos produtores na comunidade em veículos de participação política e da categoria, bem como o nível de relacionamento entre os próprios piscicultores. Em se tratando de participação política, obteve-se que aproximadamente menos de metade dos entrevistados participa de sindicato da categoria (Sindicato Rural) e não participam de partido político (gráfico da figura 25). Essa participação em órgãos de decisão de interesse de uma coletividade, do grupo ao qual pertencem, mostrou que estes pequenos produtores buscam tomar conhecimento e opinar nas decisões e atividades coletivas que influenciam sua vida, sendo um tipo de atividade política (categoria “SER” de Allerdtd). Para Erickson, fazer parte de sindicato da categoria é um indicativo sobre qualidade de vida no que diz respeito aos recursos políticos (tabela 2).

Esses dois indicadores descritos por Erickson e Allerdtd também caracteriza questão do relacionamento entre os piscicultores e o relacionamento destes com as instituições que fazem parte do projeto do APL. É interessante referir aqui que mesmo que nos dois casos a maioria dos entrevistados tenha afirmado que as relações são boas/medianas, elas não são

relações fortes, concretas. De acordo com os relatos, os piscicultores conhecem uns aos outros devido às reuniões que acontecem sobre o APL e de saberem quem são os produtores de peixe da sua comunidade. E quanto à relação com as instituições públicas, pode-se inferir o mesmo: a relação é boa/mediana principalmente com órgãos como Secretaria de Agricultura do Município e Emater, as quais dão algum tipo de assistência técnica, na maioria das vezes que são solicitados.

Ao serem questionados quanto ao reconhecimento público por trabalharem no APL da piscicultura tem-se: 57,1% dos produtores sentem-se muito valorizados por familiares e amigos por fazer parte do projeto (8 casos); 7,1% dos produtores sentem-se valorizados medianamente por familiares e amigos por fazer parte do projeto (1 caso); 7,1% dos produtores sentem-se pouco valorizados (ruim) por familiares e amigos por fazer parte do projeto (1 caso); 28,6% acham que essa participação é indiferente (4 casos).



Figura 28: Gráfico sobre reconhecimento público por participar do APL da Piscicultura

O gráfico da figura 28 mostra que quase 57,1% dos entrevistados sentem-se muito valorizados em participar do projeto do peixe. Entretanto, é possível perceber que para 28,6% essa participação é indiferente. Neste caso, foi importante cruzar a questão da valorização profissional com a produção de peixe propriamente dita, conforme tabela 11.

Tabela 11: Tipo de comprador da produção X reconhecimento público por trabalhar com piscicultura

		Como é o reconhecimento público por trabalhar com piscicultura no APL?				Total
		Meus amigos, familiares e vizinhos valorizam muito (excelente) o fato de trabalhar no APL da piscicultura	Meus amigos, familiares e vizinhos valorizam pouco (mediano) o fato de trabalhar no APL da piscicultura	Meus amigos, familiares e vizinhos não valorizam (ruim) o fato de trabalhar no APL da piscicultura	Para meus familiares, amigos e vizinhos é indiferente	
Quem comprou o total ou maior parte de sua produção?	Intermediário	0	0	0	2	2
	Consumidor direto	5	0	0	1	6
	Ainda não teve produção para comercialização	3	1	1	1	6
Total		8	1	1	4	14

Analisando os números do cruzamento, percebeu-se que quase metade dos entrevistados não teve uma produção efetiva para a comercialização, enquanto os que se sentem valorizados são os que têm uma produção para venda (mesmo que esta seja para consumidor direto). Para estes que ainda não comercializaram o pescado, notou-se uma variação nas respostas quanto a valorização (3 sentem-se muito valorizados, 1 sente-se medianamente valorizado, 1 sente-se pouco valorizado e para 1 entrevistado participar do APL é indiferente). Estes dados mostraram o quanto ter uma comercialização, uma produção para venda (continuidade da cadeia produtiva) é um fator para auferir níveis de bem-estar, felicidade e qualidade de vida, pois, como propõe Allardt: ter uma vida profissional significativa e dela obter recursos econômicos é elemento indicativo de satisfação das necessidades de desenvolvimento pessoal (“SER”) e satisfação das necessidades materiais e imateriais (“TER”).

Quanto à importância do projeto do APL do peixe na vida econômica tem-se a classificação, conforme tabela abaixo:

Tabela 12: Lugar do APL no contexto da história da vida econômica dos produtores

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Valid	Minhas condições de bem-estar e renda melhoraram muito desde que aderi à piscicultura	3	21,4%	21,4%	21,4%
	Minhas condições de bem-estar e renda melhoraram um pouco desde que aderi à piscicultura	2	14,3%	14,3%	35,7%
	Minhas condições de bem-estar e renda não melhoraram (nada mudou) desde que aderi à piscicultura	8	57,1%	57,1%	92,9%
	Outros	1	7,1%	7,1%	100,0%
	Total	14	100,0%	100,0%	

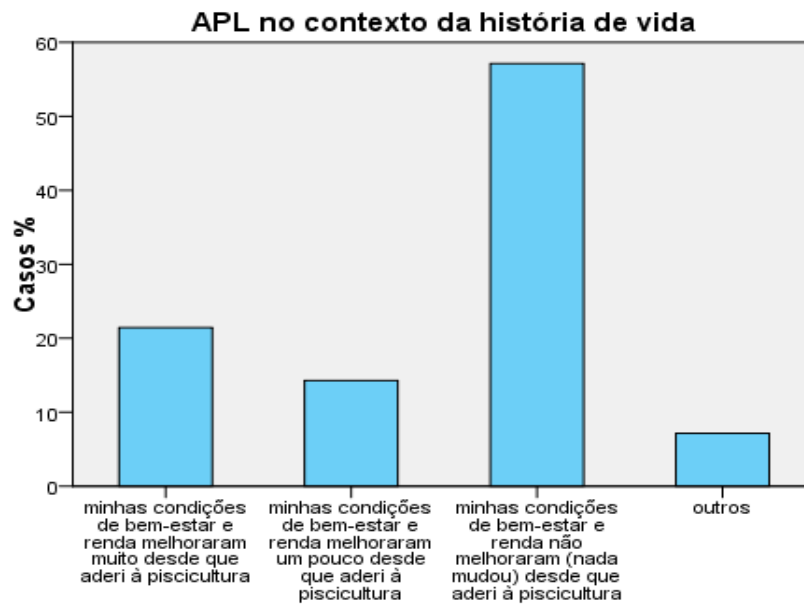


Figura 29: Gráfico sobre APL no contexto da história de vida

Tabela 13: Tipo de comprador da produção X Lugar do APL no contexto da história da vida econômica

		O lugar do APL no contexto da história da vida econômica				Total
		Minhas condições de bem-estar e renda melhoraram muito desde que aderi à piscicultura	Minhas condições de bem-estar e renda melhoraram um pouco desde que aderi à piscicultura	Minhas condições de bem-estar e renda não melhoraram (nada mudou) desde que aderi à piscicultura	Outros	
Quem comprou o total ou maior parte de sua produção?	Intermediário	0	1	1	0	2
	Consumidor direto	2	1	3	0	6
	Ainda não teve produção para comercialização	1	0	4	1	6
Total		3	2	8	1	14

A tabela 13 acima descreve exatamente um dos entraves do projeto do APL da piscicultura na região do Jacuí-Centro: se o objetivo inicial deste projeto era melhoria das condições de bem-estar e renda, esta ainda não se concretizou devido à falta de comercialização do produto. Assim como no caso anterior sobre reconhecimento e valorização por trabalhar no projeto, notou-se que não ter a continuidade da cadeia produtiva, não ter um comércio de peixe efetivo é um dos entraves para que a atividade tenha continuidade, para que avance nos propósitos de desenvolvimento humano e econômico da região, bem como para melhoria de qualidade de vida, na busca de bem-estar e felicidade (nos termos de Amartya Sen). De todo modo, é destacável um desenho da realidade que, a princípio, soa contrastante e incongruente: ao mesmo tempo em que se vislumbra uma alta taxa de reconhecimento (57,1%) por parte de familiares e amigos para aqueles que integram o APL, outros 57% informam que a renda não melhorou desde à adesão ao APL. De alguma maneira este quadro da realidade reforça a idéia de que a funcionalidade mais expressiva do APL, segundo o entendimento dos piscicultores, é mais no plano da sociabilidade do que no âmbito da eficiência e ganho econômicos.

O projeto do APL da piscicultura representa para 78.6% (11 casos) uma esperança, tranqüilidade, pois havia pouca possibilidade de emprego e renda na região; para apenas 2

produtores o projeto do peixe tem outro significado e para apenas 1 produtor esse projeto não significa nada e não altera os problemas de emprego e renda na região, como mostra gráfico que segue:

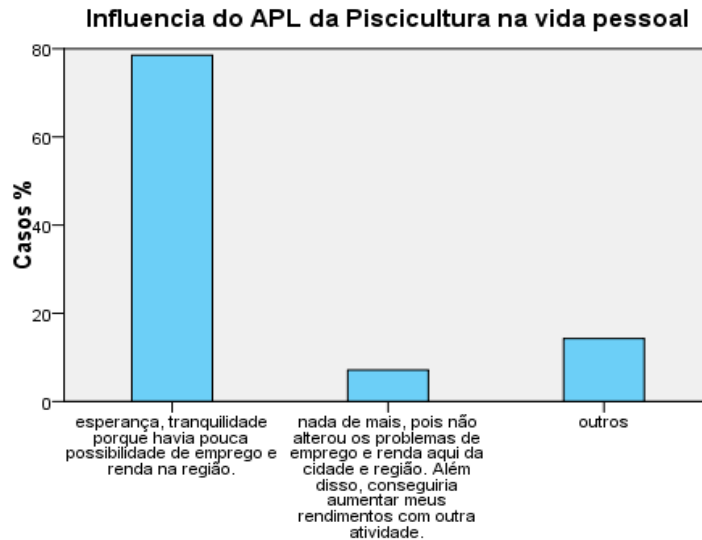


Figura 30: Gráfico sobre influencia do APL da piscicultura na vida pessoal

As análises realizadas neste capítulo mostraram o quanto a atividade da piscicultura ainda pode trazer benefícios e melhorias para região, sendo uma esperança de crescimento econômico e social e mais uma alternativa para melhoria de vida dos pequenos produtores rurais da região. Mesmo que estes produtores não tenham suas propriedades inviabilizadas financeiramente e que tenham diversidade de produção, eles ainda não podem ser inseridos em uma realidade econômica mais ampla, de mercado com certificações de qualidade do produto. Apesar dos avanços que a piscicultura trouxe na vida social e econômica de alguns entrevistados, ela ainda está longe de ser a atividade que o projeto do Arranjo Produtivo Local ensejou como meio/mecanismo desenvolvedor da região.

Entre a realidade da baixa efetividade econômica e as condições mínimas dos funcionamentos para uma vida digna (saúde, segurança, transporte, infra-estrutura, entre outros), se dispõem o indivíduo piscicultor para projetar um futuro melhor; futuro este que objetivamente ele não está se habilitando para participar de forma mais competente. De todo modo, há um futuro sonhado que dificilmente se encaixa no formato do mundo dinâmico da sociedade do conhecimento.



## **Capítulo IV**

### **A Piscicultura e a Racionalidade do Pequeno Produtor: Uma perspectiva de bem-estar econômico e social**

Este capítulo apresenta uma análise qualitativa da racionalidade do pequeno produtor de peixe nas propriedades rurais participantes do projeto do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura. Tal análise, como objetivo principal desta pesquisa, buscou compreender essa racionalidade, compreender como e quanto a atividade de criação de peixe e a participação neste projeto melhorou ou não a vida desses tipos humanos – sua qualidade de vida e seu bem-estar econômico e social.

De acordo com os conceitos sobre “qualidade de vida” e “desenvolvimento humano” descritos no capítulo I deste trabalho, as inferências sobre a racionalidade dos piscicultores estão associadas àquelas discussões iniciais sobre graus objetivos do nível de vida e das condições ambientais; de relações interpessoais e da relação das pessoas com a sociedade e natureza. Sentimentos subjetivos de satisfação/insatisfação com as condições de vida, nas relações sociais e desenvolvimento pessoal – o que Erick Allerdts denomina de TER, AMAR e SER. Além de Allerdts, a racionalidade desses tipos humanos pesquisados está baseada nas considerações de Selene Herculano, Robert Erikson e Amartya Sen quanto aos aspectos sobre habitação, saúde, segurança, educação, moradia, meio ambiente, dentre tantas outras questões que, de acordo com os discursos desses produtores, tornaram-se relevantes para a formulação de uma escala de prioridades. Segundo John Elster e Anthony Giddens essa escala de prioridades foi necessária para compreender o agir desses piscicultores com base no que eles entendem por felicidade e bem-estar.

#### **Racionalidade do pequeno produtor quanto à participação na vida pública e da comunidade.**

Os trechos das entrevistas abaixo destacam aspectos da racionalidade dos piscicultores quanto à vida política em geral, como percebem o papel do poder público como fomentador de políticas para melhoria da comunidade, melhoria da vida pessoal/particular.

Entrevistador: “Quais as causas desses principais problemas sociais e econômicos do distrito, dessa comunidade que o senhor identifica?”: “O Estado não desempenha seu papel”; “falta de vontade política pra resolver os problemas”; “os mais ricos não se importam com os mais

pobres”; “pobreza/exclusão”; “os empresários e as empresas estão preocupados apenas consigo mesmo”.

*“Pior que nessa parte ai é assim oh, o município só deu água encanada, trouxeram rede lá do São José, fizeram acho que 24 km pra duas família e o projeto era pra água pra toda localidade. Aqui são 38 família, e fizeram 2 poço artesiano e se não der os 2 nós temo sem água. Coisa mais horrível do mundo. Então nessa parte é complicado”* (Entrevistado 01)

Pergunta feita e o foco do entrevistado 01 dirigiu-se para a ação particularista da prefeitura — gerando benefícios para uns poucos em detrimento da maioria — no formato de um evento concreto. Do ponto de vista qualitativo começa a ganhar contornos (pela narrativa dos piscicultores) as razões para uma ordem econômica e social em desarranjo com os desafios competitivos contemporâneos. O organismo público e político “Prefeitura” constituiu-se em forte empecilho à consecução dos objetivos do APL, nos termos relatados aqui.

*“Olha. Da comunidade, olha... Acho que é a falta de vontade da prefeitura, é muito pouco. Nós aqui somos abandonados, abandonado...”* (Entrevistado 07).

Da avaliação qualitativa feita e a expressão “abandono” descortina as deficiências da APL que, com base na definição do próprio modelo, não pode sustentar-se sem o papel harmonizador dessa dimensão institucional.

*“Falta de escola, porque eles têm que viajar longe pra ir pra escola. No caso dela, tem que caminhar quase 2km pra pegar ônibus pra depois ir lá pra Vila Rosa. E tem outros lá dos morador que tem que caminhar uns bons pedaços pra vim de noite aqui, parece que é no EJA. A gente caminha mais ou menos 2 km pra pegar ônibus, de subida e descida. (...) O município que não se interessa. (Estado não desempenha seu papel)”* (Entrevistado 09).

Já tinha sido captado no questionário fechado que a variável “voltar/continuar a estudar” não tinha o lugar, a prioridade exigida quando se concebe o ambiente competitivo da economia global atual. Esta informação coaduna-se com a descrição acima de um serviço (meio), que é o transporte escolar, deficitário a desafiar o interesse e obstinação do indivíduo piscicultor e sua família no tocante aos esforços para a escolarização. Não se pode afirmar que o indivíduo piscicultor valora muito pouco “volta/continuar a estudar” porque o transporte

escolar é deficiente. Todavia, as duas dimensões estão dadas no contexto e contribuem para que o funcionamento da “educação” tenha a posição marginal, finalmente.

*“Acho que todos, mas acho que mais é a saúde em geral. (...) Vou colocar a culpa nos políticos. Eu acho que falta vontade deles...”* (Entrevistado 12).

Analisando esses trechos, percebeu-se que o vetor político do papel do poder público, ou da sua não atuação eficaz é causa dos problemas da comunidade, os quais são de ordem coletiva e não individual. Os trechos abaixo que tratam de questões sobre condições de segurança também mostram essa racionalidade do pequeno produtor em relação aos aspectos da comunidade e o papel do poder público.

Entrevistador: E quanto às condições de segurança da localidade: são boas, ótimas, precárias?  
*“Não. Aqui polícia se tu ligar, daqui três dias vem uma. Se tu ligar hoje e “eu quero uma polícia aqui urgentemente”, amanhã eles vem; depois de tudo acontecido não vem, não adianta... (...) Já, um ano me roubaram, mas é que eu não tava ai, eu tava pra Cachoeira. Me bateram uma noite ai me levaram tudo. Eu tinha 1200 carpa e tirei 18.* (Entrevistado 01).

A descrição da perda, pelo piscicultor, de sua valiosa carga de carpa é a expressão profunda do desalento. Não tem e, portanto, não pode declarar o acesso a instrumentos financeiros como seguro. O suporte que instituições como a polícia poderiam oferecer tem, ao final do evento da perda, a força da resignação. A sensação de estar só, de que a atividade no APL depende dele no sentido de que ele somente pode esperar por ele próprio vai se sedimentando cada vez mais. Este sentimento afeta o conceito do APL no seu aspecto mais importante, o de ser um arranjo cooperativo.

*“Ah isso ai falta, se tivesse um posto policial seria bom, porque tem gente que bagunça, gurizada. Esses dias ai de madrugada fizeram assim pegadinha de carro. Ligaram pra polícia e nem vieram, acho que dormiu. E a vizinha aqui que são amigo da polícia diz que chamaram 3 vezes. Fizeram um horror na faixa, ficavam em pé na moto. Eu sei que agora até meio pararam, de certo a polícia andou meio que... Mas a polícia não vêm”.* (Entrevistado 03).

*“Essa é ruim. Péssima. (...) Mas principal é a segurança, porque tu vê, não tem um vizinho. Já me levaram 2 motosserra. E o computador. Antes de nós vim, o antigo dono da propriedade tinha um caseiro, e no momento que ele saiu, pessoal tá tudo abandonado, e o pessoal vinha roubava e levava o que tinha. Mas foi a única vez, nós vinha em abril e aconteceu em novembro isso. E aqui eles matam o gado, cada um tem 10 cachorros, matam o animal e levam pra deixar pros cachorro comer, esses dias eu consegui botar a correr com farolete. (Entrevistado 10).*

Estas análises iniciais permitiram inferir que, quanto à racionalidade dos pequenos produtores sobre o papel do Estado esta foi mais destacada nos aspectos negativos, como a falta de segurança e a causa dos problemas sociais e foram menos relacionados com dilemas ligados a classes sociais ou falta de articulação da própria classe rural (sindicato). Nesse sentido, tornou-se possível entender que na equação racional sobre política, a figura do Estado é a esfera que gera os desarranjos sociais: as ineficiências do Estado como instituição que causam até mesmo desmotivações dos atores políticos que necessitam desses projetos coletivos (acesso às necessidades básicas, como descreve Amartya Sen) e não o fazem porque estão desconectados. Os problemas sociais são gerados menos por fatores internos de ordem econômica e da ação mais ou menos eficiente dos agentes econômicos, como o sindicato e seus representados. Na visão dos pesquisados, a esfera política produz os efeitos sociais perversos e não o contrário. Naturalmente, com a esfera pública deficiente, resta ao piscicultor o reforço na sua aprovação da esfera da família e da intimidade, verificado no alto patamar de preferência no investimento de tempo e energia do tempo livre nas esferas da família e amigos.

### **Racionalidade do pequeno produtor quanto às questões econômicas da piscicultura: desenvolvimento da atividade como ganho econômico.**

Nesta seção, os trechos das entrevistas apresentam as razões do pequeno produtor quanto à atividade da piscicultura, da ação econômica particular e sua conexão com as outras atividades rurais desenvolvidas. Algumas passagens mostraram o entrave do projeto no atual contexto e em relação à proposta inicial do APL da Piscicultura, além de problemas técnicos, de assistência aos produtores, bem como os problemas ambientais gerados pela atividade.

O projeto inicial da piscicultura para a região do Jacuí-Centro, o qual incluiu a cidade de Restinga Sêca buscava, em poucos anos, estar com a cadeia produtiva do peixe completa,

desde a criação em tanques padronizados e padronização genética com as estações de alevinagem até a comercialização com frigoríficos, mercados e restaurantes, visando uma produção certificada e de qualidade. Entretanto, após dois anos de implantação do projeto, perceberam-se, de acordo com os discursos dos produtores, algumas falhas, a começar pelo não conhecimento das estações de alevinagem.

Entrevistador: Tem conhecimento ou se beneficia das estações de alevinagem?

*“Não, assim, até eles fizeram uma... Porque o alevino é caro pra gente comprar que é um absurdo. De repente a prefeitura tinha que entrar em convenio com a piscicultura, de produzir esse alevino bem mais em conta pro produtor. Mas eles foram fazer uma reunião, foram lá em Ijuí lá quem a piscicultura, Calegari, Calegaro, uma coisa assim, e depois não se viu falar mais nada. Tu vê, mil fiotinho de carpa é 180 conto...”* (Entrevistado 01).

Uma vez mais parceiros institucionais apresentam um desempenho aquém do esperado para atender o piscicultor de forma eficiente. Sem a participação efetiva desses parceiros institucionais como a prefeitura, EMATER, etc., os custos altos ficam por conta do piscicultor. Da mesma forma ocorre com as ações necessárias à comercialização. O APL vai aparecendo ao fundo apenas como uma sombra do arranjo institucional que deveria ser. Adicione-se a isso o fato de que os piscicultores têm poucos recursos técnicos e financeiros para levar a atividade adiante, para se fazer projeções nem tão otimistas.

*“Ah, isso eu não sei. Só a húngara se cria por conta, nos açude. Gente vai buscar no Rincão do Maestro ali perto”* (Entrevistado 03).

A fala do entrevistado 03 expressa o limite superior da escala do desalento institucional a que se vê no cotidiano do APL. Resta seu julgamento, pouco técnico e informativo de um regime de mercado frágil, de que a carpa “húngara se cria por conta, nos açude”. A única força real que reconhece é a da natureza, que faz a carpa crescer. Ao piscicultor, nesse ritmo de acontecimentos, só resta esperar.

*“Ah tenho conhecimento aqui na piscicultura Bela Vista aqui né, pegava os alevinos pro cara criar, pegava ali né, mas só aqui do Recanto Maestro. E tem o Sérgio Dal Piva, que ele tem lá em Arroio Grande...”* (Entrevistado 05).

*“Sim. Mas não fornece pra todo projeto. Mas eu me sinto no direito de falar porque eu me vejo prejudicado. Assim, quando começou a piscicultura com esse projeto, eu me dispus, como eu tinha uma parte da propriedade e que não teria como usar elas pras vacas, por ser banhado, então eu conversei com pessoal da prefeitura e tal e eles se dispuseram a fazer um esquema assim. Eu compraria os alevinos, fazia eles, a recria, fazia os alevinão e depois seria repassado pros outros produtores. Ai peguei e lotei os tanques, tava com 15 mil carpa-capim pronta pra vender e ai disse pros cara “tá pronto”... E os caras foram pegar lá em Panambi. É uma coisa... Compra de quem quiser, não tem assim... Ai eu não soube se meu alevinão tava muito caro, se tinha esquema com o outro lá e tal, só sei que eu me empipinei, com 15 mil alevinão de carpa-capim que eu tive que dá um jeito de colocar nos açudes dos vizinhos e superlota o meu e tal pra dá alguma coisa. Não tem um esquema dentro do município, pra comprar alevino junto e depois fazer o repasse ou compra cada um por si, que tem o esquema lá do berçário e tal e eu não sei a que pé que anda.” (Entrevistado 06).*

Afora as deficiências institucionais já comprovadas pelo piscicultor, em meio aos problemas de logística (onde colocar uma produção de alevinos), sequer o entrevistado 06 conseguia precificar seu produto porque, desde o início, toda uma ordem econômica da produção foi marcada pelo improvisado em intuições do rural em sua simplicidade.

*“É eu acho que isso que deveria ter... e que tem é só um comentário de que é 2kg no máximo e eu tenho carpa ai de 3kg, 3,5kg...” (Entrevistado 07).*

*“O Recanto do Maestro que já comprei muitas vezes, ali comprei em passo do sobrado, perto de Venâncio Aires. Tenho um encomendado Panambi também, o sindicato compra. Mas vem uns alevino muito pequeno e eu não gosto dos alevino pequeno, que o sindicato compra, na base de 4 ou 5 cm. Se tu não bota numa gaiola separada pra criar até um certo ponto, os bicharedo come tudo e não sobra nada. Eu botei 2mil num ano no açude, não tinha nem 200. Eu compro na base de 10 a 15cm, porque esses ficam. Ai diminui muito o custo.” (Entrevistado 09).*

*“Não, não conheço.” (Entrevistado 11).*

*“Não. Quando eu comprei foi da Emater.” (Entrevistado 12).*

*“Não. Eu só compro particular, que é caríssimo inclusive.” (Entrevistado 14).*

Estas passagens demonstraram que o início da cadeia produtiva, a padronização genética e de tamanho do alevino, já foi diferenciado nas propriedades. Enquanto alguns produtores já sabiam onde comprar e tinham conhecimento destas estações, outros não sabiam o significado de “estações de alevinagem” e compram/compraram de terceiros a preços elevados e de tamanhos diferenciados. Não ter uma padronização genética e de tamanho do peixe acarreta em problemas na comercialização, custos com alimentação e até mesmo enfermidades dos peixes. Os trechos abaixo mostram também outra falha inicial do APL da Piscicultura em Restinga Sêca: legalização da propriedade para desenvolvimento da atividade por meio de licença ambiental e a geração de resíduos com criação de peixe.

Entrevistador: Algum órgão público ambiental exigiu algum tipo de licença para operação do tanque?

“Não, até hoje não.” (Entrevistado 01).

“Não. Ainda agora não.” (Entrevistado 02).

“Ainda não.” (Entrevistado 04).

“Não, isso aí a própria Emater veio e cruzou...” (Entrevistado 05).

“Não. Do Estado, 98% das propriedades não têm licença.” (Entrevistado 06).

“Até por sinal não.” (Entrevistado 08).

“Não, porque quando nós viemos pra cá já tinha os açudes. Não fui eu que fiz. (Entrevistado 12).

“Não, não precisa.” (Entrevistado 13).

As entrevistas convergiram para o que a própria Emater/Ascar afirmou ser um dos principais problemas da piscicultura no Rio Grande do Sul: falta de fiscalização sanitária dos peixes de cativeiro e desconhecimento dos processos para obtenção do licenciamento ambiental<sup>84</sup>. Conforme Baldisseroto (2009), de acordo com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), responsável pela emissão do licenciamento ambiental no Estado, a falta de conhecimento técnico faz com que muitos piscicultores apresentem instalações e manejo inadequados tanto do ponto de vista produtivo como ambiental. Entretanto, a própria FEPAM admite ainda não ter disponibilizado aos produtores informativos sobre as condições mínimas necessárias para obtenção do licenciamento, o qual dá legalidade à piscicultura e libera para o acesso às linhas de crédito do governo ou privadas. Outro entrave é a falta de assistência

---

<sup>84</sup> BALDISSEROTO, Bernardo. **Piscicultura continental no Rio Grande do Sul: situação atual, problemas e perspectivas para o futuro.** Revista Ciência Rural, Santa Maria, v.39, n.1, jan-fev, 2009.

técnica aos produtores, o que dificulta o manejo e criação dos peixes, uma vez que a atividade é bastante recente nas propriedades.

Entrevistador: E quanto à assistência técnica, você tem recebido? Com que frequência? E como avalia essa assistência?

*“Péssima. E quem prometeu de dar assistência foi a prefeitura. O que era de responsável aquele, o Marcelo. É ele. Eles vieram pra ver se nós queria se encaixar no projeto, aí o Clóvis disse que tinha que arrumar os açude, mas ninguém mais apareceu... prometeram a mão grande aquela, a draga, passou dois anos e to esperando até hoje”* (Entrevistado 02).

*“Só nas reunião que eu vou assim, eles explicam um pouco... Veio aí um dia pra vistoriar, o Marcelo, ver o tamanho do açude tudo. É tá mais ou menos boa. Só que a primeira reunião que teve com a Universidade aqui na escola, não sei, acho que as idéias deles lá é meio diferente... Eles disseram pra nós que o peixe come 200g a cada quilo que pesa. Mas isso é só nas reuniões, aqui nunca ninguém veio. Só aquela vez pra medir o açude.”* (Entrevistado 03).

*“Enquanto eu tava recebendo tava bom. O Corede fazia. Eu tinha problemas, ainda tem com um açude, que ele tá interditado. Ele veio, pegou, mandou pro laboratório. É uma bactéria que pegou. Enquanto eu tinha assistência tava funcionando muito bem, mas agora parou, não sei, deve fazer uns 6 ou 8 meses eu acho. E eu não recebi mais ninguém. Eles passavam esporadicamente e me atendia.”* (Entrevistado 04).

*“Nada... Eu que to correndo atrás. Tem o Sérgio aqui... É um cara que tá sempre pronto pra ajudar... Veio até o pessoal da Restinga, mas eu no começo comecei a pesquisar na internet e tal, resolvi fazer num hectare que eu tinha aqui, plantava arroz né e veneno... Aí o que gente tinha pra lazer aí tava comendo veneno... Aí eu fui atrás e resolvi investir aí... E a Prefeitura de restinga dizia: “ah, vamo bota, vamo bota”, to esperando até hoje virem abrir as valas... Pra nós a prefeitura aí vou te dizer uma coisa...”* (Entrevistado 07).

*“Ah não assim, bem distanciado né. Bastante, como é que eu vou dizer... Lá uma vez ou outra pro ano né...”* (Entrevistado 08).

*“Vem uma vez por ano alguém da prefeitura pra dar uma olhada, no mais ninguém aparece.”* (Entrevistado 09).



*“Olha quando gente pede, eles aparecem, alguma dúvida, o Marcelo atende. Mas eu acho assim, ele não devia esperar nós chamar, tinha que vir uma vez por mês pra ver como é que tá andando, pra gente tirar nossas dúvidas também, pra ver, o que eu posso mudar. Diz que isso depois eles vão fazer, mas quando tiver funcionando. A prefeitura que dá essa assistência quando a gente chama.”* (Entrevistado 10).

*“Só tem na promessa, por enquanto. Tudo veremos ainda.”* (Entrevistado 14).

Como foi possível analisar nas falas dos indivíduos, a assistência técnica prestada pelo projeto do APL da Piscicultura em convênio com a Secretaria de Agricultura do Município de Restinga Sêca ainda é precária. Não ter esse apoio técnico dificulta a produção de peixes, uma vez que a piscicultura ainda é uma atividade recente nas propriedades e de certa forma tem desmotivado alguns produtores a continuar com a produção ou participar deste projeto. Quanto à capacitação, a piscicultura exige conhecimento sobre as etapas de cultivo com relação à criação, construção e manutenção dos tanques, despesca, controle de enfermidades e a cadeia produtiva como um todo. Porém, é importante destacar que o pouco que estas entidades fazem é avaliado positivamente porque o patamar de expectativas dos piscicultores é muito baixo (conhecimento técnico da atividade, conhecimento sobre mercados competitivos, gestão moderna de processos, etc.). Nesse sentido, fez-se necessário compreender a racionalidade desses produtores em relação às dificuldades para o desenvolvimento real do projeto da piscicultura.

Entrevistador: Quais os ganhos iniciais que você percebe com início desse projeto da piscicultura e quais são os problemas, os obstáculos para a atividade deslançar?

*“Assim... a comercialização eu te não posso dizer nada né, porque é tudo que é peixe que eu produzi, eu vendi sem outro, vendi no particular assim, feira. Mas tem que ter mais apoio né. O governo, o município deveria fazer o financiamento. Bom, eu vou te fazer os tanque, vai sair 2 mil reais pra fazer os tanque, vou te botar quando o tanque tiver cheio d'água vou te fazer toda a adubação e cada tanque que tu tem vou te botar 500 alevino dentro. O custo digamos vai ser de R\$3.000,00, tu vai me pagar... faz em 5 anos, 300 ou 400 pila por ano em peixe, que ai é um incentivo. É complicado, tu vai tirar 4 ou 5 mil do bolso para fazer um tanque, vai comprar ração, botar o peixe, tudo, tem muita gente que não tem. Vou fazer um*

*investimento de 5mil reais, quando é que eu vou tirar isso ai com o peixe? O cara acaba não fazendo. O cara não faz porque não tem experiência, nunca produziu, não tem nada. Como é, um cara como eu, eu até quero aumentar um tanque, fazer bem feitinho, eu posso investir, eu sei o que to fazendo, eu sei o lucro que te dá, mas o cara que vai entrar na fria assim direto, ele não entra... Falta apoio mesmo, um financiamento. Até assim, a prefeitura vai te dar o tanque pronto, vai te dar o alevino dentro, tudo, tu vai te virar a dar a bóia e fazer ter peixe pro ano que vem tu pescar ele. Bom, tu pegou mil quilo de peixe, a prefeitura vende 300 quilo pra essa firma, até agora lá, e fica com dinheiro. Ela tá te financiando o produtor. Não seria uma ótima idéia? Ajudaria bastante, porque vai te incentivar né. Eu vou fazer, vou... eu não preciso tirar direto dinheiro do bolso, a minha preocupação é produzir o peixe agora, depende de mim...depende dele né.” (Entrevistado 01).*

*“Mais interesse dos políticos, acho que tem muita coisa a ver com política. Falta de incentivo, financiamento de retro escavadeira pra poder pagar em parcelamento longo, a longo prazo, porque peixe não é de um ano pro outro que tu consegue lucro pra poder pagar, não tem como né, só durante vários anos.” (Entrevistado 02).*

*“Olha, por enquanto não dá pra perceber né, porque é uma coisa nova. Ainda não tem ganhos, isso ai eu acho que vem alguma coisa a nível estadual ou municipal. Não sei... Eu acho que o principal problema é a comercialização. O produto que não tem comercialização é um grande entrave. E o outro problema ali eu acho que é os tanques, a função dos tanques. Porque sem concluir os tanques da piscicultura não tem como fazer né, os tanques foram feitos pela metade praticamente, então tu não pode ter um comércio se tu não tem conclusão dos tanques.” (Entrevistado 05).*

*“Falta de ter o final da cadeia... Se tu for olhar de cima assim, numa foto satélite, praticamente todas as propriedades, na nossa região, tem ao menos 500mil quilo de peixe ao ano tranqüilo, e produz 1000kg e não consome 7kg, então, esses 993 seria da parte final da cadeia.” (Entrevistado 06).*

*“Por enquanto nada... Olha, acho que tá faltando mesmo um incentivo pro frigorifico, alguma coisa que chame a atenção do pessoal né...Tem muitas áreas a serem exploradas, nessa região aqui, eu vou te dizer...E o pessoal tá esperando ver... Pra ter uma idéia, já veio até uma excursão aqui pessoal de Erechim e outros lugares ali... pra ver, mas tem que ver o*

*final agora, pra ver o que vai dar... E a região aqui toda ela tem água natural, todo mundo tá esperando pra ver o que vai dá pra depois o pessoal se atracar... Eles não são de... Porque a gente sabe que gringo, tem que ver a coisa andando senão...”* (Entrevistado 07).

*“Primeiro tem que ser a implantação dos açudes, e depois a assistência e mais organização. Na verdade tem que fazer os açudes, tem que arrumar e a partir daí gente vai ver a assistência, porque como é que eu vou exigir a assistência se eu to parado. Tem que tá trabalhando ai, peixe fluindo...”* (Entrevistado 10).

*“É tanta coisa... Principalmente fazer de uma vez os tanques e fazer o comércio.”* (Entrevistado 12).

As respostas dos entrevistados permitiram visualizar o quão lento ainda “caminha” o projeto do peixe nas propriedades rurais de Restinga Sêca. Mesmo que a prefeitura dê alguma assistência, essa ainda tem sido insuficiente para que o produto pescado seja competitivo em um mercado exigente, com qualidade. Sem a continuidade da cadeia produtiva não há como comercializar o produto com as redes de restaurantes e supermercados; também não há como o *hambúrguer* do peixe ser comprado pelas prefeituras como alimento para merenda escolar. Assim, pode-se afirmar que não ter demanda implica em não tornar a piscicultura uma atividade capaz de alterar a visão dos filhos em relação à sua permanência nas propriedades, no sentido de agregar a família. Mesmo que alguns tenham declarado que desejam que seus filhos permaneçam na atividade rural, não seria, atualmente, pela piscicultura, mas pelas outras atividades já desenvolvidas nas propriedades.

Entrevistador: Você acha que essa questão da piscicultura ajudou a integrar sua família, no caso, melhorar as condições para que os filhos permanecessem aqui na propriedade? E alterou a visão no sentido positivo a vida na propriedade, no meio rural?

*“Até assim, por segurar os guris não, porque eles moram comigo né, então não altera em nada. Não porque eles trabalham aqui da volta. Um até estuda e o outro trabalha aqui no Recanto do Maestro. Então eles trabalham na volta aqui.”* (Entrevistado 01).

*“Não interfere, nada contra os jovens de hoje, mas muita oferta do poder público, do governo em tirar o jovem da lavoura e levar pra cidade. Promessa de emprego e estudo, hoje em dia o jovem de 10 anos pra cima não pode trabalhar na lavoura, só estuda, estuda, estuda...”* Chega

*os 18 anos ele quer emprego, e onde vai procurar emprego, a carteira assinada... é nas empresa, e a empresa tá na cidade, e ai não tem interesse pra trabalhar...”* (Entrevistado 02).

*“Não. Elas não querem saber de lá. Os jovens de hoje, não querem ficar mais pra fora, querem vir pra cidade.”* (Entrevistado 09).

*“Certamente. Olha, a esperança que eu tenho é que alguém toque o negócio. Essa guria ai sim, essa ia é “pau-ferro”... Me ajuda. E quanto a visão dos filhos eu acho que eles estão meio alheio, não alterou em nada.”* (Entrevistado 10).

*“Acredito que se sair o comércio ajuda né.”* (Entrevistado 13).

Outro ponto importante analisado nas entrevistas foi quanto à renda familiar. Mesmo não existindo uma cadeia produtiva organizada para comércio do peixe, padronização dos alevinos, do tamanho, peso, espécie, muitos produtores criam e vendem seu peixe em feiras que ocorrem nas vésperas da Páscoa – Semana Santa, tanto na cidade de Restinga Sêca, como em Santa Maria. Com os dados quantitativos, foi possível diagnosticar que para aqueles que possuem algum tipo de comprador (seja ele direto ou indireto) a piscicultura já gerou um aumento na renda familiar. Os trechos abaixo apresentam alguns relatos e números quanto a piscicultura, mesmo que em baixo estágio de desenvolvimento.

Entrevistador: Quanto é seu ganho anual com a piscicultura? Qual o custo anual? Aumentou a renda da família com essa atividade?

*“Se tu colocar 2mil carpa ao ano, tu ganha 1000,00 que vai pro fiote do peixe e pra ração. E 1000,00 tu ganha. É a questão da renda porque não tem coisa que dá mais né. Uma carpa de 5kg é um saco de arroz né... Aumentou sim, porque sempre vem um troco extra.”* (Entrevistado 01).

*“Eu pesco uns R\$2.000,00 e dá uns R\$1.000,00 por ano. Gasto com peixe é uma mixaria. Pego o que tá na minha horta, o esterco de porco que é tratado a milho e é mais alimento pro peixe. Ração ainda não coloquei. Gasto hoje dá uns R\$150,00 por ano de trato. Pra recuperar dá mais ou menos 1 ano e 8 meses. Ao longo desses 15 anos já tirei o que investi. Ah, um pouquinho sempre melhora. Mas pouco.”* (Entrevistado 03).

*“Levei uns três anos para fazer a pesca... Acho que eu tirei uns R\$2.000,00 de peixes, só que eu alimentei eles, dei ração... O custo dos alevinos, o custo da ração, mão-de-obra... Eu devo ter gasto uns R\$1.000,00. (mais ou menos R\$300,00/ano). Mas eu não comprei muito, eu não fiz uma criação intensiva como eu queria. Como gente usa muito pra ração a sobra dos porcos, eu já não conto como custo, porque iria fora de qualquer forma, e aí a varredura dos porcos, do gado que sobra, vai pra dentro dos açudes, resto de silagem, resto de (inaudível) vai tudo pro açude, então diminui bastante o custo de criação. Aí eu comprava um pouco da ração, por conta própria numa época ali enquanto eles estavam muito pequenos, aí eu alimentei... Eu comprava os sacos e ia dando e sempre dando tanto a ração dos... Ah e dei também a ração do gado... Fazia uma formulazinha ali e dava. (Custo anual de R\$300,00 e receita anual de R\$600,00 nos três primeiros anos de criação e com uma despesa). Ah, aumenta, dá uma renda extra. (Entrevistado 04).*

*“Em torno de R\$10.000,00. Custo de R\$25.000,00. Aumenta a renda sim.” (Entrevistado 06).*

*“O ano passado deu R\$2.500,00 por aí. Custo anual é pouco, porque a maior parte do açude eu não trato. E aí é só tratar dos buraco, dá uns R\$4.000,00 ao ano. Mais ou menos 10 meses, aí cada ano pra sexta-feira santa é secado o açude. Tem aumentado a renda sim. (Entrevistado 09).*

Ainda buscando entender a racionalidade econômica do pequeno produtor através da atividade da piscicultura e de acordo com os relatos sobre como o APL insere-se no contexto de vida foi interessante notar que dos 14 entrevistados, apenas três destacaram mudanças significativas em sua vida com o projeto da piscicultura.

Entrevistador: E quanto ao lugar do APL no contexto da sua história de vida econômica: suas condições de bem-estar e renda melhoraram muito desde que aderiu à piscicultura; suas condições de bem-estar e renda melhoraram pouco; elas não melhoraram, nada mudou; ou elas pioraram desde que senhor aderiu a piscicultura?

*“Melhorou, melhorou... Bã, porque é uma renda extra né... Isso aí não tem chuva, não tem sol, não tem pedra não tem nada. Tu dando bóia e tendo açude com certeza. Isso aí nada, não tem seca, não tem tempestade que te leve... Isso é garantido, só que tem que te dedicar... Pergunta pra “muié” ali...os filhos também... Eu, de repente chego em casa tarde, mas a*

*muié de tardizinha, ano passado tinha um quadro de milheto aqui... Todo o dia de tardizinha, não tinha domingo, não tinha feriado, chovia, parava a chuva, ia ali cortava o pasto...tem que dar, tu quer ter uma coisa boa, mas ai tem que ter...tu vai chega na semana santa ano que vem... Bom eu sempre tenho peixe né...” (Entrevistado 01).*

*“Mudaram, eu tive bons lucros... Melhoraram muito. Sempre participei do projeto.” (Entrevistado 09).*

*“Tava boa, como eu te falei, até deu uma entrada boa de recurso, mas agora gente tá parado. Os açude que era pra sair dentro do projeto esse ano, o nosso não tem.” (Entrevistado 10).*

O fato é que o APL não trouxe aumento de renda significativo, mas se destacou alto e mediano reconhecimento por participarem deste projeto. Isso significa dizer que em parte, o ganho fundamental não advém da piscicultura, ela apenas agrega algo mais. De todo modo, o dado mais significativo é que para 71,4% dos entrevistados, o APL não alterou nada ou muito pouco em termos de acréscimo de renda. Não alterou o padrão econômico e financeiro das famílias; não agregou algo mais que permitisse alcançar um patamar a mais de renda e conforto. A única alteração — discreta, porque ainda é uma solução de mercado residual — é para aqueles que conseguem vender a produção diretamente ao público.

### **Racionalidade do pequeno produtor quanto à vida pessoal: projetos, perspectivas para obter melhoria de vida.**

A noção de bem-estar e felicidade esteve presente nos discursos dos pesquisados sobre o que estes entendem por “felicidade” e “sentir-se bem” e como podem alcançá-los, quais os planos e necessidades para crescimento e desenvolvimento pessoal, questões de lazer, atividades sociais. Outro ponto de destaque apresentado nesta seção é quanto aos impactos da piscicultura, como essa atividade pode mudar a vida desses indivíduos sob a perspectiva de aumento no nível de qualidade de vida. Esta parte do trabalho mostra o que é racional para esse tipo humano quanto aos seus anseios e desejos, quanto às melhorias de vida.

Entrevistador: E o que você acha que seria sua necessidade de crescimento pessoal, no caso seria: voltar a estudar; ter melhores condições de saúde; ter mais segurança aqui na

localidade; melhorar a renda; melhorar a infra-estrutura da sua casa, do bairro, da localidade quanto à água, esgoto, asfalto...?

*“Assim oh... Eu ai a minha única melhoração ai não é estudar, porque com 50 anos eu vou estudar pra que né, tu vai te formar com 60 anos e nem sei se vai chegar aos 60 né... (risos)... de repente morre antes de se formar... estudar não tem como. Eu acho que assim oh, o que eu to batalhando assim é pra fazer minha casa, dá uma ajeitada e depois o resto é... o que vier é lucro né.”* (Entrevistado 01).

*“Melhorar a infra-estrutura da casa e da propriedade.”* (Entrevistado 02).

*“Saúde é a primeira coisa. As outras coisas também, mas a melhor coisa é a saúde.”* (Entrevistado 03).

*“Acho que melhoria de renda e infra-estrutura da casa...”* (Entrevistado 05).

*“Ah ter mais segurança, essa sim pode ser...”* (Entrevistado 08).

*“Melhores condições de saúde.”* (Entrevistado 09).

*“Eu acho que a partir do momento que tenha saúde, ai a renda automaticamente, condições de trabalhar gente tem, mas às vezes complica. Eu tenho problema no joelho, mas eu nem sei te dizer o que, mas sem antiinflamatório não vai, é um desgaste no osso. É que um tombo que eu cai do cavalo eu cai dos lado, a partir daí eu não cuide... E depois com a idade... E como o caso do peixe ali, o açude é lá embaixo, então pra ele desce até vai, mas pra subir é o problema, ai força o joelho, força a perna, e tem que ir lá 2 vezes por dia. Tudo é complicado.”* (Entrevistado 10).

*“Melhoria da infra-estrutura da casa e do bairro.”* (Entrevistado 12).

Conforme Amartya Sen, as variáveis facilitadoras para o alcance de determinado patamar de qualidade de vida são necessárias para o indivíduo na sua equação de bem-estar e felicidade. Essas variáveis, como saúde, segurança, melhoria de renda, infra-estrutura – apresentado nos discursos anteriores – não estão tão longe de serem alcançadas e são incentivadoras para projetos futuros. Nesse sentido, desfrutar de boa saúde, viver em um

ambiente seguro, ter boa infra-estrutura da casa e do próprio bairro, assim como auferir renda é um meio para o fim maior: a felicidade.

Entretanto, tratando dos aspectos de desenvolvimento humano, a educação tem um papel particular, uma vez que forma o homem político como agente competente para cuidar de si mesmo e participar da vida de sua comunidade. Em um contexto de globalização e competitividade mercadológica, torna-se um obstáculo para o desenvolvimento humano e crescimento econômico a falta de conhecimento, principalmente no meio rural, onde as novas formas de gerência e manejo das propriedades estão voltando-se para uma produção de qualidade, certificada e sustentável. Porém, é sintomático que os tipos humanos pesquisados não tenham citado “voltar/aperfeiçoar os estudos” ao racionalizarem sobre a principal necessidade para crescimento pessoal. Buscar sempre ter “boa saúde” e “melhoria de renda” é uma razão natural, mas não citar o aspecto educacional (na percepção mais apurada para novos parâmetros de desenvolvimento) supõe que estes indivíduos possuam uma visão de mundo econômico previamente compreendido. Dessa forma, entender a razão maior sobre o que é felicidade para esses pequenos produtores contribuiu para entender seus projetos maiores de vida.

Entrevistador: O que você acha que é felicidade? O que o faz sentir-se feliz?

*“É ver a propriedade crescer e dando tudo certo, dando lucro... Não precisa dar lucro, mas... dando tudo certo...”* (Entrevistado 02).

*“Felicidade é saúde e ficar de bem com todos.”* (Entrevistado 03).

*“Ter prazer no que se faz e ver que é o trabalho que ajuda também a sociedade crescer. É uma contribuição social o trabalho.”* (Entrevistado 04).

*“Felicidade eu acho que é o cara ter uma visão de futuro, uma perspectiva de futuro, permanecer naquela atividade que tu gosta, que hoje na atividade... Que antigamente os pais diziam que “filho, vai estudar que aqui não adianta”... Isso ai eu acho que é um erro, um problema pro pai chegar e dizer isso ai né “filho, vai tomar iniciativa da tua vida, porque aqui junto com o pai não tem futuro”... E ai é uma perspectiva de futuro negativa. Eu gostaria de dizer assim “filho, tu vai estudar, mas depois tu permanece aqui né”... Pra encaminhar a vida aqui né... sem ter um dono, tu ser o... Visão de melhora.”* (Entrevistado 05).



*“Olha... realizado... De bem com a vida... Com a família... Sem família, não é nada.”*  
(Entrevistado 07).

*“Ter boa saúde no caso a 1<sup>a</sup>; ter um pouquinho de remuneração pra poder ter certos gostos né e bastante trabalho.”* (Entrevistado 08).

*“Em primeiro lugar ter saúde e ficar bem com a família.”* (Entrevistado 09).

*“Viver bem, viver em paz, ter tudo que precisa em casa, a mulher sem brigar. Ter peixe. União da família, porque se tu tiver a família unida, tu faz qualquer coisas, aonde tu vai ela tá junto.”* (Entrevistado 10).

*“Puxa vida... Felicidade pra gente é ter saúde, viver bem com a família e no mais gente vai levando.”* (Entrevistado 12).

*“Felicidade é uma virtude... é tu viver bem, viver satisfeito consigo mesmo... viver em paz, ter bondade, carinho com as pessoas. Não procurar ficar magoado, chateado com outras pessoas, só criticar outras pessoas... A hora que gente chega num ponte de só criticar as pessoas, é uma pessoa infeliz. Ser feliz é não criticar as pessoas, os homens, as mulheres e as crianças... é viver em paz.”* (Entrevistado 14).

Analisando as respostas dos entrevistados, percebeu-se o destaque dado às relações familiares e melhoria da propriedade “as coisas dando certo”. Isso demonstra o quanto a instituição primária família (e os aspectos que melhoram a vida das pessoas da família) são evidentes naquilo que os produtores projetam como felicidade. A concepção de felicidade destes indivíduos deságua nas experiências propiciadas por estas instâncias. Isso também pode ser visto nos projetos para futuro, conforme relatos que seguem.

Entrevistador: E quais os seus sonhos ou projetos de vida?

*“São tantos... O meu projeto é de não ocupar banco, não ocupar firma, não ocupar ninguém, o banco só pra sentar, fazer tudo por conta. Isso ai é meu objetivo do projeto.”* (Entrevistado 02).

*“Tem um monte, mas isso não se responde assim... Eu sonho em ter uma propriedade bem estruturada, com as atividades que se complementam também. Agregar uma atividade a outra pra poder ter uma tranqüilidade de produzir.”* (Entrevistado 04).

*“Eu acho que o projeto maior que o cara tem assim é ter uma vida boa aqui fora, não dependendo dos grandes centros urbanos ali e viver com a família unida aqui, num sistema, onde meu filho convive com a família, no meio social também, mas não longe da família.”* (Entrevistado 05).

*“Sonho da auto-suficiência econômica. Se dinheiro não é importante? “Uma ova”... É importante. Não é só dinheiro que traz a felicidade, mas ajuda.”* (Entrevistado 06).

*“Olha, seria bastante trabalho e lucros.”* (Entrevistado 08).

*“Realiza a piscicultura, melhorar a leiteria e fazer uma boa safra de fumo. Ter umas vacas bem leiteiras ai. Na verdade gente já começou errado, porque pra ter as vacas, tem que ter a pastagem, que nem o peixe, pra começar a colocar tem que ter o açude. E nós começamos com as vacas e não com o pasto. Tem que ter pastagem, porque a nativa ali não ajuda muito. Resumindo: falta é dinheiro. Se tem dinheiro faz a pastagem, faz os açudes.”* (Entrevistado 10).

*“Projeto é ir bem né... Bem na lavoura, bem nos peixe. Fui mal ano passado com a lavoura, choveu demais. Esse ano já caiu pedra aqui de novo, estragou um monte de coisa.”* (Entrevistado 11).

Ponderando sobre os discursos dos pesquisados foi possível notar porque as variáveis “saúde” e “melhoria de renda” foram citadas em várias respostas. A melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento humano depende do trabalho, do esforço em produzir, o que implica em ter saúde para trabalhar para melhorar a própria condição de vida. Nesse sentido, a piscicultura, como uma fonte de renda extra torna-se importante na melhoria de vida dessas pessoas, mesmo que esta atividade ainda não esteja em seu grau máximo de funcionamento, ainda assim, é uma esperança para melhoria da qualidade de vida. Estas razões podem ser compreendidas nas respostas que seguem.

Entrevistador: E como a piscicultura pode contribuir na sua esperança, no seu projeto de vida?

*“É bom porque é uma renda extra né. Que tu vai dedicar do teu ano, sobrou um tempinho tu vai ali com uma foicinha, tu faz o pasto, uma ração... é um divertimento até o tratar do peixe.”* (Entrevistado 01).

*“Diz que peixe é saúde, então.”* (Entrevistado 03).

*“Eu acho que ela já tá contribuindo como mais uma chance de ter outra alternativa ali né, vai fixar talvez o homem no campo... Com uma produção viável, um produto nobre, porque eu acho que o peixe tem muito mais recente em termos de comercialização.”* (Entrevistado 05).

*“Fazendo essa conexão comercial no caso. Completando o elo da cadeia.”* (Entrevistado 06).

*“Fazendo a cooperativa ou alguém que comercialize esses peixes, que seja responsável pela compra do peixe.”* (Entrevistado 09).

*“Aumentando a renda. É um giro de capital.”* (Entrevistado 10).

*“A piscicultura não depende tanto do clima né. Não é que nem a planta que tem que chover na hora certa pra dar...”* (Entrevistado 11).

*“Aumentando a renda né.”* (Entrevistado 12).

*“Esperança pra criar mais empregos e renda.”* (Entrevistado 13).

*“É andando, o quanto antes... Concretizando, as autoridades tomando peito, conseguindo verba, maquinário, uma draga... a prefeitura tem uma draga que tá trabalhando... Essa draga foi conseguida através do governo estadual, mas ela veio com problemas, deficiências de peças... então cada pouco estraga. Tem que vir aqui em Santa Maria, procurar outra peça, mandar consertar, retornar... é dois, três dias que perde.”* (Entrevistado 14).

Apesar dos problemas existentes com o projeto da piscicultura, sua lentidão na implantação e operação, problemas quanto à comercialização e industrialização do peixe, esta

atividade ainda representa uma esperança na vida desses pequenos produtores rurais, os quais almejam desenvolvimento humano e melhoria de vida através do trabalho em sua propriedade, dos rendimentos que as atividades rurais lhe proporcionam e, para isso, saúde, segurança e bom relacionamento familiar são essenciais nessa equação racional que fazem para alcançar bem-estar e felicidade. Nesse sentido, para além da inserção em um mercado consumidor exigente ou das possibilidades de um rápido crescimento econômico o papel das políticas públicas, como o Arranjo Produtivo Local da Piscicultura, seria o de proporcionar a estes indivíduos, e conseqüentemente às suas famílias, elementos importantes para a busca daquilo que cada um entende como bem-estar e felicidade. É desta maneira que o tipo humano aqui analisado compreende suas ações racionais: ter saúde e segurança, condições básicas de infra-estrutura para seguir trabalhando e obter rendimento (lucro) desse trabalho são, de acordo com as entrevistas apresentadas, as principais variáveis que compõem a equação racional dos piscicultores da cidade de Restinga Sêca – participantes do APL da piscicultura – na busca seu desenvolvimento humano e da sua melhor qualidade de vida.

## Considerações Finais

O atual contexto da globalização, com mercados exigentes e competitivos e com avanços tecnológicos, marca a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento, tanto no meio urbano quanto rural. No caso estudado por esta pesquisa, o âmbito rural, são ainda mais necessárias estratégias diferenciadas a fim de atingir patamares de eficiência produtiva e melhorias na comercialização, principalmente com a produção de bens e serviços de qualidade e com competitividade no mercado. Nesse sentido, surgem como estratégias de desenvolvimento os Arranjos Produtivos Locais, exemplo de políticas públicas que unem um número significativo de atores que operam em torno de uma atividade produtiva. Esse é o caso do APL da Piscicultura na região do Jacuí-Centro – especificamente o caso analisado na cidade de Restinga Sêca – onde se buscou, com essa estratégia, fortalecer o desenvolvimento social e econômico da região central do Rio Grande do Sul. Entretanto, ao analisar essa política não se tentou somente entender aspectos ligados ao crescimento econômico, mas principalmente às necessidades dos tipos humanos teoricamente beneficiados por estes artifícios de desenvolvimento.

Por conseguinte, esta pesquisa procurou abordar o APL pelo viés do pequeno produtor piscicultor quanto a sua racionalidade sobre os melhores meios para atingir os fins desejados. Baseado em conceitos de Amartya Sen, esse apl foi inicialmente considerado como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” para alcançar, no caso, melhoria daquilo que se caracterizou por bem-estar econômico e social. Afinal, pessoas com melhores condições de renda, educação, saúde e com participação ativa na comunidade conseguem obter melhores patamares de racionalidade sobre aquilo que desejam e como podem chegar a esse fim.

Diante de tais constatações, os conceitos apresentados por Amartya Sen, Ignacy Sachs e José Eli da Veiga sobre desenvolvimento humano, por Selene Herculano, Robert Erikson e Erik Allardt sobre qualidade de vida e seus indicadores, assim como as informações iniciais obtidas sobre o projeto da piscicultura na região serviram como base teórica para a seleção de elementos que subsidiaram a construção do instrumento de pesquisa para coleta de dados e que deram suporte para compreender a racionalidade destes tipos humanos ligados ao APL da Piscicultura em Restinga Sêca. Além disso, para entender essa racionalidade desses indivíduos e mapear elementos estruturantes que limitam suas escolhas individuais e que, ao mesmo tempo, impõem a estes e às suas respectivas famílias direções, foi preciso elaborar um

conjunto de definições sobre o agir racional, sobre as motivações e condutas rotineiras desses piscicultores, definições estas que estiveram baseadas principalmente na teoria de Anthony Giddens e de John Elster.

Com a pesquisa de campo, tabulação dos dados quantitativos e análise das entrevistas, bem como pela comparação entre estes números e informações oficiais do IBGE, PNAD, PNUD, FEE, Governo do Estado do RS e Prefeitura de Restinga Sêca obteve-se uma primeira caracterização do patamar de desenvolvimento socioeconômico do município, o qual coaduna com as informações do projeto do APL: a região onde se buscou aplicar o projeto da piscicultura apresenta baixas alternativas de geração de emprego e renda, bem como baixos níveis de racionalidade quanto ao entendimento desses pequenos produtores sobre um mercado mais amplo e certificado. Além disso, de acordo com a pesquisa, a produção e a comercialização do peixe ainda não foram efetivamente realizadas, deixando, ao passar de dois anos de vigência projeto, uma lacuna entre o que se pretendia com a introdução da piscicultura na região e com o que realmente se tem da produção de peixe nessas propriedades.

Se, conforme Sen, a geração de oportunidades para o desenvolvimento das liberdades foi entendido neste trabalho como ponto de partida para impetrar patamares desejáveis de qualidade de vida e bem-estar, e se esse era também um dos objetivos do APL como política pública, pode-se inferir que estes não foram plenamente alcançados. Essa informação pode ser verificada com os dados da pesquisa quantitativa e a partir dos relatos dos produtores sobre a mudança em sua vida: a introdução da piscicultura, como fonte alternativa de geração de emprego e renda, contribuiu muito pouco, ou quase nada para melhorias de bem-estar e para busca da felicidade, pouco alterou a visão da própria família em relação à permanência dos filhos na atividade rural e pouco alterou a visão dos próprios piscicultores quanto à inserção em um mercado competitivo do peixe ou quanto ao seu desenvolvimento econômico (ver discursos apresentados no capítulo IV e os dados quantitativos do capítulo III).

É no sentido da ineficiência das políticas públicas que se obteve como resultado a adjetivação negativa para a esfera do Estado na promoção das necessidades básicas para melhores condições de vida. O destaque dado para a falta de segurança, precariedade com saúde pública mostram que na equação racional sobre política, a figura do Estado é o campo que gera os desarranjos sociais, causam desmotivações dos atores que necessitam desses projetos. Naturalmente, como já descrito nas análises sobre a racionalidade do pequeno produtor, se a esfera pública é tida como deficiente e insatisfatória, o piscicultor, em sua visão de mundo, reforça a importância da esfera familiar, pois, de acordo com os resultados, é com

essa esfera que se gasta o tempo livre e para esta que se busca o desenvolvimento da propriedade.

Nesse sentido, com base nos indicadores de qualidade de vida elencados para esta pesquisa, os quais foram descritos nas proposições de Herculano, Allardt e Erikson, nas descrições de Amartya Sen sobre ter necessidades básicas atendidas para desenvolvimento humano, pode-se inferir que há um baixo nível econômico, bem como níveis mínimos para se ter uma vida digna. Saúde, segurança, transporte, moradia, infra-estrutura, condições de saneamento, meio ambiente sadio, participação da vida da comunidade, acesso aos meios de comunicação, acesso à energia elétrica, água encanada e às novas tecnologias são aspectos essenciais para a identificação do que se denominou nesta pesquisa por “bem-estar econômico e social”.

De todo modo, com um baixo nível de desenvolvimento humano e econômico, compreende-se a baixa racionalidade (conforme Giddens) desses indivíduos para projetar para um futuro melhor; para construir uma equação racional acerca dos meios para alcançar melhores patamares de qualidade de vida e bem-estar. Isto pode ser afirmado em relação às aspirações do projeto da piscicultura como uma política pública e à teoria sobre desenvolvimento humano e qualidade de vida. Nesse sentido, mesmo que o APL da Piscicultura tenha sido criado como um instrumento para o desenvolvimento humano e econômico da região do Jacuí-Centro, a qual se encontra necessitada de políticas de desenvolvimento, este ainda está muito distante de ter seus objetivos iniciais concretizados, gerando um desencantamento daquilo que seria uma alternativa de melhoria na qualidade de vida e bem-estar para esses pequenos produtores da cidade de Restinga Sêca, na região central do Rio Grande do Sul.

Ao final deste trabalho, é possível perceber duas contribuições principais. A primeira, diz respeito à disciplina da sociologia e ao trabalho acadêmico. A cada dia, torna-se mais importante construir análises que permeiem aspectos da sociologia, da economia, da política e de tantas outras áreas da ciência. Nesse sentido, buscou-se, neste trabalho, estudar o APL da piscicultura como um evento econômico socialmente construído (com base em Bourdieu e Granovetter) através de elementos analíticos que possibilitaram compreender a produção social desse arranjo, a fim de caminhar para uma sociologia que perceba nas trocas econômicas a produção social do mercado, definido pelos agentes.

A segunda contribuição diz respeito à continuidade deste estudo, uma vez que para fins de logística e ajustamento temporal, a pesquisa foi aplicada em apenas uma das sete cidades cadastradas no Arranjo Produtivo Local da Piscicultura, bem como com quatorze

entrevistados. Assim, deixa-se aqui como aporte a necessidade de continuar este trabalho nas demais cidades e com um maior número de produtores rurais com o intuito de entender a racionalidade desses atores sociais frente a políticas públicas de desenvolvimento. Contudo, registra-se que os resultados obtidos por esta pesquisa e o relatório final destes dados serão disponibilizados para consulta de pessoas físicas e órgãos públicos ou privados, com escopo de elaborar melhores políticas públicas para a sociedade com um todo.



## Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais.** Tempo Social – Revista de Sociologia da USP – volume 16, nº 2, 2004. IN: [http://www.abramovay.pro.br/artigos\\_cientificos/2004/Formas\\_de\\_organizacao\\_dos\\_mercado\\_s.pdf](http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2004/Formas_de_organizacao_dos_mercado_s.pdf)

ALLARDT, Erik. **Tener, Amar, Ser: Una alternativa al modelo sueco de investigación sobre el bienestar.** In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida.** México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BALDISSEROTO, Bernardo. **Piscicultura continental no Rio Grande do Sul: situação atual, problemas e perspectivas para o futuro.** Revista Ciência Rural, Santa Maria, v.39, n.1, jan-fev, 2009.

BANCO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – Agência de Florianópolis – Santa Catarina. **CULTIVO DA ARAUCARIA ANGUSTIFOLIA: Viabilidade econômico-financeira e alternativas de incentivo.** IN: [http://www.brde.com.br/estudos\\_e\\_publicacoes/IS%20200501Cultivo%20da%20arauc%C3%A1ria%20SC.pdf](http://www.brde.com.br/estudos_e_publicacoes/IS%20200501Cultivo%20da%20arauc%C3%A1ria%20SC.pdf)

BOURDIEU, Pierre. **As Estruturas Sociais da Economia.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

CHALITA, Marie Anne Najm (Doutora em sociologia, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola). **Uma abordagem sociológica sobre o funcionamento dos mercados.** Agric. São Paulo, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 141-145, jan./jun. 2006. IN: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/asp-res-1-06.pdf>

COSTA LIMA, João Vicente Ribeiro Barroso da. **As Possibilidades de uma Socioecologia em Amartya Sen.** Revista Pensamento Plural, 03. Pelotas: julho/dezembro 2008.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ERIKSON, Robert. **Descripciones de La desigualdad: el enfoque sueco de La investigación sobre el bienestar.** In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida.** México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

FREIRE, Osvaldo de Souza. **Os Arranjos Produtivos Locais não podem ser uma Babel.** IN:

[http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/arranjos\\_produtivos\\_locais\\_nao\\_podem\\_ser\\_uma\\_babel.pdf](http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/arranjos_produtivos_locais_nao_podem_ser_uma_babel.pdf)

FREITAS, Tanise Dias. **Estudo das Políticas de Responsabilidade Sócio-Ambiental para a compreensão da racionalidade empresarial.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

GRANOVETTER, Mark. **Economic Action and Social Structure: The problem of Embeddedness.** American Journal of Sociology. Volume 91, Nov. 1985.

\_\_\_\_\_. **FÓRUM – SOCIOLOGIA ECONÔMICA – AÇÃO ECONÔMICA E ESTRUTURA SOCIAL: O PROBLEMA DA IMERSÃO.** RAE – Eletrônica – volume 6, número 1, Artigo 5, janeiro./junho. 2007. IN: <http://www.fgvsp.br/institucional/biblioteca/pe/raeeletronica/SP000460366.pdf>

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 11<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

HERCULANO, Selene C. **A qualidade de vida e seus indicadores.** Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, UNICAMP/NEPAM, Ano I, nº 2, 1º semestre de 1998. IN: <http://www.uff.br/lacta/publicacoes/nepamqv.htm>

JACOBI, Pedro. **Meio Ambiente e Sustentabilidade.** Fundação de Economia: USP, 2002.

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Condutas Gerenciais e suas Raízes: uma Proposta de Análise à Luz da Teoria da Estruturação.** Revista de Administração Contemporânea: Edição Especial, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto.** Brasília, 2000.

MIRANDA, José Marcelo Goulart de. (membro da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia - SEBRAE Nacional). **MELHORAMENTO DE CLUSTERS: EXPERIÊNCIAS DA ÁSIA E DA AMÉRICA LATINA - “Avaliação e monitoramento de Projetos de APLs no SEBRAE: método e indicadores”.** TERMO DE REFERÊNCIA SEBRAE-2003.

MONTEIRO, J. Cauby; CARDOSO, Adalberto Trindade. **Weber e o individualismo metodológico**. 3º encontro Nacional da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) – UFF: Niterói, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos**. IN: [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf)

POCHMANN, Angelo Mateus. **O Papel do Ambiente Institucional e Organizacional na Competitividade do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura na região de Dourados/MS**. Dissertação de Mestrado em Agronegócios. IN: <http://www.scribd.com/doc/14791699/Dissertacao-APL-da-Piscicultura-em-MS>

RATTNER, Henrique. **Crescimento ou desenvolvimento**. Revista Espaço Acadêmico, ano III, número 27, 2003. In: <http://www.espacoacademico.com.br/027/27rattner.htm>

RAUD-MATTEDI, Cécile. **Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura de mercado em termos de redes e imbricação**. Revista Política & Sociedade, número 6. UFSC: Florianópolis, 2005.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTA RITA, L. P.; FERREIRA JÚNIOR, R. R. **Agências de Fomento: Um Mecanismo Indutor de Arranjos Produtivos Locais para o Desenvolvimento Regional do Estado de Alagoas**. Anais do XI Seminário Latino-Iberoamericano de Gestão Tecnológica – ALTEC. Salvador, 2005.

IN: [http://www.aedb.br/seget/artigos07/1397\\_Competitividade%20Sstemica%20-%202003%20\(Final\).pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos07/1397_Competitividade%20Sstemica%20-%202003%20(Final).pdf)

SEBRAE – Ceará. **Estudo Setorial da Piscicultura 2009**. IN: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/942E08A72A23F2FB83257627004FE8BD/\\$File/NT00041FD6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/942E08A72A23F2FB83257627004FE8BD/$File/NT00041FD6.pdf)

SEN, Amartya. **Capacidad y Bienestar**. In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VIOLA, Eduardo & LEIS, Hector. “A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável”. In: NOVAES, Ricardo Carneiro. **Desenvolvimento Sustentável na Escala Local; a Agenda 21 Local como Estratégia para a construção da Sustentabilidade**. I ANPPAS. Brasília, 2002.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais, parte 2**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

**A responsabilidade sócio-ambiental da empresa: interatividade com o estado e a sociedade.** in: <http://www.rlcu.org.ar/destacados/clea/ponencias/i%20encuentro%20rlcu-butske%20iv.pdf>

# **ANEXOS**



## Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Ciências Sociais e Humanas

*Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais*

### Survey APL Piscicultura

Questionário N° \_\_\_\_\_

1. Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010      N° do questionário: \_\_\_\_\_ **(Não preencha)**
2. Nome do entrevistador: \_\_\_\_\_ **(Preencha antes)**
3. Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_ Cidade/localidade: \_\_\_\_\_

Sobre a entrevista no domicílio: ( ) 1. Realizada    ( ) 2. Fechada    ( ) 3. Recusa    ( ) 4. Outra: \_\_\_\_\_

Entrevista feita: ( ) 1. Pessoa de referência (proprietário)    ( ) 2. Conjugue (proprietária)  
( ) 3. Parente \_\_\_\_\_    ( ) 4. agregado    ( ) 5. Outro: \_\_\_\_\_

### Informações demográficas básicas

1. Sexo: 1. ( ) Masculino    2. ( ) Feminino

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Estado Civil:

1. ( ) Solteiro    2. ( ) Casado    3. ( ) Viúvo    4. ( ) Desquitado    5. ( ) Divorciado    6. ( ) Outros

4. Número de Filhos: \_\_\_\_\_

5. Escolaridade:

1. ( ) Sabe ler e escrever    2. ( ) Analfabeto    3. ( ) Fundamental    4. ( ) Médio

5. ( ) Superior    6. ( ) Pós-Graduação

6. Se casado(a), seu conjugue trabalha? Sim ( ) Não ( ) Se sim, quanto ao mês? \_\_\_\_\_

7. Natural: Cidade: \_\_\_\_\_ localidade: \_\_\_\_\_

8. Cor: ( ) 1. Branca    ( ) 2. Amarela ( ) 3. Parda    ( ) 4. Indígena    ( ) 5. Negro

9. Atividade agrícola no trabalho principal no ano de 2010 (atividades da agropecuária, silvicultura, pesca, piscicultura, pecuária, extração vegetal ou serviço geral de uma destas atividades):

1. Empregado       2. Conta própria       3. Empregador       4. Não remunerado

10. Se empregado, tinha carteira assinada?  1. Sim       2. Não

11. Se empregado, qual a jornada de trabalho (diária/ semanal/ quinzenal/ mensal)? \_\_\_\_\_

12. Se empregado, qual a remuneração (diária/semanal/quinzenal/mensal)? \_\_\_\_\_

13. Se por “Conta Própria”, “Empregador” ou “Não remunerado”, qual a área do seu empreendimento/propriedade (hectares)? \_\_\_\_\_

14. Se por “Conta Própria”, “Empregador” ou “Não remunerado”, têm empregado(s) permanente(s) ou temporário(s)? \_\_\_\_\_

15. Tem outra fonte de renda mensal (aposentadoria, pensão, aluguel, bolsa família)? \_\_\_\_\_ Qual o valor/mês? \_\_\_\_\_

16. A renda mensal familiar (é a soma total da renda bruta no mês de todos aqueles que compõem a família, incluindo salários, proventos, pensões, pensões-alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos recebidos do patrimônio, renda mensal vitalícia, etc.) hoje: R\$ \_\_\_\_\_

17. Tipo de **Moradia**:

1. Casa       2. Apartamento       3. Cômodo       4. outro

18. Qual é o material que predomina na construção das paredes externas?

1. Alvenaria       2. Madeira aparelhada       3. Taipa não revestida (casa de barro)

4. Madeira Aproveitada       5. Palha       6. Outro: \_\_\_\_\_

19. Qual é o material que predomina na cobertura?

1. Telha       2. Laje de concreto       3. Madeira aparelhada       4. Zinco

5. Palha       6. Outro: \_\_\_\_\_

20. Situação do **domicílio**:

1. Próprio; já pago       2. Próprio; ainda pagando.       3. Alugado

4. Cedido pelo empregador       5. Ocupação/Invasão

6. Propriedade sem documento legal.       7. Outra condição: \_\_\_\_\_

21. Quantos cômodos têm este domicílio? \_\_\_\_\_

22. Quantos cômodos estão sendo efetivamente usados? \_\_\_\_\_

23. Quantos banheiros de uso exclusivo dos moradores existem neste domicílio (com chuveiro ou banheira e vaso sanitário ou privada)? \_\_\_\_\_

24. A forma de **abastecimento de água** usada no domicílio é:

( ) 1. Rede geral      ( ) 2. Poço ou nascente (na propriedade)      ( ) 3. Poço ou nascente fora da propriedade

( ) 4. Carro-pipa      5. ( ) Água da chuva armazenada em cisterna

( ) 6. Água da chuva armazenada de outra forma      ( ) 7. Rios, açudes, lagos e igarapés

( ) 8. Outra: \_\_\_\_\_

25. O **esgoto** do banheiro ou sanitário é lançado (ou jogado) em:

( ) 1. Rede geral de esgoto      ( ) 2. Fossa séptica      ( ) 3. Fossa rudimentar

( ) 4. Vala      ( ) 5. Rio ou lago      ( ) 6. Outro

26. O **lixo** deste domicílio é:

( ) 1. Coletado por serviço de limpeza      ( ) 2. Queimado (na propriedade)

( ) 3. Enterrado (na propriedade)      ( ) 4. É jogado em terreno baldio

( ) 5. Jogado em rio ou lago      ( ) 6. Outro destino: \_\_\_\_\_

27. Existe **energia elétrica** no domicílio? ✓

( ) 1. Sim, de companhia distribuidora      ( ) 2. Sim, de outras fontes      ( ) 3. Não existe energia elétrica

( ) 4. Outro: \_\_\_\_\_

28. Existe medidor ou relógio de energia elétrica no domicílio? ✓

( ) 1. Sim, de uso exclusivo      ( ) 2. Sim, de uso comum      ( ) 3. Não tem medidor ou relógio

29. Neste domicílio algum morador tem telefone celular? ( ) 1. Sim      ( ) 2. Não

30. Neste domicílio tem telefone fixo convencional? ( ) 1. Sim      ( ) 2. Não

31. Este domicílio tem fogão de duas ou mais bocas? ( ) 1. Sim      ( ) 2. Não

32. Este fogão de domicílio utiliza predominantemente:

( ) 1. Gás de botijão      ( ) 2. Gás canalizado      ( ) 3. Lenha      ( ) 4. Carvão      ( ) 5. energia elétrica

( ) 6. Outro combustível: \_\_\_\_\_

33. Este domicílio tem algum filtro d'água? ( ) 1. Sim      ( ) 2. Não

34. Este domicílio tem rádio? ( ) 1. Sim      ( ) 2. Não

35. Este domicílio tem televisão em cores? ( ) 1. Sim      ( ) 2. Não



36. Este domicílio tem televisão em preto e branco? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não
37. Este domicílio tem aparelho de DVD? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não
38. Este domicílio tem geladeira? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não
39. Este domicílio tem *freezer*? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não
40. Este domicílio tem máquina de lavar roupa? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não
41. Este domicílio tem microcomputador? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não
42. Este microcomputador é utilizado para acessar a internet? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não
43. Algum morador deste domicílio tem carro ou motocicleta de uso pessoal?  
 ( ) 1. Carro ( ) 2. Motocicleta ( ) 3. Carro e motocicleta ( ) 4. Não
44. Sobre a piscicultura. Quem comprou o total ou a maior quantidade da sua produção?  
 ( ) 1. Empresa ( ) 2. Cooperativa ( ) 3. Governo (Federal, Estadual e Municipal)  
 ( ) 4. Intermediário particular ( ) 5. Consumidor direto ( ) 6. Outro comprador:  
 \_\_\_\_\_

### O produtor/piscicultor interagindo em sua comunidade

45. Principais **problemas sociais** do seu distrito/linha/município/comunidade:
- ( ) 1. Falta de trabalho/desemprego ( ) 2. Violência/Insegurança ( ) 3. Falta de escola  
 ( ) 4. Falta de condições sanitárias e de saúde em geral ( ) 5. Inflação alta  
 ( ) 6. Globalização e recessão ( ) 7. Corrupção do poder público (políticos)
46. Principais causas para os problemas sociais e econômicos do seu distrito/linha/município/comunidade:
- ( ) 1. O Estado não desempenha seu papel ( ) 2. Falta vontade política para resolver os problemas  
 ( ) 3. Os mais ricos não se importam com os mais pobres  
 ( ) 4. Pobreza e exclusão ( ) 5. Os empresários e as empresas estão preocupados apenas consigo mesmo  
 ( ) 6. Os sindicatos e os trabalhadores não estão unidos o suficiente. ( ) 7. Corrupção
47. Das condições de **saúde** no distrito/linha e no município/comunidade:
- ( ) 1. Condições ótimas, atendimento rápido  
 ( ) 2. Condições medianas / boas  
 ( ) 3. Condições precárias, muito ruins; de difícil atendimento (sem médico e remédios gratuitos)  
 ( ) 4. Outros \_\_\_\_\_

**48.** Das condições de **segurança** no distrito/linha e no município/comunidade:

1. Condições precárias, muito ruins; de difícil atendimento (sem presença de policiamento)
2. Condições ótimas; atendimento rápido
3. Condições medianas / boas
4. Outros \_\_\_\_\_

**49.** Das condições de **transporte** no seu distrito/linha/município/comunidade:

1. Condições precárias, muito ruins; de difícil atendimento
2. Condições ótimas; atendimento rápido
3. Condições medianas / boas
4. Outros \_\_\_\_\_

### O piscicultor operando no APL da piscicultura

**50.** Do seu relacionamento com os piscicultores/produtores que participam do Arranjo Produtivo Local da piscicultura:

1. A relação é excelente com meus amigos/companheiros piscicultores.
2. A relação é boa (mediana) com meus amigos/companheiros piscicultores.
3. A minha relação é ruim com meus amigos/companheiros piscicultores.

**51.** Do seu relacionamento com os outros parceiros do Arranjo Produtivo Local da piscicultura (Prefeitura, EMATER, ADESUL):

1. A relação é excelente.
2. A relação é boa (mediana).
3. A minha relação é ruim.

**52.** O lugar do APL no contexto da história da vida econômica dos produtores:

1. Minhas condições de bem-estar e renda melhoraram muito desde que aderi à piscicultura.
2. Minhas condições de bem-estar e renda melhoraram um pouco desde que aderi à piscicultura.
3. Minhas condições de bem-estar e renda não melhoraram (nada mudou) desde que aderi à piscicultura.
4. Minhas condições de bem-estar e renda pioraram desde que aderi à piscicultura.
5. Outros \_\_\_\_\_

**53.** Do reconhecimento público por trabalhar com piscicultura no APL:

1. Meus familiares, amigos e vizinhos valorizam muito (excelente) o fato de trabalhar no APL da piscicultura.

2. Meus familiares, amigos, vizinhos apenas valorizam pouco (mediano) o fato de trabalhar no APL da piscicultura.

3. Meus familiares, amigos, vizinhos não valorizam (ruim) o fato de trabalhar no APL da piscicultura; acham que a minha vida piorou.

4. Para meus familiares, amigos e vizinhos é indiferente.

**54. Principal atividade que você faz no tempo livre:**

1. Ficar com a família e amigos.

2. Ficar com os amigos.

3. Ficar com os colegas de trabalho.

4. Viver experiências como o lazer (futebol, pescaria, etc.)

5. Viver experiências com a Igreja.

6. Outros \_\_\_\_\_

**55. Sobre a Participação Política:**

1. Não valoriza a participação na vida pública, não participa de sindicato nem do partido político e acha que políticos não servem para nada.

2. Participa do sindicato, e do partido político e acha que os políticos são agentes importantes para a transformação da sociedade.

3. Valoriza a participação na vida pública e participa do sindicato, mas não do partido político.

4. Valoriza a participação na vida pública, não participa do sindicato, mas participa do partido político.

5. Valoriza a política, mas, não valoriza e nem participa do sindicato nem do partido político.

6. Outros \_\_\_\_\_

**56. Das necessidades para crescimento pessoal:**

1. Voltar/continuar/aperfeiçoar os estudos.

2. Ter melhores condições de saúde.

3. Ter mais segurança no distrito/linha/município.

4. Melhoria da renda.

5. Melhoria da infra-estrutura da casa e do bairro/localidade (esgoto, asfalto, água tratada).

6. Outros \_\_\_\_\_

**57. O que o Arranjo Produtivo Local, com projeto da piscicultura representa para você?**

1. Esperança, tranquilidade porque havia pouca possibilidade de emprego e renda aqui na região.

2. Nada de mais, pois não alterou os problemas de emprego e renda aqui na cidade e região. Além disso, conseguiria aumentar meus rendimentos com outra atividade.

(\_\_\_\_) 3. Outros \_\_\_\_\_

### O piscicultor e o APL – Perguntas abertas

58. Do negócio propriamente: Quais são as atividades do dia-a-dia no trato do peixe? Quem as executa?
59. Quanto investiu (do seu recurso) no negócio? Recebeu financiamento público? Quanto?
60.     **A)** Qual o seu ganho anual com a piscicultura? Qual o seu custo anual? Quanto tempo para recuperar o valor investimento?
- B)** Se na propriedade desenvolve-se outras atividades, qual seu ganho anual com elas? Qual seu custo anual? Quanto tempo leva para recuperar o valor do investimento?
61. Fala-se muito na municipalização da merenda escolar, de que as prefeituras comprariam os produtos do pequeno produtor/piscicultor. A prefeitura tem comprado o peixe do senhor?
62. Tem funcionado realmente o processo de industrialização do peixe?
63. Tem funcionado realmente o processo de comercialização do peixe?
64. Aumentou a renda da família com a piscicultura?
65. Poderia informar sobre a assistência técnica? Tem recebido? Com que frequência? Quem dá assistência técnica e/ou extensão rural? Como avalia essa assistência técnica?
66. Tem conhecimento e se beneficia das estações de alevinagem – Estação de Reprodução – que tecnicamente deveria viabilizar a padronização genética e de tamanho dos alevinos para a criação?
67. Tem funcionado a produção e comercialização do arroz que utiliza o peixe na adubação e preparação da terra para o plantio (rizipiscicultura)? Tem aumentado a renda da família?
68. Avalia que diminuiu a pesca predatória com a piscicultura? Avalia que os rios têm mais peixes?
69. Os piscicultores estão organizados em cooperativas e/ou associações? Essas entidades têm funcionado bem? Que ganhos essas entidades tem trazido para os piscicultores (comercialização, financiamento, assistência técnica, etc.)?
70. Quais são os grandes problemas/obstáculos para a piscicultura deslanchar?
71. Acha que o APL ajudou a integrar/agregar a família? Melhoraram as condições de permanência dos jovens/filhos na propriedade com o APL? Alterou a visão dos filhos no sentido positivo sobre a vida na propriedade da família?
72. O que é felicidade, o que o faz sentir-se feliz?
73. Que sonhos e/ou projetos alimentam sua esperança na vida?
74. Como a piscicultura e o APL podem contribuir para isso?

## Produção e Sustentabilidade

75. Área utilizada para piscicultura: \_\_\_\_\_
76. Quantidade de tanques: \_\_\_\_\_
77. Quantidade de açudes: \_\_\_\_\_
78. Quanto tempo na atividade? \_\_\_\_\_
79. Por que resolveu trabalhar com a piscicultura?  1. Rentabilidade  2. Baixo investimento  
 3. Disponibilidade de Assistência técnica  4. Outros: \_\_\_\_\_
80. Quais são as espécies cultivadas?  1. Carpa  2. Traíra  3. Outras
81. Em que época comercializa a produção? \_\_\_\_\_
82. Qual o volume comercializado em Kg?
83. Tempo médio decorrido entre a aquisição do alevino e a venda do peixe adulto? \_\_\_\_\_
84. Possui o hábito de alimentar os peixes? \_\_\_\_\_
85. Em caso afirmativo, assinale o tipo de alimentação: \_\_\_\_\_
86. Qual a lotação utilizada para o cultivo (em peixes/metro): \_\_\_\_\_
87. Consorcia espécies (arroz com peixe, por exemplo)? \_\_\_\_\_
88. Realiza policultivo? \_\_\_\_\_
89. Acontece mortandade de peixes?  1. Sim  2. Não
90. Realiza biometrias?  1. Sim  2. Não
91. Em caso afirmativo, com que frequência? \_\_\_\_\_
92. Utiliza o resultado para o cálculo de alimentação? \_\_\_\_\_
93. Já teve problemas com enfermidade?  1. Sim  2. Não.
94. Em caso afirmativo, quais?  1. Fungo  2. Algas  3. Não diagnosticada  Outra
95. Realiza controle de predadores? \_\_\_\_\_
96. Houve ocorrência de roubo? \_\_\_\_\_
97. Que tempo dedica atualmente à atividade (em horas/dia)? \_\_\_\_\_
98. Qual a origem dos recursos que usa no dia-a-dia para cobrir as despesas de custeio/giro?  
 1. Recursos próprios  2. Financiamento bancário  3. Cooperativa  Outro
99. Já teve necessidades de créditos não atendidas?  1. Sim  2. Não
100. De onde obtém informações sobre a produção de peixes?  
 1. SEBRAE  2. Universidades  3. Secretaria de agricultura  4. Outros produtores  
 5. Sindicato rural  6. EMATER  7. Escolas técnicas  
 8. Cooperativa  9. Outros

101. A infra-estrutura de transporte dificulta ou facilita o escoamento da produção? \_\_\_\_\_
102. A infra-estrutura de armazenagem atende às demandas da atividade? \_\_\_\_\_
103. Qual é a origem da água utilizada? \_\_\_\_\_
104. Quais as formas de comercialização dos produtos? ( ) 1. Vivo ( ) 2. Filé ( ) 3. Eviscerado  
( ) 4. Postas ( ) 5. Outros
105. Quais as principais formas de comercialização? ( ) 1. Feiras ( ) 2. Mercados  
( ) 3. Restaurantes ( ) 4. Particulares ( ) Outros
106. Qual é o faturamento médio anual obtido com a piscicultura? \_\_\_\_\_
107. Quantos empregos formais são gerados pela atividade? \_\_\_\_\_
108. Quantos empregos informais são gerados pela atividade? \_\_\_\_\_
109. Sua propriedade e os tanques/açudes estão em conformidade com às exigências legais quanto à reserva legal e área de preservação permanente? \_\_\_\_\_
110. Algum órgão público ambiental exigiu algum tipo de licença para operação do tanque/açude? \_\_\_\_\_
111. A piscicultura acarreta algum dano ambiental que precisa ser mitigado/atenuado? \_\_\_\_\_
112. A piscicultura gera resíduos? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não
113. Se afirmativo, o que faz com estes resíduos? \_\_\_\_\_
114. Sente-se bem orientado quanto às exigências ambientais que cercam a piscicultura (uso sustentável de recursos naturais, manejo de agrotóxicos, resíduos, efluentes, etc.)? \_\_\_\_\_
115. Acha que é importante a preocupação ambiental? Por que?
116. Concorde com a opinião de que as pessoas (produtores, indústria) estão explorando e destruindo os rios e as florestas? \_\_\_\_\_
117. Avalia que a forma como administra sua propriedade protege ou ameaça a natureza?
118. Gostaria de conhecer e aprender novas formas de produzir de maneira a não causar danos à natureza?